

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Gabriela Mascarenhas Mazaro Preto

**A argumentação nas redações do Exame Nacional do Ensino Médio: uma
análise da (re) produção discursiva da opinião.**

MESTRADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

**São Paulo
2023**



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Gabriela Mascarenhas Mazaro Preto

**A argumentação nas redações do Exame Nacional do Ensino Médio: uma
análise da (re) produção discursiva da opinião.**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Língua Portuguesa, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Aparecida Regina Borges Sellan.

**São Paulo
2023**

BANCA EXAMINADORA

Aos meus pais Paulo Roberto e Renata Maria, ao meu marido Alfredo e às minhas filhas Maria Eduarda e Maria Laura, pelo amor incondicional.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 – processo número: 88887.630965/2021-00.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001 – processo número: 88887.630965/2021-00.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela fé que nele deposito;

Ao meu marido, o meu maior incentivador, pelo amor, pelo companheirismo e por me ouvir todos os dias;

As minhas filhas, pela compreensão, por me fazerem evoluir, pela alegria e pelo orgulho que me dão;

Aos meus pais, que, mesmo distantes fisicamente, me apoiaram, se alegraram, se orgulharam e torceram por mim;

À Professora Doutora Regina Célia Pagliuchi (*in memoriam*), mulher de sabedoria ímpar, de quem tive o privilégio de ser orientanda e que sempre será lembrada, com saudades, pelos valiosos ensinamentos, pelo acolhimento e pelo carinho com que me recebia.

À Professora Doutora Regina Borges Sellan, uma verdadeira companheira, uma amiga e uma professora exemplar, que me orientou, que me acalmou, que me acolheu, que me fez crescer e que confiou em mim quando eu mesma não acreditava. Juntas, pudemos terminar minha dissertação com tranquilidade e na certeza de que estou no caminho certo. Meu especial agradecimento.

Aos Professores Doutores Luiz Antonio Ferreira e Marilena Zanon, pelas relevantes contribuições no meu exame de qualificação.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa da PUC-SP, que me fizeram superar inseguranças e crescer academicamente.

Aos colegas, que, juntos, seguiram apoiando-se mutuamente durante as aulas e fora delas, em especial, a Simone Beltran Cassani, minha amiga querida, minha dupla, em todos os momentos.

Ao Thiago Zílio, por revisar este trabalho com paciência e dedicação.

À Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, pelo acolhimento.

À Capes pela bolsa concedida.

A toda minha família, que, de alguma maneira, contribuiu para que fosse possível a realização deste curso.

“Se o uso da linguagem se dá na forma de textos e se os textos são construídos por sujeitos em interação, seus querer e saberes, então, *argumentar é humano*”.

(Ingedore Villaça Koch e Vanda Maria Elias, 2020, p.23)

RESUMO

Criado em 1998, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) é atualmente uma avaliação de larga escala que permite o ingresso de estudantes, ao fim do ensino básico, no ensino superior em muitas universidades brasileiras. A prova discursiva é composta de uma proposta de redação cuja finalidade é avaliar a capacidade do candidato de produzir um texto em prosa do tipo dissertativo-argumentativo sobre um tema específico. Este trabalho situa-se na linha de pesquisa “Texto e discurso nas modalidades oral e escrita”, do Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e tem como tema a argumentação nas redações do Exame Nacional do Ensino Médio pela sua organização composicional argumentativa para construção da opinião do candidato, com o intuito de analisar redações de nota máxima para verificar a construção argumentativa/opinativa do candidato dentro do texto. Desse modo, o objetivo geral é contribuir para a compreensão do texto dissertativo-argumentativo no exame. Quanto aos objetivos específicos, destacam-se: analisar a argumentação opinativa autoral dos textos na formação discursiva; verificar a organização argumentativa de uma ou duas teses nas produções textuais dos alunos nota mil, segundo a Análise Crítica do Discurso sob a vertente sociocognitiva, em diálogo com os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio, de modo a correlacionar a argumentação e o discurso. A fundamentação teórica situa-se na Linguística Textual (BUNZEN, 2006; ANTUNES, 2006, 2009; EMEDIATO, 2008; MARCUSCHI, 2008; KOCH, 2011; KOCH; TRAVAGLIA, 2018; CAVALCANTE, 2020) e na Análise Crítica do Discurso com vertente sociocognitiva (VAN DIJK, 1997, 2020; SILVEIRA, 2012; AMOSSY, 2020). A pesquisa adota um procedimento teórico-analítico e um método qualitativo de base interpretativa, com base em um *corpus* formado por seis textos que obtiveram nota máxima nas avaliações dos anos de 2020 e 2021. A análise empreendida aponta que essas redações apresentam o esquema textual dissertativo de uma tese e se enquadram no conceito dissertativo-argumentativo-explicativo, e não no dissertativo-argumentativo-opinativo, conforme esperado/exigido pelo referido exame.

Palavras-chave: Enem, opinião, redação, discurso, argumentação.

ABSTRACT

Created in 1998, the National High School Examination (ENEM) is currently a large-scale assessment that allows students to enter higher education at many Brazilian universities at the end of basic education. The discursive test is composed of a writing proposal that aims to evaluate the candidate's ability to produce a prose text of the dissertative-argumentative type on a specific topic. This work is part of the line of research "Text and discourse in oral and written modalities", of the Graduate Program in Portuguese Language at the Pontifical Catholic University of São Paulo and has as its theme the study of argumentation in the essays of the National Examination for its argumentative compositional organization to build the candidate's opinion, with the aim of analyzing maximum grade essays to verify the candidate's argumentative/opinionated construction within the text. Thus, the general objective is to contribute to the understanding of the essay-argumentative text in the exam. As for the specific objectives, the following stand out: to analyze the authorial opinionated argumentation of the texts in the discursive formation; verify the argumentative organization of the one or two these in the textual productions of students with a thousand marks, according to the Critical Discourse Analysis under the socio-cognitive aspect, in dialogue with the National Curriculum Parameters of Secondary Education, in order to correlate the argumentation and the discourse. The theoretical foundation lies in Textual Linguistics (Bunzen, 2006; Antunes, 2006, 2009; Marcuschi 2008; Koch, 2011; Koch; Travaglia, 2018; Emediato, 2008; Cavalcante, 2020) and in Critical Discourse Analysis with a sociocognitive aspect (Van Dijk 1997, 2020; Silveira, 2012; Amossy, 2020). The research has a theoretical-analytical procedure and a qualitative method with an interpretative basis. The analysis of the maximum grade texts indicates that the texts considered ENEM's maximum grade present the textual scheme of the dissertation of a thesis and fit in the dissertation-argumentative-explanatory concept and not in the dissertation-argumentative-opinionative one as expected/required by the referred exam.

Keywords: Enem, opinion, writing, speech, argumentation.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: COMPETÊNCIAS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	23
QUADRO 2: HABILIDADES BNCC — ENSINO MÉDIO	26
QUADRO 3: A ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO — LIVRO POLIEDRO	27
QUADRO 4: PLANO-PADRÃO DA ARGUMENTAÇÃO FORMAL	33
QUADRO 5: O TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO SEGUNDO O INEP ..	36
QUADRO 6: AS COMPETÊNCIAS AVALIADAS NA REDAÇÃO DO ENEM	37
QUADRO 7: DESVIOS DA MODALIDADE ESCRITA	37
QUADRO 8: RECOMENDAÇÕES PARA ATENDER À COMPETÊNCIA II.....	38
QUADRO 9: FATORES DE INTELIGIBILIDADE DA REDAÇÃO	39
QUADRO 10: RESUMO DAS EXIGÊNCIAS DA COMPETÊNCIA III	40
QUADRO 11: RECOMENDAÇÕES PARA ATENDER À COMPETÊNCIA IV	41
QUADRO 12: ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	42
QUADRO 13: INSTRUÇÕES DA PROPOSTA DE REDAÇÃO DO ENEM.....	43
QUADRO 14: ENUNCIADO DA PROPOSTA DE REDAÇÃO ENEM	44
QUADRO 15: TRANSCRIÇÃO DA R1	82
QUADRO 16: O TEXTO REDUZIDO - R1.....	83
QUADRO 17: PROPOSTA DE REDAÇÃO DO ENEM X TEXTO REDUZIDO DO CANDIDATO-R1	84
QUADRO 18: TEXTO EXPANDIDO DO CANDIDATO - R1	85
QUADRO 19: TEXTO EXPANDIDO DO CANDIDATO – R1	86
QUADRO 20: TEXTO EXPANDIDO DO CANDIDATO - R1	87
QUADRO 21: TRANSCRIÇÃO DA R2	89
QUADRO 22: TEXTO REDUZIDO DO CANDIDATO - R2	90
QUADRO 23: PROPOSTA DE REDAÇÃO DO ENEM X TEXTO REDUZIDO DO CANDIDATO-R2	91
QUADRO 24: TEXTO EXPANDIDO DO CANDIDATO - R2	92
QUADRO 25: TEXTO EXPANDIDO DO CANDIDATO - R2.....	92
QUADRO 26: TEXTO EXPANDIDO DO CANDIDATO - R2.....	93
QUADRO 27: TRANSCRIÇÃO DA REDAÇÃO R3.....	95
QUADRO 28: TEXTO REDUZIDO DO CANDIDATO - R3	96

QUADRO 29: PROPOSTA DE REDAÇÃO DO ENEM X TEXTO RDUZIDO DO CANDIDATO – R3	97
QUADRO 30: TEXTO EXPANDIDO DO CANDIDATO – R3	98
QUADRO 31: TEXTO EXPANDIDO DO CANDIDATO – R3	99
QUADRO 32: TEXTO EXPANDIDO DO CANDIDATO - R3	100
QUADRO 33: TRANSCRIÇÃO DA R4	106
QUADRO 34: TEXTO REDUZIDO DO CANDIDATO - R4	107
QUADRO 35: PROPOSTA DE REDAÇÃO DO ENEM X TEXTO REDUZIDO DO CANDIDATO – R4	108
QUADRO 36: TEXTO EXPANDIDO DO CANDIDATO - R4	109
QUADRO 37: TEXTO EXPANDIDO DO CANDIDATO - R4	109
QUADRO 38: TEXTO EXPANDIDO DO CANDIDATO - R4	110
QUADRO 39: TRANSCRIÇÃO DA R5	113
QUADRO 40: TEXTO REDUZIDO DO CANDIDATO - R5	114
QUADRO 41: PROPOSTA DE REDAÇÃO DE ENEM X TEXTO REDUZIDO DO CANDIDATO – R5	115
QUADRO 42: TEXTO EXPANDIDO DO CANDIDATO - R5	115
QUADRO 43: TEXTO EXPANDIDO DO CANDIDATO - R5	116
QUADRO 44: TEXTO EXPANDIDO DO CANDIDATO - R4	117
QUADRO 45: TRANSCRIÇÃO DA R6	120
QUADRO 46: TEXTO REDUZIDO DO CANDIDATO	121
QUADRO 47: PROPOSTA DE REDAÇÃO DO ENEM X TEXTO REDUZIDO DO CANDIDATO – R6	122
QUADRO 48: TEXTO EXPANDIDO DO CANDIDATO - R6	123
QUADRO 49: TEXTO EXPANDIDO DO CANDIDATO - R6	124
QUADRO 50: TEXTO EXPANDIDO DO CANDIDATO - R6	125

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: DISSERTATIVO CIENTÍFICO DE UMA TESE.....	73
FIGURA 2: DISSERTATIVO DE DUAS TESES	74
FIGURA 3: PROPOSTA DE REDAÇÃO DE 2020.....	78
FIGURA 4: PROPOSTA DE REDAÇÃO DE 2021.....	102

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	15
1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA.....	18
1.1 A redação no processo avaliativo do ENEM: algumas considerações ..	18
1.2 As bases legais para o Ensino Médio: PCN e BNCC	19
1.2.1 Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio: linguagens, códigos e suas tecnologias	21
1.2.2 A Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio.....	22
1.3 A dissertação argumentativa nos manuais didáticos	27
1.4 A dissertação-argumentativa no contexto do ENEM	34
1.4.1 A proposta de redação: condições de produção e de correção.....	43
2 O TEXTO E O DISCURSO	47
2.1 A Linguística Textual: breves considerações	47
2.1.1 Os fatores de construção textual: os sentidos do texto	49
2.2. A abordagem sociocognitivo-interacionista	53
2.3 A Análise Crítica do Discurso: a vertente sociocognitivista	54
3 A ARGUMENTAÇÃO E A PRODUÇÃO DISCURSIVA	60
3.1 A Argumentação: algumas considerações históricas	60
3.2 A atividade argumentativa: afinal, o que é argumentar?.....	65
3.3 O tipo dissertativo	72
3.3.1 O dissertativo de uma tese	72
3.3.2 O dissertativo de duas teses	74
4 ANÁLISES DA PROPOSTA E DAS REDAÇÕES DE NOTA MÁXIMA DO ENEM	76
4.1 Procedimentos de análise	76
4.2 A proposta e a análise do <i>corpus</i> : primeiro bloco – ano 2020	77
4.2.1 O esquema textual do exame:	80
4.2.2 Análise das redações: primeiro bloco	81
4.2.2.1 Transcrição da R1	82
4.2.2.2 Transcrição da redação 2 – R2	89
4.2.2.3 Transcrição da redação 3 – R3.....	95
4.3 A proposta e a análise do <i>corpus</i> : segundo bloco – ano 2021	101
4.3.1 O esquema textual do exame:	103

4.3.2 Análise das redações: segundo bloco	105
4.3.2.1 Transcrição da redação 4- R4.	106
4.3.2.2 Transcrição da redação 5 – R5.....	113
4.3.2.3 Transcrição da redação 6 – R6.....	120
4.4 Discussão dos resultados	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	130
REFERÊNCIAS	133
ANEXOS.....	139

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este trabalho insere-se na linha de pesquisa “Texto e discurso nas modalidades oral e escrita”, do Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. A pesquisa tem como tema a argumentação nas redações no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) pela sua organização composicional argumentativa para construção da opinião do candidato.

O estudo justifica-se em virtude de nossa atuação docente, por meio da qual deparamo-nos com situações em que os alunos, angustiados, não sabem o que escrever sobre o tema proposto na prova discursiva, ou seja, na temida redação. Por conseguinte, são frequentes alguns questionamentos como: “Tenho de fazer quantos parágrafos?”; “Se eu citar um filósofo, minha nota aumenta?”; “Na conclusão, é só falar do governo?”; “Se ‘decorar’ os macetes e algumas conjunções, eu consigo?”; “Posso dar minha opinião mesmo?”. Essas foram — e são — algumas das indagações que nos preocuparam e inquietaram no sentido de investigar se realmente há um “padrão ENEM” de produção textual, principalmente em relação à argumentação

Dessa forma, a temática é pertinente em razão de os textos de nota máxima serem publicados como modelos e auxiliarem futuros candidatos na escritura da redação. Ao observar as redações-modelo, verificamos textos bastante semelhantes e, por essa razão, nossa hipótese é a de que o texto exigido no referido exame apresenta diretrizes a fim de padronizar o discurso opinativo do candidato, o que é, a nosso ver, prejudicial ao processo de constituição de um sujeito-agente, ou seja, à constituição do autor legítimo de seu próprio texto.

Os estudos linguísticos relacionados à argumentação mostram que, também por meio da produção escrita, somos capazes de construir significados e emitir nossa opinião. Essa construção ocorre quando interagimos como sujeitos sociais, sob a influência de nossos princípios, valores, crenças, conhecimentos sociais e individuais e, desse modo, avaliamos uma situação de forma autoral. Logo, o texto é um processo de interação, socialmente constituído num percurso histórico que cumpre sua função inclusiva no ensino-aprendizagem dos jovens. Nesse viés, para estudar a escrita, faz-se necessário considerar as relações sociais e ideológicas subjacentes ao sujeito/escritor. Diante disso, é relevante analisar o texto do aluno como um processo

de desenvolvimento sociolinguístico-interacional, de caráter transversal (PRETO, 2021), em que se pese a interdiscursividade como marco das cognições sociais.

No sistema educacional brasileiro, para ingressar no ensino superior, os estudantes devem se submeter ao exame vestibular. Atualmente, o Exame Nacional do Ensino Médio é o maior do país e exige a produção de um texto institucionalizado como “dissertação-argumentativa em prosa”, com um padrão pré-estabelecido e um tema de natureza social e/ou política revelado no momento da prova. Esse modelo suscita uma série de discussões acerca da proficiência escrita dos estudantes, já que devem seguir um modelo discursivo argumentativo de comprovação do ponto de vista, segundo as orientações da “Cartilha do Participante”, publicada anualmente antes do exame.

Assim, estudar o texto dissertativo-argumentativo à luz do aporte teórico da Linguística Textual (BUNZEN, 2006; ANTUNES, 2006, 2009; EMEDIATO, 2008; MARCUSCHI, 2008; GARCEZ, 2010; GARCIA, 2010; KOCH, 2011, 2018, 2020; CAVALCANTE, 2020) e da Linguística do Discurso de vertente sociocognitiva (VAN DIJK, 1997, 2020; SILVEIRA, 1994, 2012; AMOSSY, 2020) pode contribuir para entender a sua construção argumentativa. Desse modo, a análise dos elementos textuais e discursivos torna-se a principal base para realização deste trabalho, cujo objetivo geral é contribuir para a compreensão do desenvolvimento da argumentação no texto dissertativo-argumentativo do referido exame. Com relação aos objetivos específicos, são eles: analisar a argumentação opinativa autoral dos textos na formação discursiva; verificar a organização argumentativa de uma ou duas teses nas produções textuais dos alunos nota mil, segundo a Análise Crítica do Discurso sob a vertente sociocognitiva, em diálogo com os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio de modo a correlacionar a argumentação e o discurso.

Isso posto, o presente estudo orienta-se pelas seguintes perguntas: Em que medida as orientações do exame vão ao encontro de abordagens teóricas textuais e discursivas as quais regem a atividade argumentativa? Como se apresenta a organização textual da opinião nos textos avaliados como modelo?

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa adota um procedimento teórico-analítico, de abordagem qualitativa e de base interpretativa. O *corpus* constitui-se de seis redações nota mil do ENEM, selecionadas e retiradas do site de Lucas Felpi¹,

¹ Disponível em: www.lucasfelpi.com.br. Acesso em 10 jul. 2023.

que disponibiliza cartilhas intituladas “Cartilha Redação a Mil” com redações de nota máxima. Em suma, analisamos as produções escritas de maneira procedimental, a fim de verificarmos: se existe um direcionamento específico para a escrita da argumentação na produção textual exigida no exame; e como/se esse processo orientado pela proposta de redação pode ou não limitar a liberdade autoral do candidato e, por extensão, o ensino da escrita argumentativa-opinativa.

Quanto à organização desta dissertação, ela se divide em quatro seções. Na primeira, contextualizamos a pesquisa, apresentando o texto dissertativo-argumentativo nos manuais didáticos e no contexto do ENEM, além das diretrizes propostas nos documentos oficiais que regem o Ensino Médio: os Parâmetros Nacionais do Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular. Consideramos também as condições de produção e de avaliação propostas na “Cartilha do Participante” do ano de 2020, que estabelece orientações/ recomendações para a produção e avaliação textuais.

Na segunda, traçamos o percurso da Linguística Textual com o resgate das definições de texto e discurso, dada a relevância desse tema para os avanços dos estudos em relação à constituição, à produção e à compreensão dos textos em uso. Ademais, contextualizamos o discurso na construção textual, fundamentado na Análise Crítica do Discurso de vertente sociocognitiva, com base na inter-relação entre cognição, discurso e sociedade. Além disso, abordamos os contextos do discurso e analisamos suas funções e o modo como podem condicionar a produção e a compreensão textuais.

Na terceira, debruçamo-nos sobre a argumentação. Nela, retomamos brevemente o percurso das teorias argumentativas e da atividade argumentativa, bem como da cognição social, com foco no conceito do ato de argumentar e no estabelecimento do ponto de vista (opinião) dos indivíduos. Para tanto, apresentamos o tipo dissertativo de uma tese e o tipo dissertativo de duas teses.

Na quarta e última seção, descrevemos os procedimentos de análise e reproduzimos a proposta de redação do ENEM dos anos de 2020 e de 2021. Na sequência, examinamos seis produções textuais elaboradas pelos candidatos que obtiveram nota máxima no exame. Por fim, discutimos os resultados das análises.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

Nesta seção, pretendemos contextualizar a redação no Exame Nacional do Ensino Médio, na interface com os documentos oficiais que orientam o ensino da produção textual nessa fase escolar. Além disso, apresentamos o conceito e a proposta de ensino da dissertação-argumentativa nos manuais didáticos e na “Cartilha do Participante” publicada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira — doravante INEP.

1.1 A redação no processo avaliativo do ENEM: algumas considerações

Em 1998, o Ministério da Educação criou o Exame Nacional do Ensino Médio — doravante ENEM —, com o objetivo de avaliar o desempenho do aluno ao fim da escolaridade básica e, por conseguinte, a qualidade do Ensino Médio no Brasil. A partir de 2009, o exame passou a equivaler ao vestibular e a ser utilizado como critério de seleção para os estudantes que pretendem concorrer a uma vaga no ensino superior. Hoje, mais de 500 universidades brasileiras usam o resultado dessa avaliação como critério de seleção para o preenchimento de vagas. A prova é realizada em dois dias e é composta de 180 questões objetivas e uma questão discursiva, concernente à já mencionada redação.

No exame, é exigida a produção de um texto designado como “dissertação-argumentativa em prosa”, em que o candidato deve discorrer sobre um tema de natureza social e/ou política revelado no momento da prova. A proposta vem acompanhada de instruções para a escrita e de textos motivadores, que devem ser respeitados na produção textual.

Por meio da análise das regras enunciativas presentes na prova de redação, é possível observar o discurso intersubjetivo enunciado, que orienta a produção do texto, na qual o candidato deve projetar o leitor e mostrar que foi capaz de atender à expectativa do corretor (FERNANDES, 2019). Para tanto, é preciso organizar sua produção textual com base nas instruções da proposta. Assim, consideramos preliminarmente que, na referida avaliação, a argumentação pode se limitar à sustentação de um ponto de vista por meio da seleção de argumentos e da construção

de uma progressão temática de acordo com os dados e argumentos já enunciados na frase temática e nos textos motivadores.

Nesse sentido, tomamos como interpelações a proposta de redação, a frase temática e as determinações da “Cartilha do Participante”. Com base nesses elementos e na análise de redações consideradas modelos, acreditamos ser possível: verificar a ocorrência ou não de um padrão discursivo e de uma homogeneidade argumentativa; e observar se há um ponto de vista institucional instaurado pelo exame, que pode cercear a argumentação legítima de cada indivíduo dotado de opinião própria.

Em vista dessa problemática, supomos que o encontro com a teorização textual e discursiva nos permite olhar para a prova de redação do ENEM e tomar, como ponto de reflexão, a situação discursiva instaurada pela prova. Nessa perspectiva, é igualmente relevante abordar as concepções presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa do Ensino Médio (PCN) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que, na qualidade de documentos oficiais, atuam como diretrizes no contexto educacional do país e trazem abordagens sociointeracionistas para a aprendizagem da escrita nessa fase escolar.

1.2 As bases legais para o Ensino Médio: PCN e BNCC

Desde 1996, com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), dos Parâmetros Curriculares Nacionais e da Base Nacional Comum Curricular, os princípios curriculares têm sofrido mudanças, e notamos um avanço metodológico no que tange ao desenvolvimento de competências básicas, com o intuito de inserir os jovens na vida adulta. É o que se pode verificar logo no início dos PCNEM² (2000), que assim se manifestam:

O Ensino Médio no Brasil está mudando. A consolidação do Estado democrático, as novas tecnologias e as mudanças na produção de bens, serviços e conhecimentos exigem que a escola possibilite aos alunos integrarem-se ao mundo contemporâneo nas dimensões fundamentais da cidade e do trabalho (BRASIL, 2000, p.4).

Portanto, estabeleceu-se, na educação escolar, uma relação social no ensino e na aprendizagem da língua de modo a oportunizar um ensino interdisciplinar

² <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf> . Acesso em 18 fev. 2023.

contextualizado e a incentivar o raciocínio e a capacidade de aprender. Essa mudança fundamenta-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), segundo a qual o Ensino Médio faz parte da Educação Básica e, como tal, tem a finalidade social de formar da identidade do jovem a fim de inseri-lo no mundo contemporâneo como cidadão reflexivo. Ainda de acordo com os PCNEM:

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional explicita que o Ensino Médio é a “etapa final da educação básica” (Art.36), o que concorre para a construção de sua identidade. O Ensino Médio passa a ter a característica da terminalidade, o que significa assegurar a todos os cidadãos a oportunidade de consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental; aprimorar o educando como pessoa humana; possibilitar o prosseguimento de estudos; garantir a preparação básica para o trabalho e a cidadania; dotar o educando dos instrumentos que o permitam “continuar aprendendo”, tendo em vista o 10 desenvolvimento da compreensão dos “fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos” (Art.35, incisos I a IV). O Ensino Médio, portanto, é a etapa final de uma educação de caráter geral, afinada com a contemporaneidade, com a construção de competências básicas, que situem o educando como sujeito produtor de conhecimento e participante do mundo do trabalho, e com o desenvolvimento da pessoa, como “sujeito em situação” – cidadão (BRASIL, 2000, p.9-10).

Desse modo, institui-se o currículo escolar como instrumentalização da cidadania e contemplam-se estratégias de aprendizagem que “capacitem o ser humano para a realização de atividades nos três domínios da ação humana: a vida em sociedade, a atividade produtiva e a experiência subjetiva” (BRASIL, 2000, p. 15). Nessa perspectiva, estabelecem-se diretrizes baseadas em quatro premissas apontadas pela UNESCO³, a saber: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a viver. Elas são eixos estruturais da educação na sociedade contemporânea e revelam que a educação deve estar comprometida em preparar o jovem para “elaborar pensamentos autônomos e críticos e para formular os seus próprios juízos de valor, de modo a poder decidir por si mesmo, frente às diferentes circunstâncias da vida” (BRASIL, 2000, p. 16).

Assim, é incontroversa a função social do ensino e da aprendizagem da Língua Portuguesa sob uma abordagem necessariamente multidisciplinar e pragmática, que garanta os saberes linguísticos e epilinguísticos necessários para o exercício da cidadania.

³ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

1.2.1 Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio: linguagens, códigos e suas tecnologias

Na parte II do documento⁴, delimita-se a área de Linguagem, Códigos e suas tecnologias e estabelecem-se diretrizes para a criação de uma escola média com identidade. Nesse viés, o ensino e a aprendizagem da língua têm uma forte relação com a plena participação social significativa do indivíduo, como expresso no trecho:

Toda linguagem carrega dentro de si uma visão de mundo, precha de significados e significações que vão além do seu aspecto formal. O estudo apenas do aspecto formal, desconsiderando a inter-relação contextual, semântica e gramatical própria da natureza e função da linguagem, desvincula o aluno do caráter intrasubjetivo, intersubjetivo e social da linguagem (BRASIL, 2000, p. 6).

Desse modo, entendemos que a linguagem deve ser objeto de reflexão e, para tanto, o ensino da escrita deve igualmente contemplar atividades próximas das realizadas fora do contexto escolar, desenvolvendo competências que permitam ao aluno confrontar opiniões e pontos de vista sobre os diferentes temas, contextos e situações. Nesse sentido, os PCNEM pregam que:

Na escola, a transposição didática desses estudos pode refletir o conservadorismo de determinados pontos de vista que nada possuem de teóricos e são fundados no senso comum. O confronto de opiniões e pontos de vista fundamentados faz parte da necessidade de entendimento e de superação do achismo. Procurar a herança do agora, discutindo as diferentes perspectivas em jogo, faz com que professores e alunos conquistem a possibilidade de rearticular o conhecimento de forma organizada, sem a imposição de uma única resposta, sempre parcial. O debate e o diálogo, as perguntas que desmontam as frases feitas, a pesquisa, entre outros, seriam formas de auxiliar o aluno a construir um ponto de vista articulado sobre o objeto em estudo (BRASIL, 2000, p. 9).

Portanto, o texto — oral ou escrito — passa a ser objeto de estudo no ensino da língua materna, pois “compreender a língua é saber avaliar e interpretar o ato interlocutivo, julgar, tomar uma posição consciente e responsável pelo que se fala/escreve” (BRASIL, 2000, p. 22). Além disso, os PCN+ Ensino Médio de 2002⁵ trazem orientações educacionais complementares aos PCNEM e definem o texto da seguinte forma:

⁴ Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf. Acesso em: 18 fev. 2023.

⁵ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/linguagens02.pdf>. Acesso em 17 fev.2023.

Os textos são a concretização dos discursos proferidos nas mais variadas situações cotidianas. O ensino e a aprendizagem de uma língua não podem abrir mão dos textos pois estes, ao revelarem usos da língua e levarem a reflexões, contribuem para a criação de competências e habilidades específicas. Entre elas: • reconhecer, produzir, compreender e avaliar a sua produção textual e a alheia; • interferir em determinadas produções textuais (por exemplo, em sua própria ou na de colegas), de acordo com certas intenções; • incluir determinado texto em uma tipologia com base na percepção dos estatutos sobre os quais foi construído e que o estudante aprendeu a reconhecer (saber que se trata de um poema, de uma crônica, de um conto). **Muito mais do que um conjunto de orações ou frases, os textos estão impregnados de visões de mundo proporcionadas pela cultura e resultam, necessariamente, das escolhas e combinações feitas no complexo universo que é uma língua.** (BRASIL, 2002, p.58, destaque no original).

Como vemos, a escola deve se comprometer a proporcionar um lugar de fala para o aluno, de maneira que desenvolva aptidões reais de manifestação do pensamento, arraigadas na liberdade de expressão e na formação de opinião própria, a fim de que possa enfrentar as diversas situações da vida cotidiana.

Uma vez apresentados os PCN do Ensino Médio, discorreremos, na sequência, sobre as diretrizes apresentadas na Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio para o ensino da escrita.

1.2.2 A Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio

A BNCC completa o trabalho do Ministério da Educação, no sentido de orientar os rumos da Educação Básica no Brasil. Esse documento expressa e define normas que, por sua vez, estabelecem os direitos e objetivos a serem seguidos pelos sistemas e pelas redes escolares dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Integra, portanto, a Política Nacional de Educação Básica brasileira, e as normas são embasadas pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9394/96. A BNCC referente ao Ensino Médio foi homologada em 14 de dezembro de 2018 e, com isso, finaliza os procedimentos para aplicação em sala de aula de toda Educação Básica.

As normas e procedimentos apresentados no documento implicam o desenvolvimento de competências ao longo da vida escolar e expressam que:

Ao adotar esse enfoque, a BNCC indica que as decisões pedagógicas devem estar orientadas para o desenvolvimento de competências. Por meio da indicação clara do que os alunos devem “saber” (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que devem “saber fazer” (considerando a mobilização desses conhecimentos,

habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho), a explicitação das competências oferece referências para o fortalecimento de ações que assegurem as aprendizagens essenciais definidas na BNCC (BRASIL, 2018, p. 13).

Assim, a BNCC visa a garantir as aprendizagens essenciais e assegura esse direito por meio do desenvolvimento de dez competências gerais, apresentadas no quadro a seguir:

Quadro 1: Competências Gerais da Educação Básica

<p>1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.</p>
<p>2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.</p>
<p>3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.</p>
<p>4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.</p>
<p>5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.</p>
<p>6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.</p>

<p>7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.</p>
<p>8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.</p>
<p>9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.</p>
<p>10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.</p>

Fonte: BRASIL (2018, p. 9).

No contexto do documento, o termo competência é definido “como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL, 2018, p. 8). Logo, conforme consta da BNCC, as principais finalidades do Ensino Médio são preparar o estudante para o mercado de trabalho e para a vida em sociedade, bem como contribuir para uma formação transformadora.

Essa mobilização para a aprendizagem essencial está organizada em quatro áreas de conhecimento: Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas), conforme estabelecido no artigo 35-A da LDB. Para cada área de conhecimento, são apresentadas competências específicas, em consonância com as competências gerais das áreas do Ensino Fundamental.

Segundo o documento, “relacionadas a cada uma dessas competências, são descritas habilidades a serem desenvolvidas ao longo da etapa, além de habilidades específicas de Língua Portuguesa — componente obrigatório durante os três anos do Ensino Médio [...]” (BRASIL, 2018, p. 470).

Assim, no ensino da Língua Portuguesa, deve-se focalizar a plena atuação social, que considere os mais variados contextos sociais para a formação da cidadania. Nesse sentido, acreditamos que o estudo de variados gêneros textuais é a garantia do efetivo exercício do papel social do jovem no presente e no futuro. Desse modo, é primordial considerar a linguagem em funcionamento sob o aspecto textual-interativo, por meio de textos e discursos que circulam na sociedade. Para tanto

[...] é fundamental que sejam garantidas aos estudantes oportunidades de experienciar fazeres cada vez mais próximos das práticas da vida acadêmica, profissional, pública, cultural e pessoal e situações que demandem a articulação de conhecimentos, o planejamento de ações, a auto-organização e a negociação em relação a metas. Tais oportunidades também devem ser orientadas para a criação e o encontro com o inusitado, com vistas a ampliar os horizontes éticos e estéticos dos estudantes (BRASIL, 2018, p. 486).

Ademais,

Nessa perspectiva, para além da cultura do impresso (ou da palavra escrita), que deve continuar tendo centralidade na educação escolar, é preciso considerar a cultura digital, os multiletramentos e os novos letramentos, entre outras denominações que procuram designar novas práticas sociais de linguagem. No entanto, a necessária assunção dos multiletramentos não deve apagar o compromisso das escolas com os letramentos locais e com os valorizados. É preciso garantir que as juventudes se reconheçam em suas pertencas culturais, com a valorização das práticas locais, e que seja garantido o direito de acesso às práticas dos letramentos valorizados (BRASIL, 2018, p. 487).

Logo, o trabalho de produção textual na sua diversidade é indispensável para que o estudante consiga desenvolver as competências elencadas na Base. No que se refere ao ensino da língua materna, o documento traz algumas habilidades a serem desenvolvidas durante o Ensino Médio.

Na área de Linguagens e suas tecnologias, a BNCC prioriza quatro campos de atuação social: o campo da vida pessoal, o campo das práticas de estudo e de pesquisa, o campo jornalístico-midiático e o campo de atuação na vida. Neles, apresentam-se inúmeras habilidades que se reforçam ao longo do documento. Frisamos as habilidades relacionadas à argumentatividade, assim dispostas:

Quadro 2: Habilidades BNCC — Ensino Médio

(EM13LGG302) Posicionar-se criticamente diante de diversas visões de mundo presentes nos discursos em diferentes linguagens, levando em conta seus contextos de produção e de circulação.
(EM13LP05) Analisar, em textos argumentativos, os posicionamentos assumidos, os movimentos argumentativos (sustentação, refutação/ contra-argumentação e negociação) e os argumentos utilizados para sustentá-los, para avaliar sua força e eficácia, e posicionar-se criticamente diante da questão discutida e/ou dos argumentos utilizados, recorrendo aos mecanismos linguísticos necessários.
(EM13LP12) Selecionar informações, dados e argumentos em fontes confiáveis, impressas e digitais, e utilizá-los de forma referenciada, para que o texto a ser produzido tenha um nível de aprofundamento adequado (para além do senso comum) e contemple a sustentação das posições defendidas.

Fonte: BRASIL (2018, p. 493,507 e 508).

Observamos que as habilidades desenvolvidas nas atividades argumentativas pretendem ampliar as formas de participação social, bem como utilizar diferentes linguagens para que os alunos exerçam seu papel de cidadãos na vida pessoal e coletiva com autonomia, protagonismo e autoria. Como bem observa Prieto (2020, p. 38):

Essas habilidades apresentam a referência de leitura e produção de textos argumentativos. Destacam a análise desses tipos de texto, bem como a seleção de argumentos e a capacidade para a defesa e sustentação de um ponto de vista. Isso evidencia a importância das habilidades voltadas à competência geral de argumentar não apenas em exames avaliativos, mas também nos demais campos de atuação social de que o aluno participa.

Diante do que preconiza a BNCC, é notório um redimensionamento das práticas de ensino e de aprendizagem, que avançam para novos contextos de produção e circulação de textos orais e escritos, com fundamentos sociodiscursivos na construção do conhecimento.

Tendo em vista que a dissertação-argumentativa é o *corpus* deste trabalho, passaremos a discorrer sobre o texto dissertativo-argumentativo apresentado e ensinado nos manuais didáticos.

1.3 A dissertação argumentativa nos manuais didáticos

Consideramos relevante revisitar alguns conceitos apresentados em livros didáticos para o ensino da dissertação. Para tal, revisamos quatro manuais de redação que tratam do assunto: “RED: produção de texto”, livro único, do Sistema de ensino Poliedro; “A dissertação: teoria e prática”, de Agnelo Carvalho Pacheco; “Trabalhando com dissertação”, de Francisco Moura; e “Comunicação em prosa moderna”, de Othon Garcia.

No livro de redação do Sistema de Ensino Poliedro, curso de grande prestígio no contexto escolar, lemos:

“A ‘peça’ principal à qual precisamos atentar-nos para identificar uma dissertação é a **argumentação**, mas não é incomum que esses textos se valham também do **relato** e da **exposição** em menor medida. [...] A dissertação é uma forma de apresentar argumentos e tem por base um ponto de vista a ser defendido” (CARVALHO; COPPI, 2022, p. 30, grifo dos autores).

Em seguida, apresenta-se um resumo da estrutura da dissertação e o que deve constar em cada uma de suas partes:

Quadro 3: A estrutura da dissertação — Livro Poliedro

<p>Introdução:</p> <p>A primeira parte das estruturas mais clássicas da dissertação é a introdução. Nela, o tema e o posicionamento são apresentados ao leitor de forma a compartilhar tanto a questão que será tratada ao longo do texto quanto aos direcionamentos que serão dados a essa questão. É como se a introdução trouxesse respostas às perguntas sobre qual tema vamos escrever e o que pensamos a respeito dele. Em outras palavras, podemos encontrar a contextualização e a tese da dissertação na introdução, que normalmente se apresenta em um único parágrafo.</p> <p>Desenvolvimento:</p> <p>O que chamamos usualmente de “desenvolvimento dissertativo” é o trecho do texto cuja função geral é desdobrar a tese apresentada na introdução. É nessa parte da redação que construímos a argumentação, isto é, a explicação, as justificativas de nossa tese. Durante o desenvolvimento, a preocupação central é fornecer respostas a perguntas como: por que nos posicionamos da maneira como o fizemos? Quais são as evidências de que dispomos para verificar, na realidade, aquilo que afirmamos “em teoria”?</p> <p>Conclusão:</p> <p>Por fim, a última parte do modelo clássico de um texto dissertativo que, geralmente, é composta por um único parágrafo. Ainda que ela venha no final, construímos toda</p>

a redação para chegar até ela. Por um lado, em propostas que não nos peçam intervenções em relação aos problemas detectados a partir do tema, a conclusão serve para confirmarmos a hipótese lançada como ponto de vista na introdução. Por outro lado, em propostas como a do Enem, a conclusão tem por função apresentar soluções para os aspectos problemáticos relativos ao que foi abordado.

Fonte: CARVALHO; COPPI (2022, p. 60).

Ainda de acordo com o material, a estrutura da dissertação-argumentativa serve de parâmetro pedagógico para sua produção. O conceito apresentado não se distancia da teoria de que a dissertação-argumentativa é um texto no qual se deve apresentar um ponto de vista, um posicionamento e uma defesa diante do tema escolhido para discursar, ou seja, a dissertação é tratada como o ato de emitir uma opinião. No entanto, observamos que ela mantém uma estrutura formada por três partes convencionais, nas quais, a partir da tese introdutória, desenvolve-se a argumentação e conclui-se com a reafirmação da tese.

Já Moura (1992), nas páginas iniciais de seu livro, explana que:

É através da dissertação que damos opinião sobre os fatos que nos cercam, defendemos nossas posições, discordamos do pensamento dos outros, enfim, mostramos à nossa maneira de ver o mundo. Como você já deve saber para expor seu ponto de vista sobre um assunto, você vai se valer de leituras, vivências, conversas e discussões com outras pessoas (MOURA, 1992, p. 1).

O autor também defende que, para melhor exposição dos argumentos, deve-se seguir determinada estrutura, e assim a divide:

A estrutura padrão de um texto dissertativo é constituída de **introdução, desenvolvimento e conclusão**.

A introdução deve conter a ideia principal a ser desenvolvida. [...] trata-se do primeiro parágrafo.

O desenvolvimento é a exposição de argumentos que vão fundamentar a ideia principal (segundo e terceiro parágrafos).

A conclusão é a retomada da ideia principal, que deve aparecer de forma mais convincente, uma vez que já foi fundamentada durante o desenvolvimento (parágrafo final) (MOURA, p. 23, grifo do autor).

Em sua primeira lição, Moura propõe a leitura de uma carta pessoal e, em seguida, numa conversa com o leitor, afirma que seria natural reagir ao assunto da carta, concordando ou discordando, fazendo questionamentos. E prossegue dizendo: “mas não basta afirmar “concordo” ou “não concordo”; é necessário dizer por que você tem essa opinião” (MOURA, 1992, p. 6).

Pacheco (1988), por sua vez, ensina-nos que “o texto dissertativo é aquele que expressa uma tese (o que se quer provar), um *ponto de vista* sobre determinado *assunto*, apoiado em dados, fatos, argumentos” (PACHECO, 1988, p. 2, grifos do autor). Além disso, defende que esse texto deve apresentar uma estrutura bem-organizada e o separa em três partes: introdução (ideia central), desenvolvimento (exposição dos argumentos que provam a ideia contida na introdução) e a conclusão (confirmação da tese inicial).

Nos três primeiros manuais, os conceitos e definições consideram que a organização composicional do texto dissertativo é padrão e apresentam uma forma bastante específica, sem focalizar o texto-processo. Por essa razão, partilhamos do ponto de vista de Anjos (2005) acerca da maioria dos manuais didáticos:

[...] pode-se dizer que a maioria deles focaliza o texto-produto, pelo bom uso de regras gramaticais [...]. Com relação à caracterização dos tipos de texto, muitos desses manuais propõem: descrição é fazer uma fotografia em palavras; narração é sequenciar ações no tempo; e **a dissertação é emitir uma opinião** (ANJOS, 2005, p. 63, grifo nosso).

Em relação à argumentação, a dissertação é tratada como o ato de emitir uma opinião, embora não se faça distinção entre o texto dissertativo-expositivo e o dissertativo-argumentativo-opinativo. No entanto, para Silveira (1994),

Argumentar, em sentido estrito, implica levar o outro a dar a sua adesão ao julgamento do autor e quando já se tem uma posição tomada, abandonar o que sabia e acatar o ‘saber novo’ transmitido; para tanto, há a explicitação da justificativa por argumentos que visam estabelecer a relação (que percorre da necessidade, passando pela probabilidade, até a possibilidade) entre a premissa-hipótese e a conclusão do autor (SILVEIRA 1994, p. 56-57).

Nessa perspectiva, “há uma confusão no meio escolar sobre o que seja um texto argumentativo e um texto dissertativo” (EMEDIATO, 2008, p. 159). Assim, é lícito tratar a argumentação como uma construção textual persuasiva e a dissertação como uma construção textual explicativa. Vejamos:

[...] de modo geral, considera-se o texto dissertativo como um tipo de discurso explicativo, cujo objetivo é explorar um certo assunto sem, porém, incluir uma opinião. O objetivo do texto dissertativo seria, pois, explicar. [...] a argumentação, contrariamente à dissertação, visa persuadir ou convencer um auditório da validade de uma tese ou proposição. Inclui a explicação, mas o objetivo da argumentação é construir uma comunicação persuasiva (EMEDIATO, 2008, p. 159).

O livro “Dicionário de Gêneros Textuais” (2021), de Sérgio Roberto Costa, apesar de não ser usado pelos estudantes em geral, é muito usado por professores da Educação Básica. Por essa razão, consideramos relevante transcrever a definição do verbete “dissertação” que consta da obra:

Dissertação (v. **ARTIGO CIENTÍFICO, COMPOSIÇÃO, DISCURSO, ENSAIO, MONOGRAFIA, RELATO DE CASO, RELATÓRIO CIENTÍFICO, TESE**): ao lado da descrição (v.) e da narração (v.), a dissertação é um tipo de redação (v.) muito usado na escola básica e, principalmente, na média e também muito solicitada nos exames vestibulares. Geralmente com base em um tema proposto pelo professor, o aluno defende um ponto de vista desenvolvendo suas ideias num texto de opinião essencialmente (expositivo) argumentativo.

Tradicionalmente, na escola, há uma forma consagrada de organização estrutural do texto dissertativo que se compõem de 3 partes. (i) *Introdução*: ponto de partida do texto, apresenta o assunto/tese a ser tratado (a), desenvolvido (a). (ii) *Desenvolvimento*: corpo do texto, onde, gradual e progressivamente, são desenvolvidos conceitos, argumentos, ideias, informações...e (iii) *Conclusão*: parte final, caracterizar-se-ia por conter um resumo de tudo o que foi expresso, retomando e condensando o conteúdo anterior do texto. [...] (COSTA, 2021, p. 104, grifo do autor).

Como vemos, o autor mantém a estruturação textual na forma padrão, segundo a qual o texto dissertativo deve conter introdução, desenvolvimento e conclusão com base em um tema proposto, em que o aluno deve desenvolver um texto opinativo essencialmente (expositivo) argumentativo. Nessa definição, a dúvida perpassa pelos questionamentos: escreve-se o porquê do tema ou como o tema acontece?

Diante desse impasse, vale ressaltar que muitos manuais didáticos ainda se orientam por um olhar antigo, em que o ensino da produção de textos dissertativos se baseia em uma visão estruturalista da língua. A esse respeito, Bunzen (2016), pautado em Antunes (2003, p.26), observa que:

[...] isso seria um trabalho com a escrita sem função, visto que aparece praticamente “destituído de qualquer valor intencional, sem autoria e sem recepção”. Os alunos exercitariam uma forma escrita que raramente dialoga com outros textos e com vários leitores. Tornou-se até proibido fazer citações ou usar aspas nas redações, para mencionar apenas alguns exemplos dessa tentativa de silenciar o próprio dialogismo constitutivo da língua. A escrita seria uma atividade com a linguagem em que, infelizmente, “não há um sujeito que diz, mas uma aluno que desenvolve a palavra que lhe foi dita pela escola” (Geraldí, 2001b:127).

Uma prova exemplar de tal prática de ensino no EM é a quase exclusiva produção da **dissertação escolar** sobre um tema escolhido pelo professor ou pelo autor do LD – corrigida, muitas vezes, por um monitor – e devolvida ao aluno apenas com comentários sobre a estrutura textual (introdução, desenvolvimento e conclusão) e/ou sobre questões normativas (ortografia, acentuação, concordância verbal e nominal etc.). O objetivo, raramente explicitado, de escrever a dissertação é estritamente disciplinar, uma vez que o aluno escreve para cumprir uma exigência do professor ou treinar para

passar em concursos públicos e/ou vestibular. Não podemos negar aqui o fato de que a escrita escolar, especialmente a redação, acabou se transformando em um bem cultural desejável por “medir” a escolarização dos candidatos a um emprego ou entrada em um curso de nível superior (BUNZEN, 2006, p. 147-148, grifo do autor).

Parece-nos que a dissertação, nesses moldes, restringe o trabalho com a escrita, uma vez que o estudante deve necessariamente reproduzir um padrão estrutural e discursivo que atenda a certas especificações. Isso porque esse tipo de texto restringe-se somente ao ambiente escolar e aos exames vestibulares.

Por essa razão, é possível afirmar que, atualmente, esse modelo instrumental esteja ultrapassado e não dialogue com os documentos oficiais, que priorizam o trabalho com gêneros textuais, buscando escritores autônomos e críticos. Nos dizeres de Preto (2021, p. 35):

A escrita está presente nos mais variados meios de interação e, em virtude do avanço tecnológico ligado aos diferentes meios de comunicação, escrevemos mais agora do que no passado. A produção textual nas escolas não pode deixar de observar esses avanços, tampouco de se adequar às novas necessidades socioculturais presentes na vida em sociedade e “quer olhemos para as atuais condições de vida dos grupos humanos, quer para os avanços da teoria linguística, percebemos novas concepções de linguagem e novas aptidões comunicativas se impõem” (ANTUNES, 2019, p.13) (PRETO, 2021, p. 35).

E de acordo com Garcez (2010, p. 60):

Pode-se observar no universo educacional que o texto escrito por estudantes de segundo grau e um (e, em certo sentido, também os do primeiro), em um contexto de aprendizagem, procura recriar essas relações que estão de forma natural e concreta na sociedade, antecipá-la ou simulá-las. Mas o texto do aprendiz também está imerso numa rede de outros textos de seu próprio ambiente escolar e mantém com essas relações dialógicas. Todo esforço pedagógico escolar na produção de textos deveria ser orientado na direção dessas articulações mais amplas, dessas discussões ideológicas em grande escala, com todos os recursos enunciativos que exigem.

Desse modo, os autores dos manuais didáticos aqui examinados utilizam o termo “dissertativo-argumentativo” em sentido amplo e defendem se tratar de um texto dotado de opinião, ou seja, que expõe o ponto de vista do escritor. Para nós, com base em Silveira (1994;2012) e Emediato (2008), o ponto de vista não equivale a mostrar a realidade em si mesma, mas sim a uma forma de se posicionar diante dela, avaliando-a.

Destacamos, por fim, o livro de Othon Garcia (2010), visto que, nesse manual, observamos uma concepção de texto produto e texto processo. O autor dedica a quarta parte do livro a enfatizar a eficácia da escrita e assim argumenta:

Aprender a escrever é em grande parte, se não principalmente, aprender a pensar, aprender a encontrar ideias e a concatená-las, pois, assim como não é possível dar o que não se tem, não se pode transmitir o que a mente não criou, ou não, aprovionou (GARCIA, 2010, p. 303).

Na apresentação da obra, Garcia (2010) ressalta, ainda, que o manual tem a intenção de ensinar o jovem a pensar, e não apenas a escrever. Logo, essa escrita deve desenvolver a capacidade de formar juízos de valor, o que vai além do aprimoramento de regras gramaticais. Ademais, apresenta-se a diferença entre dissertação e argumentação:

Nossos compêndios e manuais de língua portuguesa não costumam distinguir a dissertação da argumentação, considerando esta apenas “momentos” daquela. No entanto, uma e outra têm características próprias. Se a primeira tem como propósito principal expor ou explanar, explicar ou interpretar ideias, a segunda visa, sobretudo, a convencer, persuadir ou influenciar o leitor ou ouvinte na dissertação. Expressamos o que sabemos ou acreditamos saber a respeito de determinado assunto; externamos nossa opinião sobre o que *é* ou nos parece *ser*. Na argumentação, além disso, procuramos principalmente *formar a opinião* do leitor ouvinte, tentando convencê-lo de que a *razão* está conosco, de que nós *é* que estamos de posse da verdade.

Na dissertação podemos expor sem combater ideias de que discordamos ou que nos são indiferentes. [...] Argumentar é, em última instância, convencer ou tentar convencer mediante a apresentação de razões em face da evidência das provas e à luz de um raciocínio coerente e consistente. (GARCIA, 2010, p. 380, grifo do autor).

O autor também distingue as condições de produção discursiva do texto dissertativo e do argumentativo, embora não diferencie dois tipos de texto (o dissertativo de uma tese e o dissertativo de duas teses), como propõe Silveira (1994; 2012)⁶. Por fim, em relação à argumentação, elabora-se um plano-padrão da argumentação formal⁷ (GARCIA, 2010, p. 390), reproduzido a seguir:

⁶ Essa perspectiva será vista mais adiante.

⁷ O autor diferencia a argumentação formal da informal, em que esta última se restringe a um bate-boca estéril, falacioso ou sofismático, como na simples conversação, na imprensa etc.

Quadro 4: Plano-padrão da argumentação formal

<ol style="list-style-type: none">1. Proposição (afirmativa suficientemente definida e limitada não deve conter em si mesma nenhum argumento, isto é, prova ou razões)2. Análise da proposição3. Formulação dos argumentos (evidência).<ol style="list-style-type: none">a) Fatosb) Exemplosc) Ilustraçõesd) Dados estatísticos.e) Testemunho4. Conclusões

Fonte: GARCIA (2010, p. 390).

Desse modo, ressaltamos que, com relação à estrutura textual, o autor propõe ao estudante desenvolver seus textos segundo as partes tradicionais da Retórica Antiga: introdução (exórdio), desenvolvimento (narração) e conclusão (peroração). Além disso, defende que argumentar é formar a opinião do leitor, persuadi-lo com o propósito de modificar seu pensamento.

Em síntese, por meio do exame dos manuais didáticos citados, é possível constatar que ainda seguem uma estrutura clássica de organização textual e não tratam da construção da opinião como um conhecimento avaliativo, progredindo para o texto-produto. Do mesmo modo, notamos que os conceitos de dissertação argumentativa operam com a visão estruturalista de composição textual, e esse tipo textual fica restrito à chamada “redação escolar”, que se tornou um gênero textual do ambiente da escola, a fim de ser corrigido e avaliado monologicamente. Em outras palavras, a configuração de texto-produto ocorre pela resposta única de correção do professor, que atribui uma nota. “O pouco êxito que temos conseguido com a escrita de textos na escola se explica, também, por essa visão estática e pontual da escrita, como se escrever fosse apenas o ato mecânico de fazer uns sinais sobre a folha de papel” (ANTUNES, 2006, p. 168).

A nosso ver, tanto os manuais mais antigos quanto os mais recentes trabalham esse tipo de texto com as mesmas definições e somente para fins didáticos. Consequentemente, podemos afirmar que as escolas e os exames que, ainda hoje,

lançam mão dele não acompanham as mudanças e reformulações teóricas acerca da produção textual. Isso porque, por mais que preconizemos o trabalho de gêneros argumentativos que circulam na sociedade, dotados de função social e que realmente desenvolvam a proficiência escrita/discursiva do aluno, ainda não nos desvencilhamos de antigas concepções às quais alguns exames ainda se prendem. Embora saibamos que aprender a produzir uma dissertação é relevante, devemos prestar atenção ao desenvolvimento da argumentação na escola, já que é nesse contexto que podemos formar cidadãos para o mundo. Se argumentar é emitir uma opinião, persuadir o outro, devemos dar oportunidade para isso. Dito de outro modo, é preciso compreender que o texto dissertativo não deve ser tratado de forma genérica, sem a diferenciação entre o explicativo e o argumentativo (opinativo), ou seja, sem informar que a argumentação se relaciona à opinião baseada na cognição social e pessoal do indivíduo.

1.4 A dissertação-argumentativa no contexto do ENEM

O *corpus* desta pesquisa, como dito anteriormente, é constituído por redações que obtiveram nota máxima no ENEM e, por essa razão, são consideradas modelos para ajudar no ensino e na aprendizagem dos alunos que realizarão a prova. Apesar de ser apenas um fragmento da referida avaliação, a redação tem um peso psicológico e pedagógico muito grande entre os estudantes e professores na fase de vestibular.

Sabemos que um exame de larga escala é capaz de influenciar as práticas pedagógicas, sobretudo quando sua principal função é possibilitar o acesso dos estudantes ao ensino superior, incluindo universidades públicas e particulares. Com isso, o ensino e a aprendizagem da escrita no Ensino Médio podem limitar-se aos critérios instituídos pela prova e “não importa o que o estudante fez para garantir uma boa nota, mas sim o resultado final no exame – o que estimula os percursos alternativos, como a utilização de macetes” (MASSI, 2017, p. 72). Além disso,

[...] no atual cenário brasileiro, o aprendizado de produção textual no ensino médio, principalmente no terceiro ano, passou a ser direcionado para o ENEM, como uma espécie de treinamento específico para o exame (ZIRONDI, 2006). Esse processo, além de ignorar as diretrizes curriculares já estabelecidas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (BRASIL/SEMTEC), que prevê o trabalho com diferentes gêneros textuais, provoca um estreitamento do currículo escolar, avaliado como um efeito retroativo negativo para o ensino de modo geral. [...] Assim, pode-se considerar que o ENEM é o instrumento mais utilizado atualmente para acesso ao ensino superior e, por isso, constitui-se como um potencial

instrumento para provocar efeitos retroativos no processo de ensino aprendizagem de produção textual no ensino médio brasileiro (MASSI, 2017, p.72 e 73).

Desse modo, é relevante analisar a dissertação-argumentativa no contexto do ENEM e as diretrizes nele apresentadas, em interface com os documentos oficiais e com os manuais didáticos.

Para ajudar o candidato a produzir sua redação no exame, o INEP publica anualmente a “Cartilha do Participante do ENEM”, cujo objetivo é esclarecer dúvidas sobre o processo de avaliação, apresentar as exigências da prova escrita e as competências avaliadas, além de detalhar os critérios de atribuição de nota. No presente trabalho, selecionamos a Cartilha de 2020 para análise, sendo que a de 2021 contém as mesmas instruções. Nela, inicialmente, definem-se o tipo textual e a estrutura a ser seguida:

A prova de redação exigirá de você a produção de um texto em prosa, do tipo dissertativo-argumentativo, sobre um tema de ordem social, científica, cultural ou política. Os aspectos a serem avaliados relacionam-se às competências que devem ter sido desenvolvidas durante os anos de escolaridade. Nessa redação, você deverá defender uma tese – uma opinião a respeito do tema proposto –, apoiada em argumentos consistentes, estruturados com coerência e coesão, formando uma unidade textual. Seu texto deverá ser redigido de acordo com a modalidade escrita formal da língua portuguesa. Você também deverá elaborar uma proposta de intervenção social para o problema apresentado no desenvolvimento do texto. Essa proposta deve respeitar os direitos humanos. TEMA - TESE - ARGUMENTOS - PROPOSTA DE INTERVENÇÃO (BRASIL, 2020, p.7).

A estrutura do texto dissertativo-argumentativo é apresentada de modo imperativo, isto é, o aluno “deverá” segui-la. Na sequência, ele é alertado acerca de como deve escrever o texto, ou seja, apresentar o tema, o ponto de vista, os argumentos e a proposta de intervenção. Mostra-se, portanto, que o estudante deverá produzir um texto cujo processo argumentativo contemple a introdução, o desenvolvimento e a conclusão, justificando sua posição (tese) apoiada em estratégias argumentativas detalhadas para convencer o leitor. Essa orientação resume a dinâmica da prova e pressupõe um norte para que o candidato se prepare para as especificidades da redação. Ao apresentar o modelo da proposta de redação, o manual traz a definição de dissertação-argumentativa:

Quadro 5: O texto dissertativo-argumentativo segundo o INEP

O QUE É UM TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO?

O texto do tipo dissertativo-argumentativo é aquele que se organiza na defesa de um ponto de vista sobre determinado assunto. É fundamentado com argumentos, a fim de influenciar a opinião do leitor, tentando convencê-lo de que a ideia defendida está correta. É preciso, portanto, expor e explicar ideias. Daí a dupla natureza desse tipo textual: é argumentativo porque defende uma tese, uma opinião, e é dissertativo porque utiliza explicações para justificá-la. O objetivo desse texto é, em última análise, convencer o leitor de que o ponto de vista em relação à tese apresentada é acertado e relevante. Para tanto, mobiliza informações, fatos e opiniões, à luz de um raciocínio coerente e consistente.

Fonte: BRASIL (2020, p. 19).

As próprias orientações do exame conceituam o texto dissertativo-argumentativo com base em dois aspectos: i. é dissertativo porque se vale de explicações para convencer o leitor quanto à tese apresentada; ii. é argumentativo porque defende uma tese, uma opinião para influenciar o leitor acerca de sua ideia. Logo, defende-se que esse tipo de texto tem dupla natureza justamente por explicar e por argumentar por meio da mobilização de fatos, informações e opiniões, que devem ser acertados e relevantes.

Notamos, portanto, que o exame tem uma visão bipartida do texto dissertativo-argumentativo, presumindo-se que “dissertar” se refere à explicação, à demonstração e “argumentar” se refere à defesa de um ponto de vista, uma opinião, um “novo saber”, diferente do já conhecido.

Assim, ao apropriar-se das orientações e da proposta do exame do ENEM, espera-se que o autor do texto exponha sua opinião, de forma autoral e democrática. Diante disso, percebemos que o conceito de dissertação-argumentativa é relacionado com a liberdade opinativa, segundo o qual aparentemente é proposta ao candidato uma escolha avaliativa sobre o tema. Quanto à estrutura, seguem-se os parâmetros dos manuais didáticos e apresenta-se uma forma específica de composição do texto.

A “Cartilha do Participante” também descreve as cinco competências gerais a serem avaliadas na produção escrita e orienta, de forma detalhada, como deve ser desenvolvido o texto.

Quadro 6: As competências avaliadas na redação do ENEM

I.	Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa.
II.	Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo;
III.	Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista;
IV.	Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação;
V.	Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado demonstrando respeito aos direitos humanos.

Fonte: BRASIL (2020, p. 8).

Na competência I, avalia-se o domínio da modalidade escrita formal da língua Portuguesa. Nela, fica claro que os conhecimentos do candidato devem se relacionar às regras gramaticais e de construção sintática. O documento também aponta os desvios que deverão ser evitados:

Quadro 7: Desvios da modalidade escrita

<p>Quanto aos desvios, você deve estar atento aos seguintes aspectos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • convenções da escrita: acentuação, ortografia, uso de hífen, emprego de letras maiúsculas e minúsculas e separação silábica (translineação); • gramaticais: regência verbal e nominal, concordância verbal e nominal, tempos e modos verbais, pontuação, paralelismo sintático, emprego de pronomes e crase; • escolha de registro: adequação à modalidade escrita formal, isto é, ausência de uso de registro informal e/ou de marcas de oralidade; • escolha vocabular: emprego de vocabulário preciso, o que significa que as palavras selecionadas são usadas em seu sentido correto e são apropriadas ao contexto em que aparecem.

Fonte: INEP (2020, p. 14)

Como podemos observar, os desvios estão relacionados aos problemas de ordem sintática, além de possíveis erros ortográficos e escolha de vocabulário. Nessa competência, portanto, avalia-se mediante uma “higienização” do texto.

De acordo com a competência II, o candidato deve seguir a estrutura do texto dissertativo-argumentativo, que, na definição da própria cartilha, “é um texto em que se demonstra, por meio de argumentação, a assertividade de uma ideia ou de um

ponto de vista” (BRASIL, 2020, p. 11). Além disso, recomenda para melhor elaboração da redação que:

Quadro 8: Recomendações para atender à competência II

A partir dessas considerações, seguem algumas recomendações para atender plenamente às expectativas em relação à Competência 2:

- leia com atenção a proposta da redação e os textos motivadores, para compreender bem o que está sendo solicitado;
- reflita sobre o tema proposto para definir qual será o foco da sua discussão, isto é, para decidir como abordá-lo, qual será o ponto de vista adotado e como defendê-lo;
- não copie trechos dos textos motivadores. A recorrência de cópia é avaliada negativamente e fará com que sua redação tenha uma pontuação mais baixa ou até mesmo seja anulada como Cópia;
- evite ficar preso às ideias desenvolvidas nos textos motivadores. Você pode se apropriar dessas ideias para construir sua argumentação, mas não deve esquecer de utilizar informações que extrapolem a prova de redação e sejam relacionadas a uma área do conhecimento (repertório sociocultural);
- selecione, a partir de seus conhecimentos próprios, e não apenas dos textos motivadores, informações de áreas do conhecimento pertinentes ao tema e articule-as de modo produtivo no seu texto, evidenciando que elas servem a um propósito muito bem definido: ajudá-lo a validar seu ponto de vista. Informações e citações soltas no texto, por mais variadas e interessantes que sejam, perdem sua relevância quando não associadas produtivamente à defesa do ponto de vista desenvolvido em seu texto;
- mantenha-se dentro dos limites do tema proposto, tomando cuidado para não se afastar do seu foco. Esse é um dos principais problemas identificados nas redações. Nesse caso, duas situações podem ocorrer: fuga total ou tangenciamento ao tema.

Fonte: BRASIL (2020, p. 16)

Orienta-se, portanto, que os alunos evitem elaborar um texto expositivo, presos somente às ideias dos textos motivadores. Ademais, reforça-se que utilizem o próprio repertório sociocultural expondo e defendendo um ponto de vista próprio. Em outras palavras, nesse momento, o estudante poderá usar argumentos que fazem parte de seu conhecimento de mundo validando a autoria textual. Segundo Possenti (2002, p. 112), “as verdadeiras marcas de autoria são da ordem do discurso, não do texto ou da gramática”. Desse modo, no desenvolvimento do texto, os candidatos são orientados a elaborar um discurso com base em conhecimentos próprios, evidenciando um propósito e uma opinião sobre o tema proposto.

Já na competência III, é necessário que o texto justifique a posição adotada e defendida com organização. Para tanto, sugere-se a elaboração de um projeto de texto. Ademais, afirma-se que essa competência “trata da inteligibilidade do seu texto, ou seja, de sua coerência e da plausibilidade entre as ideias apresentadas, o que está alicerçado no planejamento prévio à escrita, isto é, na elaboração de um projeto de texto” (BRASIL, 2020, p. 21). Por fim, menciona-se que a inteligibilidade da redação depende dos seguintes fatores:

Quadro 9: Fatores de inteligibilidade da redação

1) seleção de argumentos;
2) relação de sentido entre as partes do texto;
3) progressão adequada ao desenvolvimento do tema, revelando que a redação foi planejada e que as ideias desenvolvidas são, pouco a pouco, apresentadas de forma organizada;
4) desenvolvimento dos argumentos, com a explicitação da relevância das ideias apresentadas para a defesa do ponto de vista definido.

Fonte: BRASIL (2020, p. 20-21).

Nessas orientações, observamos um esquema de organização estratégica dos argumentos presentes no texto, em que fica clara uma ordem coerente dos recursos mobilizados para a defesa do ponto de vista. Segundo a Cartilha, quando esses elementos são atendidos “é possível perceber a presença implícita de um projeto de texto” (BRASIL, 2020, p. 21). Desse modo, a argumentação se circunscreve à esfera linguística e da organização textual.

Nosso interesse por essa competência se justifica por tratar dos argumentos para a formação do ponto de vista. Mais especificamente, o documento apresenta recomendações para que essa competência seja atendida e, entre elas, o candidato deve definir qual será o ponto de vista defendido a partir do tema apresentado na prova de redação e verificar se as informações, os fatos, as opiniões e os argumentos selecionados são pertinentes para a defesa do ponto de vista. O quadro a seguir resume as orientações quanto à organização do texto dissertativo-argumentativo:

Quadro 10: Resumo das exigências da competência III

<p>Resumindo: na organização do texto dissertativo-argumentativo, você deve procurar atender às seguintes exigências:</p> <ul style="list-style-type: none"> • apresentação clara do ponto de vista e seleção dos argumentos que o sustentam; • encadeamento das ideias, de modo que cada parágrafo apresente informações coerentes com o que foi apresentado anteriormente, sem repetições desnecessárias ou saltos temáticos (mudanças abruptas sobre o que está sendo discutido); • desenvolvimento dessas ideias por meio da explicitação, explicação ou exemplificação de informações, fatos e opiniões, de modo a justificar, para o leitor, o ponto de vista escolhido.

Fonte: BRASIL (2020, p. 22, grifo nosso).

Como vemos, as orientações apontam para uma justificativa, uma explicação do ponto de vista escolhido, e consideram o nível máximo (200 pontos) de desempenho para avaliação dessa competência quando o candidato “apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto, de forma consistente e organizada, configurando autoria, em defesa de um ponto de vista” (BRASIL, 2020, p. 22). De acordo com as orientações, espera-se que o aluno apresente suas posições individuais, ou seja, deve defender diferentes teses e mostrar novos saberes, ou seja, produzir um texto persuasivo.

A competência IV, por sua vez, relaciona-se à estruturação do texto, ou seja, a organização lógica e formal entre as partes da redação. Assim, é preciso priorizar a relação entre os parágrafos — seu encadeamento e sequenciação —, de modo que apresente uma interdependência entre os argumentos e as ideias. Ensina a Cartilha:

Já a coesão, observada na Competência 4, atua na superfície textual, isto é, avaliam-se as marcas linguísticas que ajudam o leitor a chegar à compreensão profunda do texto. Desse modo, você deve, na construção de seu texto, demonstrar conhecimento sobre os mecanismos linguísticos necessários para um adequado encadeamento textual, considerando os recursos coesivos que garantem a conexão de ideias tanto entre os parágrafos quanto dentro deles (BRASIL, 2022, p. 19).

Nesse sentido, exige-se que os candidatos utilizem recursos linguísticos variados que promovam a articulação textual entre as informações apresentadas e, com isso, garantam a tessitura do texto. Ainda de acordo com o manual, o mecanismo coesivo do texto atua na superfície do texto; logo, avalia-se a argumentação inscrita

na própria língua por meio das marcas linguísticas, como os denominados operadores textuais ou argumentativos.

Acerca da competência IV, a Cartilha apresenta as seguintes recomendações:

Quadro 11: Recomendações *para atender à competência IV*

- Procure utilizar as seguintes estratégias de coesão para se referir a elementos que já apareceram no texto:
 - a) substituição de termos ou expressões por pronomes pessoais, possessivos e demonstrativos, advérbios que indicam localização, artigos;
 - b) substituição de termos ou expressões por sinônimos, hipônimos, hiperônimos ou expressões resumitivas;
 - c) substituição de verbos, substantivos, períodos ou fragmentos do texto por conectivos ou expressões que retomem o que foi dito;
 - d) elipse ou omissão de elementos que já tenham sido citados ou que sejam facilmente identificáveis.
 - Utilize operadores argumentativos para relacionar orações, frases e parágrafos de forma expressiva ao longo do texto.
- Verifique se o elemento coesivo utilizado estabelece a relação de sentido pretendida. Resumindo: na elaboração da redação, você deve evitar:
- ausência de articulação entre orações, frases e parágrafos; • ausência de paragrafação (texto elaborado em um único parágrafo);
 - emprego de conector (preposição, conjunção, pronome relativo, alguns advérbios e locuções adverbiais) que não estabeleça relação lógica entre dois trechos do texto e prejudique a compreensão da mensagem;
 - repetição ou substituição inadequada de palavras sem se valer dos recursos oferecidos pela língua (pronome, advérbio, artigo, sinônimo).

Fonte: BRASIL (2022, p.24).

Desse modo, na produção do texto, o estudante deve utilizar diversos recursos linguísticos de forma a garantir uma inter-relação entre as frases, as orações e os parágrafos, bem como apresentar uma continuidade textual lógica, coesa e argumentativa.

Conforme preconiza a competência V, o aluno precisa elaborar uma proposta para o problema apresentado. E aqui observamos que a conclusão da dissertação é específica dessa avaliação, que exige uma possível resolução (que pode ser fictícia) de um problema (que é real). A Cartilha explica a proposta de intervenção:

A elaboração de uma proposta de intervenção na prova de redação do Enem representa uma ocasião para que você demonstre seu preparo para exercitar a cidadania e atuar na realidade em consonância com os direitos humanos. Portanto, você deve usar os conhecimentos desenvolvidos ao longo de sua formação para a produção de um texto no qual, além de se posicionar de maneira crítica e argumentar a favor de um ponto de vista, você possa indicar uma iniciativa que interfira no problema discutido em sua redação. (BRASIL, 2020, p.25).

É relevante ressaltar, mais uma vez, que a proposta de intervenção exigida no exame é uma característica singular do ENEM. Ademais, destacamos que, nessa redação, não ocorre a tradicional conclusão, mas uma finalização na qual se apresentam soluções para o tema proposto, muitas vezes, retomando-se a tese da introdução, acompanhada de iniciativas que “resolvam” o problema apresentado. A Cartilha exige uma proposta concreta, que possa ser útil à sociedade, em que sejam apontados os atores sociais competentes para a executá-la. Mais especificamente, sugere-se que sejam respondidas as seguintes perguntas:

Quadro 12: Elaboração da proposta de intervenção

1) O que é possível apresentar como solução para o problema?
2) Quem deve executá-la?
3) Como viabilizar essa solução?
4) Qual efeito ela pode alcançar?
5) Que outra informação pode ser acrescentada para detalhar a proposta?

Fonte: BRASIL (2020, p. 26).

Como vemos, as instruções são claras e interferem na parte final do texto-argumentativo em que o aluno, obrigatoriamente, deve apresentar uma proposta que não seja vaga, genérica ou incompatível com a discussão, além de respeitar os direitos humanos.

Diante do exposto, a estética da prova discursiva do ENEM é bastante peculiar e inflexível, segundo o qual o candidato deve criar estratégias fixas para escrever a redação. Dito de outro modo, é preciso seguir, metodologicamente, a estrutura textual e discursiva “sugerida” pelo exame e, desse modo, as aulas de produção textual estão fadadas a atender a essa metodologia.

1.4.1 A proposta de redação: condições de produção e de correção

Para analisar as redações do ENEM, é preciso, antes, prestar atenção às condições de produção desses discursos. Assim, o contexto imediato para a produção textual é o exame vestibular, que cria, em sua origem, uma competitividade para se conquistar a vaga no ensino superior e, conseqüentemente, atingir o *status* de indivíduo bem-sucedido, responsável e socialmente integrado (VAL, 2016).

Atualmente, vivemos um processo de mudanças sociais, em que os jovens estão mais participativos em diferentes esferas de comunicação. Para tanto, o uso da linguagem, nos mais variados discursos, é dinâmico, heterogêneo e representativo, ou seja, trata-se de um modo de ação capaz de agir sobre o mundo e sobre os outros, inclusive ratificado pelos documentos oficiais apresentados no item anterior. Diante desse cenário e mediante as condições de produção da prova discursiva no exame, apresentadas a seguir, verificamos certa incompatibilidade com o processo de ensino e aprendizagem da escrita contemporânea, pois as condições exigidas são rígidas, impositivas e únicas. Isso faz com que o candidato se empenhe, principalmente na terceira série do Ensino Médio, a produzir um texto de acordo com as exigências da prova a fim de ser considerado adequado àquela circunstância.

A proposta de redação do ENEM 2020 tem a seguinte estrutura enunciativa e se apresenta desta forma:

Quadro 13: Instruções da proposta de redação do ENEM

Instruções:

1. O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
2. O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
3. A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.

4. Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:

- 4.1. tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada "texto insuficiente".
- 4.2. fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo.
- 4.3. apresentar proposta de intervenção que desrespeite os direitos humanos.
- 4.4. apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto.

Fonte: FELPI (2020).

Quadro 14: Enunciado da proposta de redação ENEM

“A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “O estigma associado às doenças mentais na sociedade brasileira”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista”.

Fonte: FELPI (2020)..

Como já dissemos, a proposta de redação vem acompanhada de textos motivadores, que servem de base para escrita da proposta. Eles podem ser verbais, não verbais ou mistos. Mais adiante, serão detalhados e expostos na análise do *corpus*, e estão dispostos integralmente no Anexo A.

Nesse momento, podemos observar “que a proposta de redação é bastante criteriosa ao orientar o candidato para a produção do texto, que deve cumprir regras composicionais bem definidas para que alcance a almejada nota mil” (PRETO, 2021, p. 39). Isso mostra que a formação discursiva deve ser homogênea para atender a um modelo específico de escrita. Logo, as condições de produção do texto contribuem para um ensino da antiga dissertação, “[...] a partir de critérios previamente definidos que são estipulados com base numa visão tradicional de ensino de escrita como resultado e não como processo de aprendizagem” (FERNANDES, 2019, p. 6). A autora ainda afirma que, embora tais critérios sejam inevitáveis, não podem limitar o ensino da escrita em prol de um único tipo textual, estreitando o currículo para atender às exigências do exame, que ainda valida o texto como produto.

A possibilidade da “mecanização” do saber nessa proposta pode ser conferida, por exemplo, na reportagem do *site* G1 do Piauí⁸, publicada no dia 11 de fevereiro de 2022, cuja manchete é: “Estudante que tirou 980 na redação do Enem 2021 fez apenas cinco textos durante preparação para a prova”. À matéria, o candidato declarou: “Eu decidi fazer uma coisa totalmente diferente ‘não vou fazer mais 40 ou 30 redações como fazia no ensino médio ou como 20 redações que fiz no ano de 2020. Resolvi fazer pouquíssimas e focar mais nas áreas que tenho dificuldade”.

⁸ <https://g1.globo.com/pi/piaui/ingresso-universitario/noticia/2022/02/11/estudante-com-nota-980-na-redacao-do-enem-2021-fez-apenas-cinco-textos-durante-preparacao-para-prova.ghtml>

Ele explicou que tinha uma estrutura montada em mente e fez uma redação para cada assunto — educação, saúde, segurança, meio ambiente e relação de trabalho —, totalizando cinco produções no ano. Sobre o tema de 2020 — , o aluno revelou ter memorizado uma estrutura de redação que o ajudou a desenvolver o texto. Ainda assim, considerou o tema extremamente difícil e precisou recorrer aos textos motivadores para entender melhor o assunto.

Diante do relato, é lícito levar em conta a constatação de Fernandes (2019, p. 8, grifo nosso):

Para entendermos essa reflexão, no processo de preparação para a prova de redação modelo ENEM, pensamos que o treino permite ao aluno fazer uso da língua escrita, dos recursos que a língua oferece para, dentro das normas estabelecidas e do modelo pré-determinado, produzir um texto que seja bem avaliado. O manejo dessa língua escrita e o domínio do repertório é que permitem ao sujeito produzir escrita. Isso mostra que, do nosso ponto de vista, o treino pode permitir ao aluno produzir um texto que atenda à demanda do ENEM e que seja bem avaliado, já que naquela situação enunciativa, há uma implicação subjetiva do candidato em produzir um texto para que seja lido/corrigido pela banca corretora, **mas isso não garante que ele vai dar conta de escrever outros textos em outras situações discursivas.**

Nesse contexto, a prova discursiva do ENEM se filia a uma memória do passado (VIDON, 2017) que, possivelmente, não compactua com as concepções de linguagem e de sujeito apresentadas nos PCN, os quais preconizam o estudo dos diferentes gêneros que circulam na sociedade, mantendo uma visão estruturalista da língua. Em outras palavras:

[...] a prova de redação do Enem é bastante sintomática da tênue fronteira entre ruptura e permanência no contexto atual do ensino de língua portuguesa. Sua concepção vai completamente de encontro ao que vem sendo discutido na área de Letras e Linguística há muito tempo, desconsiderando, inclusive, os próprios documentos oficiais, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Nesses documentos, são muito claras as diretrizes gerais em relação ao processo de produção textual (VIDON, 2017, p. 80).

Logo, percebemos que as condições para a produção textual no exame abarcam somente a superfície textual, como nos moldes do exercício escolar, no qual dissertar pressupõe apenas compor um texto, sem levar em consideração o funcionamento sociolinguístico da linguagem, em que o texto carrega consigo fatores pragmáticos, e o discurso é multidisciplinar. Em relação à argumentação, ela se filia à informatividade, segundo a qual a exposição organizada de informações, fatos e opiniões deve revelar-se apenas coerente e coesa. Isso posto, procedemos, na próxima seção, a um breve

estudo da Linguística Textual e da Análise Crítica do Discurso, que ampliam a noção de texto e de discurso.

2 O TEXTO E O DISCURSO

Nesta seção, resgatamos alguns estudos da Linguística Textual (doravante LT), ramo da linguística que tem, como objeto de estudo, o texto. Ademais, abordamos os fatores de textualidade, em diálogo com a Análise Crítica do Discurso (doravante ACD), em interface com a abordagem sociocognitiva-interacionista.

2.1 A Linguística Textual: breves considerações

A LT ganhou força a partir de 1960, nos Estados Unidos e na Alemanha, quando se voltou a atenção para o estudo do texto, desenvolvendo-se uma análise que ultrapassou os limites da frase. A nova concepção de língua, voltada para um sistema real de uso em contextos comunicativos, pressupôs um novo conceito de texto, tratado não mais como um produto acabado e finalizado, mas como um processo em construção. Com isso, o objetivo dos linguistas era alcançar a compreensão textual em funcionamento, não restrita às regras subjacentes de um sistema formal abstrato.

Para a produção de textos, visto a partir de então como expressão de linguagem, passou-se a considerar os fatores de textualidade que regem a formação textual em sua plenitude. Estabeleceu-se, assim, um processo de interação. Dito de outro modo, sentiu-se “a necessidade de descrever e explicar a língua dentro de um contexto (condições de uso), sendo que hoje é indispensável ver o texto como indissociável ao discurso” (PRETO, 2021, p. 18).

Muitas são as discussões na área da Linguística acerca do conceito de texto. *A priori*, ele pode ser pensado como uma estrutura organizada em torno das palavras e frases que devem fazer sentido para os interlocutores. Todavia, para os estudiosos da LT, toda ação é acompanhada de processos cognitivos, de modo que o indivíduo, ao tecer o texto (falado ou escrito), dispõe de modelos e tipos de operações mentais, desenvolvendo procedimentos comunicativos que resultam no texto.

Segundo Koch (2018a, p. 12), as concepções de textos podem abarcar:

- 1) Texto como frase complexa ou signo linguístico mais alto na hierarquia do sistema linguístico (concepção de base gramatical);
- 2) Texto como signo complexo (concepção de base semiótica);

- 3) Texto como expansão tematicamente centrada de macroestruturas (concepção de base semântica);
- 4) Texto como ato de fala complexo (concepção de base pragmática);
- 5) Texto como discurso “congelado”, como produto acabado de uma ação discursiva (concepção de base discursiva);
- 6) Texto como meio específico de realização da comunicação verbal (concepção de base comunicativa);
- 7) Texto como processo que mobiliza operações e processos cognitivos (concepção de base cognitivista);
- 8) Texto como lugar de interação entre atores sociais e de construção interacional de sentidos (concepção de base sociocognitiva- interacional).

Ainda de acordo com a autora, em virtude dessas diversas concepções, tornou-se necessário compreender o texto para além de suas características internas, ligadas aos conhecimentos linguísticos (superfície do texto), pois foi preciso também compreender as características externas a ele, relacionadas ao contexto e à interação. Assim, para a LT, passou a ser relevante o estudo das operações linguísticas, uma vez que o texto é um ato comunicativo no uso e no sistema (MARCUSCHI, 2012).

Na metade da década de 1970, os pesquisadores passaram a se preocupar com a noção de pragmática, e quebram-se as barreiras entre o interior e o exterior do texto, entre os fenômenos mentais, sociais e físicos, atribuindo-se ao texto a característica de processo, e não só de produto. Dessa maneira, a LT trouxe para a escrita uma relação de interação entre o produtor e o receptor do texto. Segundo Koch e Elias (2018, p. 34):

[...] nessa concepção interacional (dialógica) da língua, tanto aquele que escreve como aquele para quem se escreve são vistos como atores/construtores sociais, sujeitos ativos que -dialogicamente- se constroem e são construídos no texto, este considerado um evento comunicativo para o qual concorrem aspectos linguísticos, cognitivos, sociais e interacionais (BEAUGRANDE, 1977).

Nessa época, portanto, ocorreu a chamada “virada pragmática”, em que os linguistas se voltaram para além da abordagem sintático-semântica, e a LT “ganha uma nova dimensão: já não se trata de pesquisar a língua como processo autônomo, mas, sim, o seu funcionamento nos processos comunicativos de uma sociedade concreta” (KOCH, 2018a, p. 27). A autora cita Van Dijk (1980) por defender uma teoria de texto que aborda a produção e a recepção de textos comunicativos, abordagem obrigatoriamente pragmática, pois, caso contrário, não teria condições de existir.

Em suma, para se compreender um texto, deve-se levar em consideração as regras de interpretação pragmática, isto é, a coerência textual considera a interação,

bem como as crenças, os desejos, as preferências, as normas e os valores dos interlocutores (KOCH, 2018a).

A partir de 1980, uma nova orientação nos estudos do texto passou a levar em consideração processos de ordem cognitiva, segundo a qual os processos mentais fazem parte da formação textual e discursiva. Van Dijk é um dos responsáveis na introdução dessa abordagem. Para o autor, “por ocasião do processamento da informação, selecionam-se os modelos com a ajuda dos quais o atual estado das coisas pode ser interpretado” (VAN DIJK, 1989 apud KOCH, 2018a, p. 36). Para tanto, é com base nesses modelos — considerados conjuntos de conhecimentos socioculturalmente determinados e adquiridos — que podemos produzir inferências que permitam suprir lacunas ou incompletudes presentes na superfície textual (KOCH, 2018a).

Assim, o redimensionamento da coerência e da noção de textualidade relaciona o envolvimento do texto e o usuário da relação comunicativa, agrupando os fatores “internos” e “externos” ao texto (Cavalcante; Brito, *et al*, 2022). Esses fatores são elencados por Beaugrande e Dressler (1981) e oferecem as condições necessárias para que um texto cumpra a sua função comunicativa.

2.1.1 Os fatores de construção textual: os sentidos do texto

O interesse pelo campo interacional da linguagem trouxe uma perspectiva interdisciplinar nos estudos, que envolvia a linguagem e o social, com a preocupação de detalhar questões ligadas à intertextualidade na construção dos sentidos do texto. Beaugrand e Dressler (1981) apresentam sete fatores responsáveis pela textualidade, que compõem os principais elementos de leitura, produção e análise linguística. São eles: os fatores semântico-formais (coerência e coesão textual) e os fatores pragmáticos (intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, informatividade e intertextualidade). Eles pressupõem os produtores da linguagem textual-discursiva como agentes de uma prática social, resultante de um processo sócio-histórico-cultural de representação mental e social.

A coesão textual é entendida como um mecanismo que estabelece as relações de sentido entre enunciados. Elas envolvem mecanismos de reiteração e colocação, quando observados os referentes textuais explícitos ou implícitos ao longo de um

texto. Ou seja, por meio de recursos gramaticais, lexicais e de referenciação, o texto se apresenta coeso, pois podemos vê-lo como bem articulado em relação ao encadeamento de ideias. Para Koch (2018b, p. 15), “é por meio de mecanismos como estes que se vai tecendo o ‘tecido’ (tessitura) do texto. A este fenômeno é que se denomina coesão textual”.

A coerência, por sua vez, aborda o modo como os elementos linguísticos atuam no texto, apresentando o sentido da relação entre texto/contexto. Segundo Bentes (2001, p. 257), “o(s) sentido(s) do texto não está/estão no texto em si, mas depende(m) de fatores de diversas ordens: linguísticos, cognitivos, socioculturais, interacionais”. Esses elementos devem ser construídos pelos interlocutores, relacionando os elementos linguísticos para dar significado ao texto.

Com o passar do tempo, as noções de coesão e de coerência evoluíram, e verificou-se que a independência desses conceitos não pode ser estabelecida de maneira sistemática. Isso porque, para a produção de sentido, os elementos linguísticos e interacionais são interligados, criando uma relação unívoca de estruturação textual. Portanto, para que um texto produza sentido, é necessário o uso de tais estratégias textual-discursivas com o objetivo de orientar os interlocutores no processo comunicativo.

Os fatores pragmáticos foram estabelecidos para que os propósitos comunicativos fossem evidenciados na relação discursiva. Assim, contribuíram para que um texto fosse interpretado de maneira completa, ou seja, a fim de que as intenções do dizer fossem compreendidas, mesmo que implicitamente.

A situacionalidade, como a própria nomenclatura expressa, situa o texto considerando as particularidades de determinada época e lugar, além das convicções, crenças e conhecimento de mundo do produtor, para que aquele texto se torne relevante na comunicação entre os interlocutores. “Há sempre uma mediação entre o mundo real e o mundo construído pelo texto” (KOCH, 2018a, p. 50).

A intencionalidade aponta para as intenções do autor, ou seja, refere-se ao modo de produção textual em que o produtor realiza seus objetivos comunicativos. De acordo com Koch (2004) apud Marquesi (2007, p. 218):

Pode-se dar destaque a duas considerações muito importantes: os processos de referenciação são escolhas do sujeito em função de um querer- dizer. Os objetos de discurso não se confundem com a realidade extralinguística, mas (re)constróem-na no próprio processo de interação, ou seja, a realidade é construída mantida e alterada, não somente pela forma como

sóciocognitivamente se interage com ele: interpretam-se e constroem-se mundos por meio da interação com o entorno físico, social e cultural.

Nessa relação, a intencionalidade refere-se à forma como os falantes/autores utilizam a linguagem para produção de sentido, ou seja, as formas nominais apresentadas no texto promovem a retomada do referente (assunto) como forma de avaliação (positiva ou negativa), de acordo com o nosso projeto de dizer. Logo, o referente deve ser entendido como objeto do discurso. A aceitabilidade, em contrapartida, refere-se à aceitação, por parte do leitor, do que está expresso no texto.

A informatividade e a intertextualidade trazem ao texto o conhecimento apresentado pelo autor/receptor. A primeira será avaliada quanto ao grau de existência de uma informação nova ou não, e a segunda compreende as diferentes maneiras pelas quais o texto (produzido e recebido) dialoga com outros.

A partir dessas pesquisas, na década de 1980, os processos de ordem cognitiva orientam e ampliam os estudos do texto e passam a analisá-lo como resultado de processos mentais que ativam diversas atividades da vida social e têm conhecimentos representados na memória. Assim, “a LT é uma linguística dos sentidos e processos cognitivos e não da organização pura e simples dos constituintes da frase” (Marcuschi, 2012, p.36). O texto, portanto, transcende o sistema da língua e passa a ser uma unidade em uso.

Nesse viés, o texto é compreendido com base na noção de interação e se realiza como um evento social em que os interlocutores são vistos como agentes da situação social na qual ele ocorre. Os participantes levam em consideração o contexto sociocognitivo, histórico e cultural dos sentidos e das referências dos textos. Koch (2002) e Val (1999) apud Cavalcante (2021) destacam, ainda, que:

A atividade interativa textual não se realiza exclusivamente por meio dos elementos linguísticos presentes na superfície do texto, nem só por seu modo de organização, mas leva em conta também o conhecimento de mundo do sujeito, suas práticas comunicativas, sua cultura, sua história, para construir os prováveis sentidos no evento comunicativo (CAVALCANTE, 2021, p. 19).

Logo, a atividade textual se encontra em constante diálogo, no qual se recorre a estratégias de conhecimentos armazenados em nossa memória. Segundo estudiosos, eles podem ser de natureza linguística, enciclopédica e interacional (HEINEMANN; VIEHWEGWE, 1991 apud KOCH 2018a). Dessa forma, o processamento textual diz respeito ao conhecimento gramatical e lexical, articulando

som-sentido e organizando o material linguístico na superfície textual. Ademais, concerne ao conhecimento de mundo armazenado na memória de cada indivíduo, que representa as experiências vividas no dia a dia, resultando em conhecimentos socioculturalmente determinados. Assim, “após uma série de experiências do mesmo tipo, tais modelos vão se tornando generalizados, com abstração das circunstâncias particulares específicas” (VAN DIJK, 1989, apud KOCH, 2018a, p. 36). Por fim, o processamento textual diz respeito ao conhecimento interacional, por meio do qual, ao interagirmos, recorreremos a conhecimentos referentes às formas de interação. Isso quer dizer que, no momento da relação comunicativa, praticamos ações verbais por meio da linguagem, que envolvem “os conhecimentos do tipo elocucional, comunicacional, metacomunicativo e superestrutural⁹” (KOCH, 2018a, p. 36).

Cada um desses conhecimentos é de ordem procedural, isto é, quando ocorre o processamento textual, os sistemas de conhecimento são ativados, controlando nossas atividades interacionais, no sentido de adaptá-las ou adequá-las às necessidades comunicativas, de forma estratégica.

Por isso, essas estratégias podem ser de ordem cognitiva, sociointeracional e textualizadora (KOCH, 2018a). Nelas, destacam-se os sujeitos sociais e seus conhecimentos no processo de interação, que é o texto oral ou escrito.

Desse ponto de vista, conforme Beaugrande e Dressier (1981) – cuja obra, como já enfatizamos, constitui um dos marcos iniciais desse período -, o texto é originado por uma multiplicidade de operações cognitivas interligadas, “um documento de procedimentos de decisão, seleção e combinação” (p.37) (KOCH, 2018a, p. 34);

Dessa forma, a partir dessa época, o texto é visto como uma atividade interacional entre os interlocutores e considera-se o contexto para produção e compreensão de um texto, levando-se em conta os modelos mentais resultantes de processos cognitivos que envolvem escolhas motivadas por valores, vivências, crenças, idade, épocas, memórias e relações sociais. Portanto, atualmente, esses estudos assumem uma tendência sociocognitiva, evoluindo para a concepção de

⁹ Segundo Koch, (2018a) o conhecimento ilocucional permite reconhecer os objetivos ou propósitos de um falante numa situação de interação, ou seja, o que ele pretende atingir. Já o conhecimento comunicacional se refere a quantidade de informação necessária numa situação concreta, a seleção da variante linguística e a adequação dos tipos de texto à situação comunicativa. O conhecimento metacomunicativo permite a realização de atividades específicas para formulação textual: comparar frases, repetições, correções etc., assegurando a compreensão do texto para conseguir a aceitação do interlocutor. O conhecimento sobre estruturas ou modelos textuais globais, é aquele que permite aos falantes reconhecer textos como exemplares de determinado gênero ou tipo.

discurso, como uma prática social em que o texto se materializa de acordo com o contexto representado pela situação de comunicação e pela interação dos sujeitos.

2.2. A abordagem sociocognitivo-interacionista

A perspectiva do cognitivismo explica os processos que acontecem dentro e fora da memória dos indivíduos. Logo, leva em consideração o ambiente em que ele se insere para a resolução de problemas e a representação desse ambiente na memória individual. Desta maneira, “a cultura e a vida social seriam parte desta ambiente e exigiriam a representação, na memória, de conhecimentos especificamente culturais” (KOCH, 2018a, p. 41).

Nesse sentido, a noção de contexto se aproxima de uma concepção interacional, na qual os fenômenos discursivos não poderiam deixar de lado os estudos de uma teoria de contexto nova e multidisciplinar. Essa nova concepção é apresentada por Van Dijk (2020), que amplia o conceito teórico de contexto e afirma que:

Os contextos são construtos subjetivos dos participantes. Contrariamente à maioria das abordagens, que conceituam os contextos como propriedades objetivas das situações sociais, políticas e culturais, entendo que os contextos são construtos dos participantes, ou definições subjetivas das situações interacionais ou comunicativas (VAN DIJK, 2020, p. 34, grifo do autor).

Além disso, em decorrência da subjetividade da situação comunicativa, o autor defende que os contextos são experiências únicas, modelos mentais, dinâmicos e com bases sociais. Essas características nos levam a um campo essencialmente pragmático do discurso, que explica “como os usuários da língua adaptam sua interação discursiva aos ‘entornos’ socioculturais e cognitivos do momento” (VAN DIJK, 2020, p. 37). Desse modo, o contexto, sob a perspectiva sociocognitiva, é um modelo mental¹⁰ realizado e construído pelos participantes do discurso na relação comunicativa.

As abordagens interacionistas consideram, portanto, a linguagem “uma ação compartilhada que percorre um duplo percurso na relação sujeito/realidade e exerce

¹⁰ Para Kintsch e Van Dijk (1983), esse modelo mental, decorrente das operações cognitivas, é baseado na memória por armazéns, em que se diferenciam memória de longo prazo, memória de médio prazo e memória de curto prazo.

dupla função em relação ao desenvolvimento cognitivo” (KOCH, 2018a, p. 43). Em suma, por meio de tal concepção, ampliam-se as noções de texto e de contexto, atribuindo à atividade interativa uma ressignificação de sentidos em que os participantes são atores sociais. Sendo assim, o texto e o discurso passam a ser considerados o próprio lugar de interação, e os participantes da atuação comunicativa são sujeitos ativos, que estabelecem uma relação dialógica por eles construída, com base no contexto sócio-histórico-cultural.

Diante do exposto, para a formação e a compreensão textuais, é necessário estabelecer uma relação entre os enunciados linguísticos, as práticas de produção textual e as representações mentais sociocognitivas e individuais. Por conseguinte, estudar a língua em uso é tratar do texto e do discurso, pois, atualmente, ambos são indissociáveis. De acordo com Silveira (2012, p.10):

Como se sabe, desde que a atenção dos linguistas voltou-se para o uso efetivo da língua, apareceram a Linguística de texto e do Discurso. Durante muito tempo, ambas foram tratadas separadamente. Atualmente, porém, muitos linguistas passaram a entender que é necessário tratá-las unidas, principalmente, para o estudo de gêneros textuais e discursivos. Nessa vertente, Adam (2008, p.11), com base na AD e em Maingueneau, propõe “[...] uma teoria da produção co(n)textual de sentido ser fundamentada na análise textual e discursiva de textos concretos”. Assim, os planos do discurso passam a ser interligados aos planos de texto e os gêneros são situados entre a formação sócio-discursiva e o texto (plano da textura, da estrutura composicional, da semântica, da enunciação e dos atos de discurso), juntamente com o interdiscurso, a língua e os intertextos.

Desse modo, o texto e o discurso estão imbricados na atividade comunicativa e não podemos nos debruçar apenas sobre a superfície textual, pois a linguagem não se configura somente na esfera linguística. Mais do que isso, ela é um conjunto de saberes sociais e individuais que, quando colocados em uso, podem revelar processos de significação e/ou de ressignificação diante dos diferentes grupos sociais. Em suma, língua e linguagem são fenômenos de interação sociocognitiva dos indivíduos.

2.3 A Análise Crítica do Discurso: a vertente sociocognitivista

Como sabemos, é por meio da linguagem que os seres humanos interagem; sendo assim, ela é fundamental para a vida em sociedade. Com o objetivo de entender como a linguagem, manifestada pelos discursos, funciona em determinados contextos

de produção, os estudos críticos ganharam força quando a corrente linguística funcionalista, em oposição ao estruturalismo e ao gerativismo, passou a conceber a linguagem como instrumento de interação social. Nesse sentido, o discurso é considerado uma prática social, isto é, “o discurso encontra-se sempre encaixado em uma prática social que, em maior ou menor grau, estrutura os nossos dizeres e as nossas ações [...]” (GONÇALVES-SEGUNDO, 2018, p. 79). Assim, o conceito funcionalista do discurso é aplicável para os analistas, pois a linguagem em uso é o esteio para uma análise crítica daquilo que articulamos verbalmente e não verbalmente na vida social.

Na década de 1980, Norman Fairclough cunhou o termo Análise Crítica do Discurso — doravante ACD — e, a partir desse momento, várias abordagens se desenvolveram para uma análise das práticas discursivas ocorridas na sociedade. Em 1990, a ACD se consolidou e passou a ser considerada uma teoria da linguagem.

Essa teoria pretende conhecer os fundamentos ideológicos do discurso e propõe que ele é um modo de ação sobre o mundo e sobre as pessoas, não se restringindo a uma representação do mundo, mas colaborando para compreender a significação das estruturas discursivas. Conseqüentemente, o conceito de discurso é central para a ACD, porém, ao longo da história, ele não é ponto pacífico entre os pesquisadores.

Wodak e Meyer (2009 apud PEREIRA; TEIXEIRA; PEREIRA, 2020) apontam as seis principais abordagens de ACD, que englobam ações, sujeitos, relações sociais, instrumentos, objetos, tempo, lugar e valores sociais para conceituar o termo discurso. Vejamos, a seguir, cada uma delas.

A abordagem histórico-discursiva tem como principal pesquisadora Ruth Wodak, que considera o discurso como elemento constitutivo das práticas sociais e, ao mesmo tempo, um elemento constituído por elas. Isto é, além das formas discursivas realizadas pela linguagem, o discurso se constitui pelas crenças particulares e pelas relações entre os sujeitos sociais, numa relação dialética. Para essa abordagem, a dimensão histórica das ações discursivas é analisada e podem-se observar, nessa dimensão, novas formações discursivas num processo dialético entre a linguagem e os fatos sócio-históricos.

A abordagem linguística de *corpus* é normalmente atrelada a outras abordagens. Isso ocorre porque há divergências entre os linguistas em relação a ela

ser apenas uma metodologia aplicada às pesquisas, tanto linguísticas quanto da ACD. Nessa abordagem, “discurso é tomado para se referir a textos autênticos utilizados em ambientes multicamadas para desempenhar funções sociais’ e analisá-lo é reconhecê-lo ‘como agente de mudança social potencialmente poderoso” (PEREIRA; TEIXEIRA; PEREIRA, 2020, p. 28). Portanto, para a Linguística de *corpus*, o discurso tem uma função social quando compartilhado, e seu significado concentra-se nas estratégias discursivas que compõem o próprio texto.

A abordagem de análise de dispositivo apresenta o conceito de ‘dispositivo’ quando define o termo discurso. Esse conceito é construído a partir de práticas discursivas executadas linguisticamente e não linguisticamente (JÄGER; MAIER, 2016), e surge como forma de investigar a subjetividade do discurso. Nesse viés,

É importante ressaltar que, para Jäger e Maier (2016), um dispositivo não necessariamente é um discurso e nenhum discurso é necessariamente um dispositivo, e que a compreensão desses dois conceitos é essencial para análise discursiva que os autores propõem. Para compreender como um discurso exerce seu efetivo papel social, é preciso ter em conta que sua significação e efeito são situados no tempo e no espaço em que é produzido. Para compreender o dispositivo, é necessário saber se ele constitui uma relevância histórica e social para o sujeito, pois quando isso não ocorre, “as partes da realidade se tornam insignificantes no mais puro sentido da palavra. Eles retornam ao estado vazio”. (JÄGER; MAIER, 2016, p. 115 apud PEREIRA; TEIXEIRA; PEREIRA, 2020, p. 31)

Pereira, Teixeira e Sales (2020) exemplificam com uma cerimônia de casamento cristão ocidental. Segundo os autores, esse evento é realizado para celebrar a união de duas pessoas perante familiares e a sociedade. Na ocasião, um dispositivo essencial que rege as relações sociais é a aliança dos noivos. Ademais, os discursos são produzidos com o intuito de construir um saber e um poder sobre a prática social do casamento.

Já a teoria das representações de atores sociais afirma que o discurso funciona como prática social que exerce poder e controle. Assim, é uma forma de ação que pode ser usada como ferramenta de representação social compartilhada no texto. Van Leeuwen, principal linguista dessa teoria, propõe sua análise a partir da Linguística Sistêmico-Funcional, de Halliday (1994), na qual busca “compreender de que modos os atores são (re)contextualizados discursivamente, no que se refere à sua agência” (PEREIRA; TEIXEIRA; PEREIRA, 2020, p. 33). Posteriormente, van Leeuwen avança para os estudos da multimodalidade e questiona a criticidade dos textos verbais e não

verbais, propondo uma análise do discurso baseada na representação dos atores sociais em textos multimodais (PEREIRA; TEIXEIRA; PEREIRA, 2020, p. 33).

Fairclough, representante da abordagem dialético-relacional, propôs a teoria social do discurso, que, baseada numa visão transdisciplinar, enxergou na ACD a possibilidade de construir um modelo inicial de análise tridimensional do discurso, por meio do qual os atores sociais podem agir para realizar mudanças na estrutura social. Nesse modelo, o autor reuniu a análise linguística e a teoria social, segundo as quais “qualquer evento discursivo (isto é, qualquer exemplo de discurso) é considerado simultaneamente como um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 22). Mais tarde, o teórico reformulou o modelo tridimensional e apresentou um modelo analítico denominado transformacional. Nos dizeres de Pereira, Teixeira e Pereira (2020, p. 38):

[...] após algumas reflexões próprias de que o modelo tridimensional não correspondia exatamente a uma proposta dialética, esse autor fez uma reformulação de seu conceito de discurso e também do modelo de análise, em coautoria com a linguista grega Lillie Chouliaraki. Chouliaraki e Fairclough (1999) apresentam uma nova definição de discurso, agora com uma dimensão das práticas sociais, o que consideraram mais adequado ao novo modelo proposto, denominado transformacional. Os autores apresentam a seguinte definição: “o discurso é uma dimensão das práticas sociais que seriam constituídas também por elementos não discursivos, como crenças, valores, desejos, instituições e relações sociais” (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999, p. 29). (PEREIRA, TEIXEIRA; PEREIRA, 2020, p. 38)

Nessa nova concepção, deve-se analisar o discurso também na dimensão não discursiva, configurada no modo de agir, na representação e na identificação do mundo, ou seja, a relação dialética entre os sujeitos sociais e o mundo material onde se dão essas relações.

Por fim, a abordagem sociocognitiva, que fundamenta este trabalho, tem como principal representante Van Dijk (2002, 2016) e apresenta uma interface cognitiva na análise do discurso, formando uma tríade relacional entre discurso, cognição e sociedade, adotando uma concepção interacionista da língua/linguagem. Com isso, entende-se que a relação entre estruturas discursivas e sociais é primordial para a compreensão dos fenômenos discursivos. Para Van Dijk (2002, p. 192 apud PEREIRA; TEIXEIRA; PEREIRA, 2020, p.35), discurso é “um evento comunicativo específico, em geral, e uma forma escrita ou oral de interação verbal ou uso da linguagem, em particular”. Portanto, para essa concepção, o objeto de estudo não é

autônomo, e sim multidisciplinar, situado social, histórica, cultural e politicamente. Nesse sentido, Oliveira (2013, p. 314) reforça:

[...] ora, se o discurso não é um objeto autônomo, então não é suficiente analisá-lo apenas no nível linguístico, ao qual van Dijk se refere como micro nível da escrita e da fala. A análise de entonações, palavras, estruturas sintáticas e gêneros textuais escolhidos pelos usuários da língua é, sim, muito importante. Entretanto, a análise dessas estruturas discursivas não basta. Afinal, se o discurso resulta de uma interação social, histórica, cultural e politicamente situada, é necessário analisar em si também as relações que as categorias do micronível. estabelecem com as categorias daquilo que van Dijk chama de macronível social, ou estruturas sociais, como por exemplo, família, escola, corporações midiáticas, posições de poder, movimentos sociais e instituições governamentais. (OLIVEIRA, 2013, p. 314)

Dessa forma, conhecimentos humanos são construídos *no e pelo* discurso em sociedade; as cognições sociais, por sua vez, são construídas na interação do já sabido e o construído, sendo conhecimentos individuais e sociais, ao mesmo tempo. Por essa razão, eles se tornam dialéticos contínuos nos discursos institucionalizados. Mais especificamente,

Van Dijk (1997a) assegura que o discurso, além de estrutura, é, também, ação e interação social; o texto e a enunciação, além de linguísticos, são sociais e culturais, da mesma forma que são relativos à cognição; o discurso é contextual e, ainda, mantém relações de produção e de reprodução ideológicas. O Discurso está inter-relacionado com as noções de Sociedade, Cognição e de grupos sociais, podendo ser manifestado por eventos discursivos particulares ou institucionais. Cada locutor é único em seu discurso, como evento discursivo particular. Contudo, apesar das semelhanças sociais que o definem como membro de um grupo social, por haver intertextualidade e refuta, ele se apresenta como uma avaliação individual, ou seja, uma disparidade e até dissidência em relação ao grupo social. O locutor dos discursos institucionais torna-se único, na medida em que representa a informação, considerando-se a visão de mundo de um determinado grupo socioideológico que está em conflito com outros grupos sociais.

As representações mentais individuais são as que explicam as razões de diferentes reações dos indivíduos diante de um acontecimento, embora eles pertençam a um mesmo grupo de cognições sociais. Nesse sentido, a categoria Cognição agrupa as formas sociais de representação mental do mundo, vistas como formas de crença, por serem conhecimentos avaliativos (ANJOS, 2005, p.37).

Assim, “os indivíduos interacionais podem ser muito diferentes e apresentar distintas crenças, opiniões e papéis sociais, o que pode acarretar diferentes processos de interpretação” (PRETO, 2021, p. 22). Na interação oral ou escrita, a cognição e o contexto são basilares para essa vertente, já que as representações dos indivíduos,

manifestadas nos discursos, são conhecimentos avaliativos, que podem ser positivos ou negativos e moldam a opinião.

A interface cognitiva entre o discurso e a sociedade leva em conta os aspectos da estrutura discursiva e do papel da cognição pessoal e social para a produção e a compreensão dos discursos. Dessa forma, a cognição pessoal se relaciona às maneiras como os indivíduos usam a linguagem subjetivamente para a produção e compreensão do discurso, ou seja, é resultado das experiências pessoais com o mundo, atualizadas, construídas e modificadas, mas guiadas pelos conhecimentos sociais. Em outras palavras, o social e o individual, no processamento do discurso, estão interligados.

Em resumo, a vertente sociocognitiva pressupõe que a interação comunicativa pelo discurso decorre das cognições individuais e das cognições sociais de representação mental, permitindo que um indivíduo se posicione diante de determinado enunciado. Esse posicionamento pode se concretizar com a focalização (avaliativa) dada à informação, e “a focalização deve ser considerada como um procedimento crucial para as estratégias de representação que regem a configuração sociocognitivo do discurso” (ANJOS, 2005, p.45).

Logo, a linguagem, exteriorizada por meio do texto, carrega uma representação do referente focalizado e “na medida que o referente é focalizado e situado de maneiras diversas [...] a argumentação é instaurada, para se defender uma conclusão” (ANJOS, 2005, p. 47-48). Nesse sentido, tratar da argumentação na produção discursiva é verificar a resposta avaliativa sobre algo, como uma consequência do dialogismo inerente ao discurso.

Na próxima seção, apresentamos alguns estudos sobre a argumentação e a atividade argumentativa, que embasam o discurso opinativo.

3 A ARGUMENTAÇÃO E A PRODUÇÃO DISCURSIVA

Nesta seção, tecemos algumas considerações sobre a atividade argumentativa e as perspectivas teóricas relacionadas à argumentação e ao texto dissertativo de uma tese e de duas teses.

3.1 A Argumentação: algumas considerações históricas

Na Grécia Antiga, Aristóteles (384-322 a. C.) foi o responsável pela sistematização do estudo da retórica. O filósofo se preocupou em relacionar o ensino com o âmbito político e vinculou a argumentação à lógica, à retórica e à dialética. Essas disciplinas formavam a base do sistema no qual a argumentação foi estudada, de Aristóteles ao fim do século XIX (PLANTIN, 2008).

A retórica aristotélica tinha a finalidade de persuadir e, dessa forma, opunha-se ao discurso não retórico. No entanto, “Quintiliano, em nome da lógica, critica a validade desta definição” (TRINGALI, 1988, p. 22). Em outras palavras, para Quintiliano, a retórica não se define pela persuasão, mas sim como a arte de falar bem, pois nem todo discurso tem o objetivo de persuadir. Assim,

Quintiliano define a Retórica como a arte de falar bem, “ars bene dicendi”. Mas na prática, ele continua ensinando a seus discípulos que acima de tudo convém ganhar a causa, que só se ganha persuadindo [...].
 Quem tem razão: Aristóteles ou Quintiliano? A retórica é arte de falar bem ou de persuadir? Na verdade, a Retórica persegue os dois objetivos e a questão se restringe a saber qual o principal [...].
 A persuasão fica em primeiro lugar porque, sem ela, a Retórica se desvirtua, se desnatura. Ora, para persuadir, o discurso necessita de ser bem feito [...].
 Um texto bem escrito ou pronunciado pode não ser retórico e um texto mal escrito e pronunciado pode ser retórico (TRINGALI, 1988, p. 22).

Dessa forma, segundo Plantin (2008), a argumentação, no paradigma clássico, está vinculada à retórica como a “arte de bem falar”, à dialética como “a arte de bem dialogar” e à lógica como “a arte de pensar corretamente”. A “arte de bem falar”, de acordo com o autor, é caracterizada como uma retórica referencial e probatória, em que se considera a teoria dos signos para o processo argumentativo. A “arte de bem dialogar”, por sua vez, baseia-se na dialética de ordem filosófica, definida como um tipo de diálogo regrado, numa interação limitada em que dois parceiros interagem por meio de perguntas e respostas sobre um determinado problema, em busca da

verdade. Por fim, a “arte de pensar corretamente”, é vista como discurso lógico, no qual a argumentação se define pela teoria do silogismo válido. Nesse caso, “Alguns A são B, todos os B são C, logo, alguns A são C” (PLANTIN, 2008, p. 12). A contraparte é representada pela teoria dos discurso falacioso. A lógica aristotélica é, portanto, baseada no silogismo, em que se observa como as premissas foram concluídas

No fim do século XIX, os estudos retóricos foram criticados e deslegitimados. A disciplina “retórica” foi considerada não científica, e somente sua história foi tida como acadêmica. Por conseguinte, “o estudo das práticas discursivas foi repensado no quadro da análise do discurso, da comunicação institucional e das interações verbais’ (PLANTIN 2008, p. 13). Essa mudança considerou o método histórico como capaz de produzir o saber científico, ou seja, uma nova concepção do “saber” era o “saber positivo”. De acordo com Plantin (2009, p. 13-14), “diante das descobertas positivas da pesquisa histórica, nenhuma posição fundada no bom senso, no consenso, na opinião, na *doxa* ou nos lugares comuns pode ser seriamente sustentada. O saber retórico não é saber”.

O autor explica as circunstâncias que atuaram contra a retórica. Uma se relaciona com a educação jesuítica numa época de intensa contestação entre a Igreja e o Estado e, outra, nos próprios colégios jesuítas, em que se praticava a retórica em latim. Esse último fato resultou na emancipação do francês e foi considerado pelos estudos franceses uma educação retrógrada e, assim, um novo currículo introduz a abordagem histórica da literatura, com novas formas de expressões acadêmicas que excluem a retórica como disciplina. Nesse sentido:

[...] não é, portanto, de surpreender que, ligada à antiga concepção da educação e dos saberes, a retórica tenha, desse modo, se tornado por amálgama, o símbolo fácil de uma reação clerical ultrapassada e manipulatória, em absoluto contraste com as tendências positivas modernas em ciências e em educação, às quais se vinculava a universidade Republicana [...].

Na medida em que estavam ligados aos estudos de retórica, os estudos da argumentação estavam claramente situados do lado errado. Mas em que medida isso? A retórica excluída do currículo era a retórica jesuíta, que não estava centrada na argumentação, mas na *praelectio*, em outros termos, em algo como a explicação do texto, a imitação e amplificação, uma forma de eloquência que não estava voltada para convencer pela prova e pelo debate, mas para subjugar pelo esplendor verbal (COLLINOT; MAZIÈRE, 1987 apud PLANTIN, 2008, p. 14 -15).

Dessa forma, a lógica formal se destacou, e as práticas argumentativas se voltavam para o plano cognitivo, e não para o plano discursivo. Consequentemente,

a argumentação e o discurso, fora do âmbito científico, eram considerados ilegítimos e se expunham a firmes refutações.

Entretanto, no pós-guerra, em 1945, em oposição aos violentos discursos políticos e religiosos, surgem novos pensamentos e estilos argumentativos, baseados no método crítico. A partir desse momento, os estudos de argumentação se desenvolvem, e a busca do discurso democrático racional, contra os discursos totalitários da época, constitui uma nova reflexão sobre a racionalidade discursiva. Nesse contexto ideológico, a argumentação é reconstruída e passa a ser legítima, e não lembrada, pois, segundo Plantin (2008), ela não foi esquecida.

Em 1958, as obras “O uso dos argumentos”, de Toulmin, e “O Tratado da Argumentação — A nova retórica”, de Perelman e Olbrechts- Tyteca, se consolidaram como uma retomada dos estudos aristotélicos sobre argumentação, com novas perspectivas.

Resumidamente, Toulmin propõe uma descrição da argumentação, sem sistematizá-la, e não a separa da lógica. O autor apresenta um modelo de coerência argumentativa segundo o qual o discurso argumentativo seria como uma cédula composta de seis elementos: dado; lei de passagem; suporte; modalizador; conclusão; e refutação. Nas palavras de Plantin (2008, p. 28), “o modelo de Toulmin aplica-se ao discurso contínuo, ao monólogo. Contudo, podemos considerar que o modalizador representa o vestígio de um possível contradiscurso, correspondente à concessão”. Dessa maneira, o modelo preza pela racionalidade do discurso, ao qual se mostra fortemente conectado, numa hierarquia de informações, nas quais há a possibilidade de refutação. Ou seja, a preocupação do autor é a boa sustentação dos argumentos, em que se tenta persuadir o outro, ancorado ao bom fundamento das posições.

A obra “O Tratado da Argumentação — A nova retórica”, de Perelman e Olbrechts- Tyteca (2014 [1958]), desenvolve uma teoria sobre o poder da palavra em sua dimensão de troca social. Vale lembrar que os estudiosos não distinguem a retórica da argumentação e, nas palavras de Amossy (2020), “para os autores, a retórica, sinônimo de argumentação, confunde-se, assim, com uma lógica de valores e com um exercício da razão prática que possui uma dimensão ética além da social” (AMOSSY, 2020, p. 8). Nesse sentido, Perelman e Olbrechts- Tyteca, ensinam-nos que a argumentação se contrapõe à concepção da lógica formal clássica da

demonstração, e propõem que o discurso deve ser construído com base em técnicas discursivas que visem à adesão do auditório a fim de persuadir. Em suas palavras:

[...] quando se trata de argumentar, de influenciar, por meio do discurso, a intensidade de adesão de um auditório a certas teses, já não é possível menosprezar completamente, considerando-as irrelevantes, as condições psíquicas e sociais sem as quais a argumentação ficaria sem objeto ou sem efeito. Pois toda argumentação visa à adesão dos espíritos e, por isso mesmo, pressupõe a existência de um contato intelectual. Para que haja argumentação, é mister que, num dado momento, realize-se uma comunidade efetiva dos espíritos. É mister que se esteja de acordo, antes de mais nada e em princípio, sobre a formação dessa comunidade intelectual e, depois, sobre o fato de se debater uma questão determinada. Ora, isso não é de modo algum evidente (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014, p. 16).

Sob esse prisma, argumentar é motivar, influenciar os ouvintes e/ou leitores com o propósito de adesão à tese debatida e, em divergência ao silogismo de Aristóteles, “o desenvolvimento de uma teoria argumentativa só seria possível se refutasse a ideia de evidência, pois não há argumentos contra as evidências” (PRETO, 2021, p. 24). Assim, a nova perspectiva apresenta a estrutura da argumentação, em que os recursos discursivos devem se preocupar com as técnicas linguísticas que envolvem as situações enunciativas do antes e do depois, isto é, deve-se observar, na argumentação, o acordo prévio para que haja o aceite (recepção) do auditório. Sobre esses mecanismos argumentativos, discorreremos, mais detalhadamente, no item “atividade argumentativa”.

Outra abordagem, que brevemente registramos, foi apresentada por Ducrot (1989), que propõe a teoria da argumentação na língua. Essa teoria concebe a argumentação como intrínseca à língua e se opõe às concepções argumentativas tradicionais. O autor considera a argumentação um ato linguístico e desconsidera os aspectos extralinguísticos que envolvem valores, juízos e opiniões do auditório. Na análise de Plantin (2008, p. 31), “Ducrot opõe uma visão “ingênua” ou “tradicional” da argumentação à concepção semântica, que é a dele. A visão “ingênua” corresponde justamente ao modelo de Toulmin”.

Assim, a orientação argumentativa de Ducrot estuda o plano linguístico conforme o processo estruturalista da língua. Plantin (2008) exemplifica esse mecanismo:

[...] a instituição fundamental deste modelo é que, quando o indivíduo produz um enunciado, já é possível, exclusivamente sobre essa base, prever o que ele vai dizer em seguida. O estudo da argumentação é o estudo das capacidades projetivas dos enunciados, da expectativa criada por sua enunciação. “Ele é solteiro, logo... não é casado”; “Ele é forte, logo... poderá levar esse fardo”. Essa instituição é formalizada na noção de orientação argumentativa de um enunciado. Essa análise provou ser de grande fertilidade para os estudos da sequência dos enunciados (monolocutores) (PLANTIN, 2008, p. 32).

Portanto, o processo argumentativo proposto pela teoria debruça-se sobre a seleção linguística do enunciado e baseia-se em um discurso gramaticalmente bem construído, ou seja, defende-se que cabe à semântica descrever e analisar o valor e a força argumentativa. Sendo assim, a teoria da argumentação na língua atribui à linguagem as significações dos enunciados e demonstra os efeitos de sentidos neles contidos.

No Brasil, os estudos sobre argumentação foram desenvolvidos por Koch (2011; 2020). A autora centra-se na semântica argumentativa, que denomina macrossintaxe do discurso. De início, afirma que “a interação social por intermédio da língua caracteriza-se fundamentalmente, pela argumentatividade” (KOCH, 2011, p. 17). Nesse sentido, defende que a função da linguagem é mais relevante, ou seja, argumentar com base no ato linguístico que, por sua vez, está sempre revestido de ideologia. Em suas palavras:

[...] é por esta razão que o **ato de argumentar**, isto é, de orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões, constitui o ato linguístico fundamental, pois a **todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia**, na acepção mais ampla do termo. A neutralidade é apenas um mito: o discurso que se pretende “neutro”, ingênuo, contém também uma ideologia – a da sua própria objetividade (KOCH, 2011, p. 17, grifo da autora).

Vale ressaltar que a pesquisadora não diferencia a dissertação da argumentação, “visto que a primeira teria de limitar-se, apenas, à exposição de ideias alheias, sem nenhum posicionamento pessoal” (KOCH, 2011, p. 17-18). Para ela, a opinião pessoal no texto estaria marcada pelo simples fato de o escritor reproduzir a opinião alheia, já que escolheu tal posição.

Koch (2011) refere-se às marcas linguísticas da argumentação para estabelecer as relações entre o texto e o evento que constitui a enunciação. Para tanto, destaca as pressuposições, as marcas de intenções (explícitas ou veladas), os modalizadores que revelam a atitude do sujeito perante a produção enunciativa, os operadores argumentativos e as imagens recíprocas que se estabelecem entre os interlocutores.

Essas marcas moldam a cena enunciativa e “revelam a atitude do falante perante o enunciado que produz” (KOCH, 2011, p. 72).

Quanto à função dos operadores argumentativos, a autora assim se posiciona:

A argumentação é uma atividade estruturante do discurso, pois é ela que marca as possibilidades de sua construção e lhe assegura a continuidade. É ela a responsável pelos encadeamentos discursivos, articulando entre si enunciados ou parágrafos, de modo a transformá-lo em texto: a progressão do discurso se faz, exatamente, através das articulações da argumentação (KOCH, 2011, p. 154).

Como Ducrot (1989), considera a argumentação com base nos elementos coesivos, que garantem a coerência e a intencionalidade do autor, bem como promovem a progressão textual. Para a autora, essas são as condições básicas de todo o texto. Os operadores argumentativos — ou discursivos —, portanto, têm a função de mostrar a força argumentativa textual e são responsáveis pela tessitura do texto.

Amossy (2020) apresenta-nos a argumentação no discurso que, nos moldes contemporâneos, com Perelman e Olbrechts- Tyteca e outros teóricos, resgata o estudo da argumentação como integrante da análise do discurso e mostra a oposição problemática do argumentativo e do não argumentativo. Nesse viés, consideramos explicar a atividade argumentativa no âmbito social, o que fazemos a seguir.

3.2 A atividade argumentativa: afinal, o que é argumentar?

É pelo discurso que manifestamos nosso pensamento e posicionamento, bem como nossas concepções sobre determinado assunto. Por meio dele, podemos articular ideias e expor um ponto de vista, além de mostrar as razões daquilo que acreditamos e/ou defendemos, com um propósito único de contribuir para o equilíbrio das relações sociais. Nesse sentido, o ato de argumentar está entranhado em todas as esferas de comunicação humanas, seja nas manifestações gestual, oral ou escrita. A sociedade, formada por diferentes grupos sociais, depende das vozes sociais para ser compreendida e respeitada; conseqüentemente, um discurso será sempre um diálogo entre os interlocutores, em que o enunciador espera o acolhimento de suas posições. Logo, todo discurso apresenta uma dimensão argumentativa. Segundo Fiorin (2018):

A vida em sociedade trouxe para os seres humanos um aprendizado extremamente importante: não se poderiam resolver todas as questões pela força, era preciso usar a palavra para persuadir os outros a fazer alguma coisa. Por isso, o aparecimento da argumentação está ligado à vida em sociedade e, principalmente, ao surgimento da democracia. (FIORIN, 2018, p. 09)

Ademais,

Um discurso pode concordar com outro ou discordar de outro. Se a sociedade é dividida em grupos sociais, com interesses divergentes, então os discursos são sempre o espaço privilegiado de luta entre as vozes sociais, o que significa que são precipuamente o lugar da contradição, ou seja, da argumentação, pois a base de toda dialética é a exposição de uma tese e sua refutação” (FIORIN, 2018, p. 9).

Diante da característica dialógica da argumentação, é notório o aspecto “biface da atividade argumentativa” (PLANTIN, 2008, p. 65), que se manifesta quando se põe em dúvida ou se confronta um ponto de vista em relação a um tema. Na argumentação, portanto, há a discussão acerca dos posicionamentos, na qual poderá haver pontos de concordância e pontos de discordância.

A posição da retórica clássica nos ensina que, nessa contraposição, o uso da palavra exerce uma influência sobre o outro e tem como objetivo persuadir e “na mesma ordem de ideias, é preciso lembrar que a arte de persuadir por meio da palavra pressupõe o livre exercício do julgamento” (AMOSSY, 2020, p. 18). Sugere-se, pois, que a essência da argumentação está no dialogismo, o qual, inerente ao discurso e como consequência dele, precisa ser considerado em todo discurso, sendo que “todo enunciado confirma, refuta, problematiza posições anteriores, que tenham sido expressas de modo preciso por um dado interlocutor, ou de modo difuso no interdiscurso contemporâneo” (AMOSSY, 2020, p. 42). Nessa perspectiva, o discurso, portanto, age sobre o outro e transforma seu pensamento.

Contudo, a autora diferencia dimensão argumentativa e visada argumentativa. A seu ver, a mera transmissão de um ponto de vista, sem a intenção de modificar as posições do alocutário, não tem poder de persuasão e deseja apenas transmitir uma dimensão do real, sem uma finalidade específica de modificação de determinado ponto de vista, tratando-se, portanto, de um discurso com uma dimensão argumentativa. A visada argumentativa, em contrapartida, apresenta uma intenção estratégica para atingir o objetivo persuasivo de modificação de pensamento. Mais especificamente,

Toda palavra é necessariamente argumentativa. Isso é um resultado concreto do enunciado em situação. Todo enunciado visa agir sobre seu destinatário, sobre o outro, e a transformar seu sistema de pensamento. Todo enunciado obriga ou incita o outro a crer, a ver, a fazer de outra maneira (PLANTIN, 1996:41 apud AMOSSY, 2020, p. 43).

Diante dessa concepção, a autora não distingue texto argumentativo e não argumentativo e define argumentação como:

[...] os meios verbais que uma instância de locução utiliza para agir sobre seus alocutários, tentando fazê-los aderir a uma tese, ou simplesmente orientar suas maneiras de ver, ou de suscitar um questionamento sobre um dado problema (AMOSSY, 2020, p. 47).

Assim, amplia-se a distinção entre o argumentativo e não argumentativo e chega-se à concepção do *continuum*, de maneira que a argumentação pode se revestir de diferentes modos, dependendo das relações e dos papéis sociais entre os interlocutores. Ainda de acordo com a pesquisadora:

Para evitar as confusões, é preciso, porém, diferenciar a dimensão argumentativa inerente a muitos discursos, da visada argumentativa que caracteriza apenas alguns deles. Em outros termos, a simples transmissão de uma ponto de vista sobre as coisas, que não pretende expressamente modificar as posições do alocutário, não se confunde com uma empreitada de persuasão sustentada por uma intenção consciente e que oferece estratégias programadas para esse objetivo (AMOSSY, 2020, p. 44).

Para ela, os diversos modos de influenciar o outro abrem caminho para o que chama de modalidades argumentativas, quais sejam: a demonstrativa (debate eleitoral, artigo de opinião, redação do ENEM); a pedagógica (explicações em sala de aula); a patêmica (o locutor apela para os sentimentos do interlocutor — pedido de ajuda); a de coconstrução (reuniões familiares); a negociada (audiência de conciliação); e a polêmica (embate por questões inconciliáveis) (FARIA; CAVALCANTE; BRITO, 2020). A modalidade demonstrativa ocorre quando o locutor/autor apresenta uma tese e, por meio de provas, busca a adesão do auditório/leitor. Em outras palavras,

[...] a primeira modalidade descrita por Amossy (2008) é a modalidade demonstrativa, na qual uma tese é apresentada pelo locutor em um discurso que pode ser monogerido ou dialogal. Devido à apresentação de uma tese, essa modalidade é corriqueiramente confundida com o que comumente se entende por argumentação, em gêneros como o artigo de opinião, a redação do Enem etc., porém essa modalidade não engloba a totalidade da argumentação discursiva, sendo somente uma de suas possibilidades (OLIVEIRA; CAVALCANTE; SILVEIRA, 2020, p. 13).

Como vemos, a linguagem em uso tem a finalidade de influenciar seus parceiros, em maior ou menor grau, ou seja, “quer seja para sugerir maneiras de ver, para fazer aderir a uma posição, ou para gerir um conflito” (AMOSSY, 2020, p. 44). Em vista disso, a argumentação amplia a concepção da atividade argumentativa e aponta para um novo olhar de análise dos discursos.

A já mencionada Nova Retórica, proposta por Perelman e Olbrechts- Tyteca (2014 [1958]), apresenta a relação entre o orador e auditório como constitutiva do processo argumentativo: “com efeito, como a argumentação visa obter a adesão daqueles a quem se dirige, ela é, por inteiro, relativa ao auditório que procura influenciar” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014, p. 21). Para os autores, a retórica é a arte de argumentar que abrange o verossímil, o plausível e o provável por meio de técnicas discursivas que se afastam da demonstração, ou seja, da lógica formal, sendo que, nessa perspectiva, a linguagem é o instrumento de persuadir. Em suma,

[...] o objetivo de toda argumentação eficaz, como dissemos, é provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se apresentam a seu assentimento: uma argumentação eficaz é a que consegue aumentar essa intensidade de adesão, de forma que se desencadeie nos ouvintes a ação pretendida (ação positiva ou abstenção) ou, pelo menos, crie neles uma disposição para ação, que se manifestará no momento oportuno (PERELMAN; OLBRECHTS- TYTECA, 2014, p. 50).

Dessa forma, o acordo prévio entre o orador e o auditório é requisito fundamental no processo argumentativo, e o orador “se quiser agir é obrigado a adaptar-se ao seu auditório”. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014, p. 7).

Os autores asseveram que esses acordos visam à persuasão e ao convencimento, vinculando tais objetivos ao tipo de auditório ao qual o orador se dirige. Nesse sentido, “propomo-nos chamar *persuasiva* a uma argumentação que pretende valer só para um auditório particular e chamar *convincente* àquela que deveria obter a adesão de todo ser racional.” (PERELMAN; OLBRECHTS- TYTECA, 2014, p. 31, grifo do autor). Amplia-se, portanto, a visão da retórica clássica, situada entre persuadir e convencer, com ênfase no parecer dos auditórios (particular e universal), que é a base para o desenvolvimento de um discurso argumentativo eficaz.

Ainda de acordo com os teóricos, “[...] quem se preocupa com o resultado, persuadir é mais do que convencer, pois a convicção não passa da primeira fase que leva à ação” (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2014, p. 30). Em vista disso, os

autores acreditam que as técnicas argumentativas são essenciais para a persuasão e para o convencimento do ouvinte, e os tipos de argumentos configuram esses mecanismos. Os tipos de argumentos descritos na terceira parte da obra se dividem em: argumentos por dissociação e por ligação. Os segundos se subdividem em argumentos quase-lógicos, os baseados na estrutura do real e os que fundamentam a estrutura do real.

Para Koch e Elias (2020), os textos escritos podem assumir diferentes configurações e, por meio deles, convencemos o nosso interlocutor em relação à posição que assumimos. As autoras compartilham os ensinamentos de Charaudeau (2008), que define o conceito de argumentar como:

[...] argumentar é atividade discursiva de influenciar o nosso interlocutor por meio de argumentos. A constituição desses argumentos demanda apresentação e organização de ideias, bem como estruturação do raciocínio que está orientado em defesa da tese ou ponto de vista. (CHARAUDEAU, 2008 apud KOCH; ELIAS, 2020, p. 24).

Nesse sentido, a atividade argumentativa está voltada para o interlocutor, e o modo de organização dos argumentos tem a finalidade de persuadir, ou seja, a intenção é modificar o comportamento do interlocutor mediante uma provocação que, ao final, conduza uma pessoa a aceitar determinada posição ou a refutá-la. Ressaltamos que as autoras, quando definem argumentação, relacionam o conceito à construção de um ponto de vista racional, uma explicação, e, para isso, frisam que o sujeito recorre a experiências individuais e sociais, dentro de um contexto espacial e temporal, com a finalidade de persuadir.

Em virtude de tais concepções sobre o que é argumentar, recorremos a Ferreira (2010), que elucida a atividade argumentativa em relação ao persuadir e ao convencer. O autor afirma que a primeira função da retórica é persuadir e, para atingir esse objetivo, o orador tem de lidar com a razão e a emoção. Quanto ao termo “persuadir”, ele é definido da seguinte maneira:

o termo *persuadir* origina-se de *persuadere* (per + suadere). *Per*, como prefixo, significa “de modo completo”. *Suadere* equivale a “aconselhar”. É, pois, levar alguém a aceitar um ponto de vista, é não se valer da palavra como imposição, mas, sim, de modo habilidoso. Persuadir contém em si o convencer (*cum + vincere*), que equivale a vencer o opositor com sua participação, persuadir o outro por meio de provas lógicas, indutivas ou dedutivas (FERREIRA, 2010, p. 15).

O autor mostra claramente que “persuadir” é inerente à argumentação, e “convencer”, ligado ao campo da racionalidade, é intrínseco àquele. Diante dessas considerações, é inegável que argumentar pressupõe se posicionar diante de uma situação, de um problema, de um conflito. E, nas palavras do autor “[...] onde não existem certezas marcadas pelo estritamente científico, há mesmo um mundo de conflitos, de opiniões divergentes, contraditórias, de valores mutáveis” (FERREIRA, 2010, p. 16).

No mesmo estudo, encontramos ensinamentos sobre a Nova Retórica, sobre a qual o pesquisador assim se manifesta: “a retórica contemporânea veio cheia de saúde: não mais pretende, especificamente, ensinar a produzir textos, mas, sobretudo, objetiva caminhos para interpretar os discursos” (FERREIRA, 2010, p. 46). Dessa forma, a argumentação, inerente aos atos retóricos tanto orais como escritos, não é normativa; ela provoca tensão e enriquece a visão de mundo, fomenta o diálogo e infiltra-se nos meios de comunicação (FERREIRA, 2010).

Atualmente, argumentar deve atrelar-se à liberdade de expressão, no mundo da opinião, em que se constrói positivamente a relação entre os homens. Para tanto, “nasce uma concepção alargada da razão como instância histórica e dialética, que regula nossas crenças e convicções e até a liberdade que temos em relação a elas” (FERREIRA, 2010, p.47). Assim, vinculamos a atividade argumentativa a uma lógica de valores, por meio da qual a avaliação (positiva ou negativa) revela nossa opinião, nossas preferências e nosso pensamento. Valemo-nos da subjetividade, das crenças sociais e individuais e do conhecimento com o objetivo de avaliar.

Na perspectiva opinativa, é relevante observarmos o conceito de opinião. Segundo Van Dijk (1997), ele “pertence a um conjunto de conceitos que são utilizados comumente na vida cotidiana, mas cuja análise teórica está longe de ser simples” (VAN DIJK, 1997, p. 252, tradução nossa). De acordo com o autor, a opinião está presente em todo tipo de texto, desde os mais descontraídos até os mais elaborados, por exemplo, o poético e o ficcional.

Apesar de não receber a merecida atenção dos linguistas, o teórico insere o tema baseado na Análise Crítica do Discurso, de vertente sociocognitiva, que envolve conhecimentos sociais e pessoais. Silveira (2012) elucida a visão de Van Dijk (1997) da seguinte maneira:

[...] segundo o autor, no que se refere às opiniões, há estudos realizados por psicólogos, filósofos e estudiosos das Ciências Sociais. Porém, eles privilegiam a opinião pública e a mudança de opiniões e, por isso, apresentam dificuldades para definir a opinião enquanto representação mental e enquanto características linguísticas, ou seja, os elementos necessários para se compreender as suas manifestações textuais em língua, no discurso (SILVEIRA, 2012, p. 94).

Desse modo, para avaliar pessoas ou fatos, é necessário considerar o processo mental, ou seja, o processo relativo a normas e valores sociais que levam a um julgamento e/ou crença — que, a seu turno, podem ser favoráveis ou não —, e assim configura-se a opinião. Na epistemologia, tem-se discutido a diferença entre conhecimento e opinião. De acordo com Silveira (2012, p.94), “[...] o conhecimento é resultado de um juízo factual, que tem por base o observável, sendo, portanto, conferível no mundo, enquanto a opinião é um juízo de valor [...]”. Em outras palavras, o conhecimento pode ser conferível ao mundo, como valor de verdade; já na opinião, o valor de verdade não se observa no mundo, pois é uma crença valorativa.

Para Van Dijk (1977), as formas de representação mental constroem um ponto de vista baseado em conhecimentos e valores (opinião). Por isso, ele é guiado por cognições sociais com uma dimensão avaliativa. Logo, as formas de conhecimento e as opiniões são direcionadas a partir da focalização referencial do que acontece no mundo, ou seja, a partir do marco de cognições sociais. Nesse sentido:

Todas as formas de representação mental são crenças avaliativas, conformadas por normas e valores e também se situam em uma dimensão social (cultural e/ou ideológica). Por exemplo, quando alguém opina: ‘Maria é boa professora’, faz-se necessário saber o que é “professora”, ou seja, como professora, é representada nas cognições sociais, para se compreender a opinião emitida. Por exemplo, no grupo social A, o conhecimento de “professora” representado com valor positivo, pois atende aos interesses do grupo -professora é a que ensina, corrige, avalia, retoma até que o aluno aprenda; dessa forma, a opinião emitida é uma avaliação positiva – “ser boa professora” - de uma representação mental já construída com valor positivo, “professora”. Mas no grupo social B, também o conhecimento de professora pode ser representado com valor positivo, segundo os interesses do grupo - professora é a que facilita a vida do aluno, pois falta às aulas, não ensina e no final aprova o estudante. Essa avaliação do grupo B, contida no conhecimento de “professora” é diferente e conflitante com o grupo A, pois o que é positivo para A é negativo para B e vice-versa. Logo, quando alguém diz: - “Maria é boa professora”, os sentidos variam, dependendo das crenças grupais (SILVEIRA, 2012, p. 95).

Quando uma informação nova faz parte das cognições sociais, é possível atribuir-lhe veracidade, pois é aceitável socialmente. Já as opiniões, como crenças,

“não suportam o teste da veracidade, pois são construídas com avaliações que não participam da cognição social” (SILVEIRA, 2012, p. 96).

É nesse viés que, em relação ao texto dissertativo, nos baseamos em Silveira (2012), ao afirmar que esse tipo textual manifesta um tipo de crença, uma emissão de opinião orientada pelas cognições sociais e pessoais. Tratamos dele no próximo item.

3.3 O tipo dissertativo

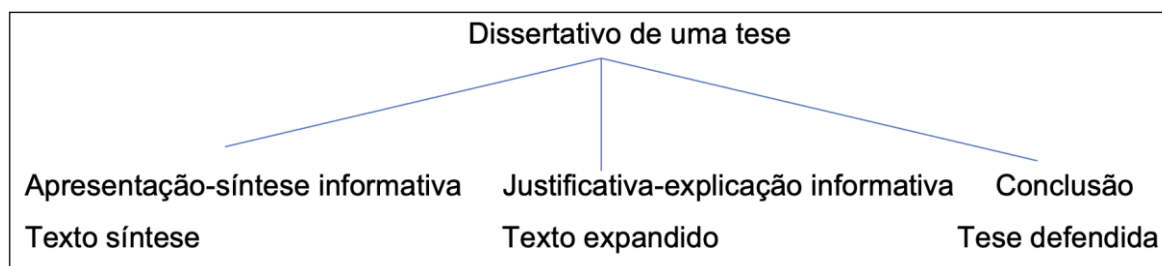
Silveira (2012) alude ao texto dissertativo científico para diferenciar o dissertativo-expositivo e o dissertativo-argumentativo. A seu ver, opinar implica projetar uma avaliação que percorre uma escala de valores: do mais ao menos; do grande ao pequeno; do bom ao ruim. Assim, as sequências textuais dissertativas do discurso científico diferenciam-se pela argumentação de uma tese e de duas teses. A autora cita Grize (1990) para definir a sequência explicativa, configurada por dois operadores: por que (pergunta) e porque (explicação). Essa sequência se manifesta num “não saber” e num “saber”. Dessa forma, temos a fase de questionamento, a fase resolutive e a fase conclusiva.

A sequência argumentativa, por sua vez, requer um diálogo entre duas teses: uma conhecida e outra não conhecida pelo auditório. Além disso, apresenta a seguinte estrutura: tese anterior, contra-argumentos, argumentos e nova tese. Em seguida, vejamos o dissertativo de uma tese e o dissertativo de duas teses.

3.3.1 O dissertativo de uma tese

Segundo Silveira (2012, p. 99), o texto dissertativo de uma tese “é organizado textualmente, subjacente à coesão textual, pela sequência explicativa”. Quando o texto expõe um “saber” que o auditório “não sabia”, mas que, para aceitar a tese defendida, “precisa saber”, trata-se de uma expansão de informações para que o autor atinja seu objetivo. Desse modo, a sequência explicativa está incrustada na categoria justificativa. A autora apresenta essa tipificação textual pelas categorias:

Figura 1: Dissertativo científico de uma tese



Fonte: SILVEIRA (2012, p. 100).

O esquema propõe a organização textual constituída por categorias: apresentação-síntese informativa, justificativa-explicação informativa e conclusão. Respectivamente, elas são representadas pelo texto-síntese, “que agrupa palavras e frases de um texto-condensado que compõe um ‘saber’” (SILVEIRA, 2012, p. 101); e pelo texto-expandido, que agrupa a explicação necessária (porque), em que o autor justifica a tese a ser apresentada, por meio de estratégias argumentativas ou por meio de informações necessárias, para comprovar o seu “saber” e “fazer-se saber”. Para isso, “orienta-os a fazer inferências necessárias para a expansão de sentidos específicos, implícitos no texto-reduzido introdutório” (SILVEIRA, 2012, p. 101-102). Dessa forma, no texto-expandido, ocorre a progressão semântica do termo apresentado no texto-síntese. Por fim, a tese defendida é apresentada na categoria “conclusão”, que expressa as palavras e frases do texto-síntese e do texto-expandido.

Em suma, utilizar “a estratégia de se sequenciar texto-reduzido e texto-expandido, propicia que o orador faça, para seu auditório, as inferências necessárias para processar a informação contida na tese proposta e aceitá-la”. (SILVEIRA, 2012, p. 102). Logo, de acordo com Garcia (2010), o dissertativo de uma tese é designado dissertativo-expositivo, cujo propósito principal é expor, explicar ou interpretar ideias. Segundo ele, “na dissertação, expressamos o que sabemos ou acreditamos saber a respeito de um determinado assunto; externamos nossa opinião sobre o que é ou nos parece *ser*”. (GARCIA, 2010, p. 380). Numa correlação entre os ensinamentos dos autores citados, consideramos que o texto dissertativo de uma tese tem uma dimensão argumentativa, ou seja, é tecido pela argumentação. Entretanto, não tem o objetivo de mudar a opinião do outro, de persuadir, mesmo apresentando uma tese, pois ela já é conhecida e não é modificada.

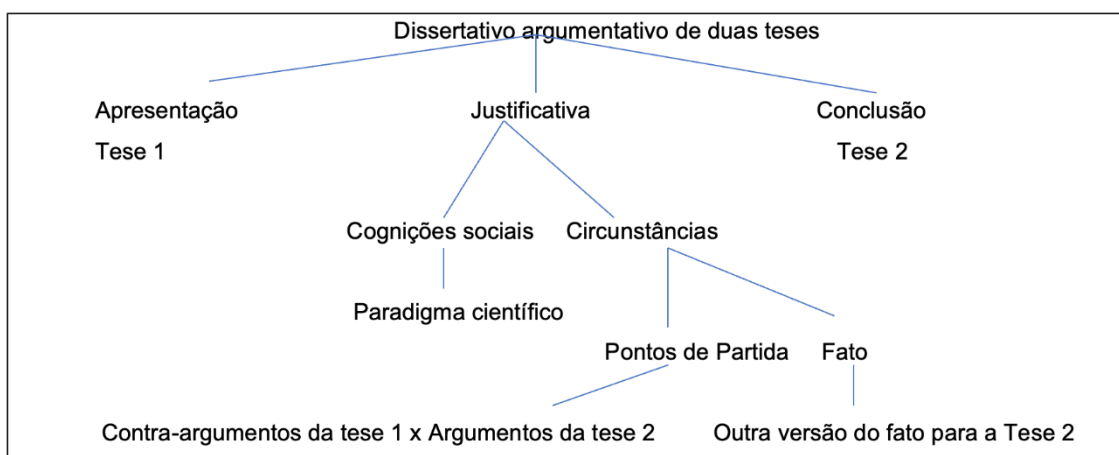
3.3.2 O dissertativo de duas teses

O texto dissertativo de duas teses se organiza pela sequência argumentativa, em que o autor se opõe ao que é de conhecimento do auditório (cognição social), apresentando a tese dois. A esse respeito, Silveira (2012) nos ensina que:

[...] o auditório é representado como os que conhecem a tese 1, à qual o orador se opõe; por se opor, o orador defende a tese 2, que é a sua. Assim, contra-argumenta para persuadir seu auditório a abandonar a tese 1 e argumenta para ele aceitar a tese 2 que é o objeto de seu discurso. A oposição do autor pode ser por complementaridade (“não só x, mas também y”) ou rejeição (“não x, só y”) (SILVEIRA, 2012, p. 103).

Nesse caso, o autor usa de contra-argumentos para fazer o leitor abandonar a tese um e aderir à dois, com a finalidade de persuadi-lo a abandonar o que sabia. O esquema textual proposto por Silveira (2012) assim se apresenta:

Figura 2: Dissertativo de duas teses



Fonte: SILVEIRA (2012, p. 103).

Como vemos, o esquema se organiza em categorias. A primeira, “apresentação”, reúne as palavras e frases que representam “o saber” já conhecido e forma a tese 1. Em seguida, a “justificativa” é composta pelas cognições sociais e pelas circunstâncias; pela categoria contra-argumentos, o autor apresenta argumentos para combater o que é sabido pelo auditório, a fim de persuadi-lo. Na categoria “argumentos”, o autor legitima e reforça a tese 2, que é a defendida, ou seja, é o “saber novo”, fundamentado para que o auditório o aceite. Por fim, a tese dois é o “saber novo” defendido pelo autor como “resultado de sua insatisfação em relação ao

“saber” contido no paradigma vigente” (SILVEIRA, 2012, p. 106). É importante registrar que a categoria “paradigma científico” exposta no esquema não será considerada neste trabalho, pois nosso *corpus* é composto por redações escolares que não envolvem o científico.

Vale ressaltar que esse esquema dialoga com o que Garcia (2010) propõe em sua obra. Para ele, na argumentação, o propósito comunicativo é persuadir ou influenciar o leitor ou ouvinte (auditório). Portanto, no texto dissertativo-argumentativo o foco é formar a opinião do receptor da mensagem, na tentativa de convencê-lo de que a razão está com o autor, pois apresenta-se um “novo saber”.

Em última análise, observa-se uma diferença entre textos dissertativos-argumentativos e textos dissertativos-expositivos. Com base no exposto, e partindo das contribuições de Amossy (2020), podemos encontrar textos com dimensão argumentativa e outros com visada argumentativa. Todos eles, de acordo com Silveira (2012), apresentam, respectivamente, argumentos de “um saber”, confirmado e conhecido pelas cognições sociais e ratificado pelo autor (dissertativos de uma tese) ou um saber” combatido pelo autor e, a partir do qual, se defende um “saber novo” (dissertativo de duas teses). Em outras palavras, nos textos dissertativos-argumentativos, espera-se que o autor apresente uma opinião diversa daquela já conhecida pelo auditório.

Na próxima seção, procedemos às análises dos textos dissertativos-argumentativos exigidos no Exame Nacional do Ensino Médio, com o propósito de verificar a organização argumentativa dos candidatos que obtiveram a nota máxima na prova discursiva. A análise é fundamentada em Amossy (2020), Silveira (2012); Van Dijk (1997;2020); Garcia (2010); Emediato (2008).

4 ANÁLISES DA PROPOSTA E DAS REDAÇÕES DE NOTA MÁXIMA DO ENEM

Nesta seção, passamos à análise do *corpus* com o objetivo de destacar o desenvolvimento textual e argumentativo nas redações de nota máxima do ENEM. Para tanto, verificamos a construção argumentativa fundamentada na linguística do discurso, sob a vertente sociocognitiva-interacional, com base no dissertativo de uma tese e no dissertativo de duas teses, segundo Silveira (2012).

4.1 Procedimentos de análise

Um balanço divulgado pelo INEP mostra que apenas 28 (vinte e oito) dos 2.795.978 participantes que fizeram o Exame Nacional do Ensino Médio, em 2020, tiraram nota mil¹¹. Já em 2021, dos mais de 2,1 milhões de participantes no ENEM, apenas 22 (vinte e dois) alcançaram tal pontuação¹², ou seja, trata-se de um número pouco expressivo em relação ao número de inscritos. Os seis textos (cf. Anexo B) que compõem o *corpus* foram extraídos de duas cartilhas, intituladas “Cartilha Redação a Mil”, que reúnem 24 (do ano de 2020) e 18 (do ano de 2021) produções textuais de nota máxima, elaboradas por candidatos de diferentes cidades brasileiras. Os nomes dos autores dos textos anexados foram subtraídos por questões éticas.

Com base nos aspectos teóricos abordados nas seções anteriores, procedemos doravante à análise de 06 (seis) redações selecionadas das Cartilhas, sendo 3 (três) redações de 2020 e 3 (três) de 2021. O objetivo é examiná-las a fim de verificar se se trata de um tipo dissertativo-expositivo ou de um tipo dissertativo-argumentativo, isto é, em qual deles podemos enquadrar a construção da opinião pressuposta pelo exame. Para tanto, serão consideradas as seguintes categorias de análise: a construção argumentativa na formação discursiva que constitui a opinião dos candidatos; e a organização textual do dissertativo de uma tese ou de duas teses. Assim, destacamos no texto reduzido: a frase-tema; o texto expandido; os textos motivadores; e a organização dos parágrafos das produções textuais dos candidatos.

¹¹ Disponível em: [https://vestibular.brasilecola.uol.com.br/enem/enem-2020-teve-apenas-28-redacoes-nota-mil/349733.html#:~:text=Balan%C3%A7o%20divulgado%20pelo%20Inep%20mostra,Enem\)%202020%20tiraram%20nota](https://vestibular.brasilecola.uol.com.br/enem/enem-2020-teve-apenas-28-redacoes-nota-mil/349733.html#:~:text=Balan%C3%A7o%20divulgado%20pelo%20Inep%20mostra,Enem)%202020%20tiraram%20nota). Acesso em 10 mar. de 2023.

¹² Disponível em: <https://vestibular.brasilecola.uol.com.br/enem/enem-2021-teve-apenas-22-redacoes-nota-1000/352317.html>. Acesso em 10 mar. 2023

Embora estejam transcritas ao longo da seção, as redações podem ser lidas na íntegra no Anexo B, como já informamos. Ademais, vale mencionar que esses textos foram produzidos por candidatos de diferentes cidades brasileiras, a saber: Aracaju/CE, Conselheiro Lafaiete/MG, Vitória/ES, Juiz de Fora/MG, Lagoa de Velhos/RN e Feira de Santana/BA. A análise foi separada pelo ano de aplicação do exame, e as siglas utilizadas são R1 (redação 1); R2 (redação 2); R3 (redação 3); R4 (redação 4); R5 (redação 5); R6 (redação 6). Portanto, haverá dois blocos de análise: o primeiro com as redações de R1 a R3, do ano de 2020, e o segundo com as redações de R4 a R6, do ano de 2021. As propostas de redação acompanham a análise no início de cada seção.

4.2 A proposta e a análise do *corpus*: primeiro bloco – ano 2020

A seguir, reproduzimos a proposta de redação apresentada aos candidatos no exame de 2020 do ENEM.

Figura 3: Proposta de redação — 2020

INSTRUÇÕES PARA A REDAÇÃO

1. O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
2. O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
3. A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.
4. **Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:**
 - 4.1. tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada "texto insuficiente".
 - 4.2. fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo.
 - 4.3. apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto.

TEXTOS MOTIVADORES

TEXTO I

A maior parte das pessoas, quando ouve falar em "saúde mental", pensa em "doença mental". Mas a saúde mental implica muito mais que a ausência de doenças mentais. Pessoas mentalmente saudáveis compreendem que ninguém é perfeito, que todos possuem limites e que não se pode ser tudo para todos. Elas vivenciam diariamente uma série de emoções como alegria, amor, satisfação, tristeza, raiva e frustração. São capazes de enfrentar os desafios e as mudanças da vida cotidiana com equilíbrio e sabem procurar ajuda quando têm dificuldade em lidar com conflitos, perturbações, traumas ou transições importantes nos diferentes ciclos da vida. A saúde mental de uma pessoa está relacionada à forma como ela reage às exigências da vida e ao modo como harmoniza seus desejos, capacidades, ambições, ideias e emoções. Todas as pessoas podem apresentar sinais de sofrimento psíquico em alguma fase da vida.

Disponível em: <http://www.saude.pr.gov.br>. Acesso em: 27 jul. 2020 (adaptado).

TEXTO II

A origem da palavra "estigma" aponta para marcas ou cicatrizes deixadas por feridas. Por extensão, em um período que remonta à Grécia Antiga, passou a designar também as marcas feitas com ferro em brasa em criminosos, escravos e outras pessoas que se desejava separar da sociedade "correta" e "honrada". Essa mesma palavra muitas vezes está presente no universo das doenças psiquiátricas. No lugar da marca de ferro, relegamos preconceito, falta de informação e tratamentos precários a pessoas que sofrem de depressão, ansiedade, transtorno bipolar e outros transtornos mentais graves.

Achar que a manifestação de um transtorno mental é "frescura" está relacionado a um ideal de felicidade que não é igual para todo mundo. A tentativa de se encaixar nesse modelo cria distância dos sentimentos reais, e quem os demonstra é rotulado, o que progressivamente dificulta a interação social. É aqui que redes sociais de enorme popularidade mostram uma face cruel, desempenhando um papel de validação da vida perfeita e criando um ambiente em que tudo deve ser mostrado em seu melhor ângulo. Fora dos holofotes da internet, porém, transtornos mentais mostram-se mais presentes do que se imagina.

<http://www.abrata.org.br>. Acesso em: 27 jul. 2020 (adaptado).

TEXTO III

Disponível em: <https://zenklub.com.br>. Acesso em: 27 jul. 2020 (adaptado).

PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema "O estigma associado às doenças mentais na sociedade brasileira", apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Fonte: FELPI (2020, p. 6).

A proposta de redação do ano de 2020 focalizou o tema "O estigma associado às doenças mentais na sociedade brasileira" e foi acompanhada de três textos motivadores, nos quais se expõem conceitos e dados estatísticos sobre a situação

dos indivíduos que apresentam alguma doença mental. No primeiro texto, aborda-se o conceito de saúde mental, relacionando-o à forma como uma pessoa reage diante das dificuldades da vida e define que ter saúde mental é muito mais que a ausência de doenças mentais. Ressalta-se a ideia nuclear do tema proposto, afirmando que todas as pessoas podem apresentar sinais de sofrimento psíquico em alguma fase da vida. Em suma, mostra-se ao leitor um cenário de vulnerabilidade psicológica dos indivíduos, e o candidato deve reconhecê-la.

No segundo texto, o foco recai sobre o conceito da palavra estigma, ou seja, o termo central do tema, sobre o qual o candidato deve argumentar. Remonta-se à origem histórica da palavra, relacionado as informações à contemporaneidade, isto é, ao modo como as pessoas se posicionam acerca do assunto. Ademais, menciona-se como as redes sociais podem ser prejudiciais diante da falsa exposição da vida perfeita. Nesse sentido, particulariza-se a opinião do leitor, que deverá abordar o preconceito e seus desdobramentos na sociedade atual. Vale destacar os vários sentidos para a palavra estigma que, em suma, pode ter o significado semântico como uma reprovação sobre características ou crenças pessoais que levam à marginalização de pessoas de determinado grupo; é o preconceito social em si.

No terceiro texto, lança-se mão de uma linguagem mista, que reproduz dados estatísticos sobre as doenças mentais no Brasil e no mundo. Já na mensagem inicial — “Socorro, Brasil” —, o leitor encontra dados alarmantes sobre o tema, apontando, portanto, para uma crítica aos elevados índices de pessoas acometidas pelas doenças mentais. Esses dados acabam sendo reconhecidos e ratificados pelo candidato.

Os textos motivadores apresentam uma posição valorativa a partir de um contexto ideológico. Em relação ao problema social, avaliam previamente a situação, ou seja, fundamentam o preconceito nas práticas sociais e expõem que esse comportamento existe. O textos que acompanham o exame não apresentam nenhuma situação contrária em relação ao comportamento social diante das pessoas portadoras de doenças mentais. Por exemplo, não informam que no SUS (Sistema Único de Saúde), a população pode contar com os CAPS (Centros de Atenção Psicossocial), que fazem parte da RAPS (Rede de Atenção Psicossocial); sobre as campanhas amplamente divulgadas como o “Setembro Amarelo” ou de como as redes sociais podem ajudar na divulgação de informações sobre as doenças mentais. Nessa perspectiva, valemo-nos da concepção de que, ao argumentar e/ou opinar sobre um

problema, é preciso dar ao candidato a chance e o livre exercício de escolha de posições, isto é, a livre avaliação (positiva ou negativa) sobre um assunto. Alinhamos nosso pensamento ao de Ferreira (2010), ao considerar que, onde não há certezas, há opiniões e valores divergentes e, portanto, argumentamos.

4.2.1 O esquema textual do exame:

O texto reduzido da proposta afirma: “O **estigma** associado às doenças mentais na sociedade brasileira”. O valor atribuído ao comportamento humano em relação às doenças mentais é negativo, visto que o significado semântico da palavra estigma expressa o sentido de exclusão social, preconceito e abandono. Desse modo, a proposta constrói uma posição sobre o tema e apresenta um valor negativo ligado ao comportamento da sociedade. Os textos motivadores também expandem o mesmo valor sobre o comportamento social no que tange às doenças mentais. Aplicando o esquema de Silveira (2012), a frase-tema e os textos de apoio são, respectivamente, a síntese-informativa e a justificativa- explicação informativa¹³, que, juntos, compõem explicitações de conhecimentos, de forma a conduzir o candidato a fazer inferências guiadas por significações semânticas para a construção de sentido. Assim, ao apresentar a frase-tema e a coletânea de textos, o ENEM atribuí um valor ao problema e, “em termos linguísticos, é mais fácil encontrar influências da ideologia no significado semântico e no estilo de um discurso do que na morfologia (formação de palavra) e certos aspectos da sintaxe (formação de orações)” (FÁVERO; ANDRADE, 2020, p. 129). Logo, estabelece-se uma relação de sentido monológica. Analisemos:

a) TEXTO REDUZIDO: a frase-tema

“O **estigma** associado às doenças mentais na sociedade brasileira”. A inferência esperada é a de que quem apresenta doenças mentais sofre preconceito.

Referente textual: comportamento humano em relação às doenças mentais.

Tematização: preconceito – doenças mentais

b) TEXTO EXPANDIDO: os textos motivadores

Texto I: apresenta ao leitor um cenário de vulnerabilidade psicológica dos indivíduos “todas as pessoas podem apresentar sinais de sofrimento psíquico em alguma fase

¹³ Esquema da página 72 deste trabalho.

da vida”. “A saúde mental de uma pessoa está relacionada à forma como ela reage às exigências da vida”.

Referente textual: vulnerabilidade psicológica

Tematização: saúde mental

Texto II: apresenta a origem da palavra estigma, relacionando o termo a situações passadas, marcas ou cicatrizes deixadas por feridas. “A origem da palavra estigma aponta para marcas ou cicatrizes deixadas por feridas”. Relaciona o termo estigma a práticas da Grécia Antiga e afirma que a palavra está presente no universo das doenças psiquiátricas. “[...] em um período que remonta à Grécia Antiga, passou a designar também as marcas feitas com ferro e brasa em criminosos, escravos e outras pessoas que se desejava separar a sociedade “correta” e “honrada”. “Essa mesma palavra muitas vezes está presente no universo das doenças psiquiátricas. No lugar de ferro, relegamos preconceito, falta de informação e tratamentos precários a pessoas que sofrem de depressão, ansiedade, transtorno bipolar e outros transtornos mentais graves”.

Referente textual: comportamento humano em relação às pessoas com doenças mentais

Tematização: preconceito social, falta de informação e tratamentos precários.

Texto III: apresenta dados estatísticos sobre a quantidade de pessoas que sofrem de algum tipo de doença mental no Brasil e no mundo. Os dados vêm acompanhados do título: “Socorro, Brasil!”, que infere um pedido de ajuda. Com isso, manifesta uma posição valorativa — negativa — acerca do tema proposto.

Referente textual: número de pessoas portadoras de doenças mentais

Tematização: problema social grave

4.2.2 Análise das redações: primeiro bloco

Nesta seção, analisamos as três redações selecionadas da “Cartilha Redação a Mil 2020” que, como já informamos, publica as redações nota mil, consideradas modelo. Apresentamos a transcrição da R1, R2 e R3 e, em seguida, a análise, considerando o texto reduzido e o texto expandido produzido pelo aluno.

4.2.2.1 Transcrição da R1

Quadro 15: Transcrição da R1

“No filme estadunidense “Joker”, estrelado por Joaquin Phoenix, é retratado (sic) a vida de Arthur Fleck, um homem que, em virtude de sua doença mental, é esquecido e discriminado pela sociedade, acarretando, inclusive, piora no seu quadro clínico. Assim como na obra cinematográfica abordada, observa-se que, na conjuntura brasileira contemporânea, devido a conceitos preconceituosos perpetuados ao longo da história humana, há um estigma relacionado aos transtornos mentais, uma vez que os indivíduos que sofrem dessas condições são marginalizados. Ademais, é preciso salientar, ainda, que a sociedade atual carece de informações a respeito de tal assunto, o que gera um estranhamento em torno da questão.

Em primeiro lugar, faz-se necessário mencionar o período da Idade Média, na Europa, em que os doentes mentais eram vistos como seres demoníacos, já que, naquela época, não havia estudos acerca dessa temática e, conseqüentemente, ideias absurdas eram disseminadas como verdades. É perceptível, então, que existe uma raiz histórica para o estigma atual vivenciado por pessoas que têm transtornos mentais, ocasionando um intenso preconceito e exclusão. Outrossim, não se pode esquecer de que, graças aos fatos supracitados, tais indivíduos recebem rótulos mentirosos, como, por exemplo, o estereótipo de que todos que possuem problemas psicológicos são incapazes de manter relacionamentos saudáveis, ou seja, não conseguem interagir com outros seres humanos de forma plena. Fica claro, pois, que as doenças mentais são tratadas de forma equivocada, ferindo a dignidade de toda a população.

Em segundo lugar, ressalta-se que há, no Brasil, uma evidente falta de informações sobre transtornos mentais, fomentando grande preconceito e estranhamento com essas doenças. Nesse sentido, é lícito referenciar o filósofo grego Platão, que, em sua obra “A República”, narrou o intitulado “Mito da Caverna”, no qual homens, acorrentados em uma caverna, viam somente sombras na parede, acreditando, portanto, que aquilo era a realidade das coisas. Dessa forma, é notório que, em situação análoga à metáfora abordada, os brasileiros, sem acesso aos conhecimentos acerca dos transtornos mentais, vivem na escuridão, isto é, ignorância, disseminando atitudes preconceituosas. Logo, é evidente a grande importância das informações, haja vista que a falta delas aumenta o estigma relacionado às doenças mentais, prejudicando a qualidade de vida das pessoas que sofrem com tais transtornos.

Destarte, medidas são necessárias para resolver os problemas discutidos. Isto posto, cabe à escola, forte ferramenta de formação de opinião, realizar rodas de conversa com os alunos sobre a problemática do preconceito com os transtornos mentais, além de trazer informações científicas sobre tal questão. Essa ação pode se concretizar por meio da atuação de psiquiatras e professores de sociologia, estes irão desconstruir a visão discriminatória dos estudantes, enquanto que aqueles irão mostrar dados/informações relevantes sobre as doenças psiquiátricas. Espera-se, com essa medida, que o estigma associado às doenças mentais seja paulatinamente erradicado”.

Fonte: FELPI (2020, p. 7).

Quanto à estrutura do texto, percebemos que ele se divide em quatro parágrafos bem definidos: um de introdução, dois de desenvolvimento e um de conclusão (proposta de intervenção). A introdução traz a tese defendida pelo autor do texto, que se fixa seguindo as interpelações da frase-tema e dos textos motivadores. No desenvolvimento, há a construção opinativa que expande a posição adotada na

introdução. E, por fim, o último parágrafo traz a proposta de intervenção, que corrobora a introdução, ou seja, a tese já defendida. A proposta de intervenção é a conclusão do texto, na qual não se observa modificação quanto ao que diz respeito à opinião. Vejamos a análise aplicando o modelo de Silveira (2012) acerca do texto dissertativo de uma tese: Texto Reduzido> Texto expandido> Tese.

a) O TEXTO REDUZIDO DO CANDIDATO:

Quadro 16: O texto reduzido - R1

“No filme estadunidense ‘Joker’, estrelado por Joaquin Phoenix, é retratado (sic) a vida de Arthur Fleck, um homem que, em virtude de sua doença mental, é esquecido e discriminado pela sociedade, acarretando, inclusive, piora no seu quadro clínico. Assim como na obra cinematográfica abordada, **observa-se que, na conjuntura brasileira contemporânea, devido a conceitos preconceituosos perpetuados ao longo da história humana, há um estigma relacionado aos transtornos mentais**, uma vez que os indivíduos que sofrem dessas condições são **marginalizados**. Ademais, é preciso salientar, ainda, que a sociedade atual **carece de informações** a respeito de tal assunto, o que gera um estranhamento em torno da questão”.

Fonte: FELPI (2020, p.7).

Na introdução, percebemos que o candidato apresenta o mesmo ponto de vista do exame quando usa informações dos textos motivadores (“devido a conceitos preconceituosos perpetuados ao longo da história”, “uma vez que os indivíduos que sofrem dessas condições são marginalizados” e “carece de informações”) e afirma que esses indivíduos “são marginalizados”. Em conformidade com as instruções, propostas pelo exame, atribui igualmente um valor negativo a essa questão, portanto, não há oposição aos fatos dos textos motivadores, bem como ao tema em si (“há um estigma relacionado aos transtornos mentais”). Logo, o texto reduzido (introdução) do candidato seleciona as palavras a fim de manter o posicionamento da prova presente nos textos motivadores e na frase-tema. Vejamos:

Quadro 17: Proposta de redação do ENEM X texto reduzido do candidato-R1

Proposta de redação do ENEM (texto-reduzido e texto-expandido)	Texto reduzido do candidato
<p>“O estigma associado às doenças mentais na sociedade brasileira”.</p> <p>“Um período que remonta à Grécia Antiga, passou a designar também as marcas feitas com ferro e brasa [...] relegamos preconceito, falta de informação e tratamentos precários”.</p>	<p>“há um estigma relacionado aos transtornos mentais, uma vez que os indivíduos que sofrem dessas condições são marginalizados”.</p> <p>“devido a conceitos preconceituosos perpetuados ao longo da história humana”</p> <p>“Ademais, é preciso salientar, ainda, que a sociedade atual carece de informações a respeito de tal assunto”.</p>

Fonte: Elaboração própria.

O candidato ainda se vale de repertório sociocultural para contextualizar a atual conjuntura brasileira. Apresenta o filme estadunidense “Joker”, descrevendo o enredo da obra e, assim, usa-o como suporte para apresentar a tese: “No filme estadunidense “Joker”, estrelado por Joaquin Phoenix, é retratado (sic) a vida de Arthur Fleck, um homem que, em virtude de sua doença mental, é esquecido e discriminado pela sociedade”. Notamos que a situação citada pelo candidato mantém “o saber” já conhecido pelo leitor, ou seja, é usada para contextualizar o estigma das doenças mentais (tese).

Ressaltamos que os significados semânticos das palavras destacadas são os mesmos, ou seja, as escolhas lexicais do candidato, para construção dos referentes, estão ligadas com a sua opinião, mas refletem a proposta do exame.

No primeiro e no segundo parágrafos do desenvolvimento, o candidato expande os termos “estigma”, “perpetuados ao longo da história”, “marginalizados” e “carece de informações”, apresentados no texto-síntese.

b) O TEXTO EXPANDIDO DO CANDIDATO:

Quadro 18: Texto expandido do candidato - R1

Segundo parágrafo: desenvolvimento

Perpetuados ao longo da história: “Em primeiro lugar, faz-se necessário mencionar **o período da Idade Média, na Europa, em que os doentes mentais eram vistos como seres demoníacos**, já que, **naquela época**, não havia estudos acerca dessa temática e, conseqüentemente, ideias absurdas eram disseminadas como verdades. É perceptível, então, que existe uma **raiz histórica para o estigma atual [...]**”.

Marginalizados: “[...]vivenciado por pessoas que têm transtornos mentais, ocasionando **um intenso preconceito e exclusão**. Outrossim, não se pode esquecer de que, graças aos fatos supracitados[...]

Estigma: “[...] tais indivíduos recebem **rótulos mentirosos**, como, por exemplo, o **estereótipo** de que todos que possuem problemas psicológicos são **incapazes de manter relacionamentos saudáveis**, ou seja, **não conseguem interagir com outros seres humanos** de forma plena. Fica claro, pois, que as doenças mentais **são tratadas de forma equivocada**, ferindo a dignidade de toda a população”.

Fonte: FELPI (2020, p.7).

Nesse parágrafo, há uma expansão dos termos apresentados na tese, baseada nas informações dos textos motivadores e na frase temática, em que o candidato expõe o problema utilizando os elementos presentes no texto motivador II, mantendo, assim, o mesmo posicionamento, já que preserva o mesmo olhar avaliativo sobre o problema.

Quadro 19: Texto expandido do candidato – R1

Terceiro parágrafo: desenvolvimento

Carece de informações: “Em segundo lugar, ressalta-se que **há, no Brasil, uma evidente falta de informações sobre transtornos mentais [...] sem acesso aos conhecimentos acerca dos transtornos mentais**, vivem na escuridão, **isto é, ignorância [...], disseminando atitudes preconceituosas**. Logo, **é evidente a grande importância das informações, haja vista que a falta delas aumenta o estigma relacionado às doenças mentais**, prejudicando a qualidade de vida das pessoas que sofrem com tais transtornos”.

Estigma: “[...] **fomentando grande preconceito** e estranhamento com essas doenças. Nesse sentido, é lícito referenciar o filósofo grego Platão, que, em sua obra “A República”, narrou o intitulado “Mito da Caverna”, no qual homens, acorrentados em uma caverna, viam somente sombras na parede, acreditando, portanto, que aquilo era a realidade das coisas. Dessa forma, é notório que, em situação análoga à metáfora abordada, **os brasileiros, sem acesso aos conhecimentos acerca dos transtornos mentais**, vivem na escuridão, isto é, ignorância, **disseminando atitudes preconceituosas**”.

Fonte: FELPI (2020, p.7).

No terceiro parágrafo, o candidato expande os termos “carece de informação” e “estigma” com a citação de um filósofo (repertório sociocultural – contextualização) e expõe que a falta de informação acarreta o preconceito. “**há, no Brasil, uma evidente falta de informações sobre transtornos mentais [...] sem acesso aos conhecimentos acerca dos transtornos mentais**, vivem na escuridão, **isto é, ignorância [...], disseminando atitudes preconceituosas**”.

Notamos que o candidato amplia o conceito de estigma e relaciona-o, agora, à falta de informação, atribuindo mais uma possível causa para o problema. Nesse caso, consideramos que não há nova informação ou alteração do ponto de vista, pois, na introdução, apontou a consequência da falta de informações sobre as doenças mentais: “[...] a sociedade atual carece de informações a respeito de tal assunto, o que gera um estranhamento em torno da questão”. Não há, dessa forma, contra-argumentos; apenas a explicação do porquê há estigma (preconceito). Ademais, quando afirma que é evidente a falta de informação no Brasil, ele ratifica os dizeres inscritos no texto motivador II.

No último parágrafo, o candidato precisa apresentar uma proposta de intervenção que corrobore o ponto de vista apresentado na introdução, mas deve,

além disso, apresentar soluções para o problema instituído na frase temática. Sendo assim, a prova discursiva não propicia que o candidato reveja o ponto de vista adotado ou apresente opinião contrária à ofertada no texto reduzido e no texto expandido do exame. Logo, não há formação opinativa que modifique a escala de valores (avaliação), evidenciando um posicionamento discursivo em harmonia com os moldes da avaliação.

Quadro 20: Texto expandido do candidato - R1

Quarto parágrafo: conclusão- tese

"Destarte, **medidas são necessárias para resolver os problemas discutidos**. Isto posto, **cabe à escola**, forte ferramenta de formação de opinião, realizar **rodas de conversa com os alunos sobre a problemática do preconceito com os transtornos mentais**, além de **trazer informações científicas** sobre tal questão. Essa ação pode **se concretizar por meio da atuação de psiquiatras e professores de sociologia**, estes irão desconstruir a visão discriminatória dos estudantes, enquanto que aqueles irão mostrar dados/informações relevantes sobre as doenças psiquiátricas. **Espera-se, com essa medida, que o estigma associado às doenças mentais seja paulatinamente erradicado**".

Fonte: FELPI (2020, p.7).

No parágrafo de conclusão, constatamos que há a confirmação da tese apresentada no texto reduzido (tanto do exame quanto do candidato), com a sugestão de possíveis medidas que resolvam o problema que foi explanado no texto expandido.

Na análise da R1, verificamos que o candidato utilizou a estratégia argumentativa do dissertativo de uma tese, uma vez que expandiu palavras e frases do texto reduzido com sequências discursivas de ilustração e explicação, sem contra-argumentar. A progressão textual mantém a unidade temática sem alteração da tese (opinião), e os argumentos são construídos com base nos textos de apoio. Logo, o texto analisado exhibe a seguinte estrutura: texto reduzido > texto expandido > tese defendida.

Portanto, verificamos, na R1, uma organização textual em que há:

- 1) uma apresentação-síntese informativa: **(POR QUÊ?)**

"Observa-se, que, na conjuntura brasileira contemporânea, **uma explicação para a causa dos problema social, devido a conceitos preconceituosos perpetuados ao longo da história humana, há uma estigma relacionado aos transtornos mentais, uma vez que o indivíduos que sofrem dessas condições são marginalizados. [...] a sociedade**

atual carece de informações a respeito de tal assunto, o que gera um estranhamento em torno da questão”.

2) Uma justificativa-explicação informativa: **(PORQUE)**

“É perceptível, então, que existe uma raiz histórica para o estigma atual vivenciado por pessoas que têm transtornos mentais, ocasionando um intenso preconceito e exclusão. Outrossim, não se pode esquecer de que, graças aos fatos supracitados, tais indivíduos recebem rótulos mentirosos, como, por exemplo, o estereótipo de que todos que possuem problemas psicológicos são incapazes de manter relacionamentos saudáveis, ou seja, não conseguem interagir com outros seres humanos de forma plena”.

“[...] os brasileiros, sem acesso aos conhecimentos acerca dos transtornos mentais, vivem na escuridão, isto é, ignorância, disseminando atitudes preconceituosas. Logo, é evidente a grande importância das informações, haja vista que a falta delas aumenta o estigma relacionado às doenças mentais, prejudicando a qualidade de vida das pessoas que sofrem com tais transtorno”.

3) Conclusão: Tese defendida

“Espera-se, com essa medida, que o estigma associado às doenças mentais seja paulatinamente erradicado”.

4.2.2.2 *Transcrição da redação 2 – R2*

Quadro 21: Transcrição da R2

"O Brasil ocupa o primeiro lugar no ranking de pessoas com depressão na América Latina, segundo a OMS. No entanto, tem-se observado que - apesar dessa alarmante realidade - a sociedade brasileira ainda apresenta estigmas relacionados às doenças mentais. Isso decorre, sobretudo, devido à lacuna educacional e ao silenciamento acerca das patologias psíquicas. Desse modo, é evidente a premência de sanar a problemática em questão.

Diante desse cenário, é fulcral reconhecer que a ignorância sobre os transtornos mentais é uma das causas da existência desses paradigmas. A respeito desse contexto, é válido rememorar a ideia associada ao filósofo Francis Bacon, a qual relaciona o conhecimento ao poder, isto é, afirma que o saber fornece meios para alterar o panorama vivido. Nesse sentido, é transparente que – por desconhecerem os sintomas, os procedimentos e as doenças mentais - os indivíduos não buscam ajuda e agravam, ainda mais, o seu quadro. Logo, é notória a necessidade de educar a sociedade brasileira para que essa conjuntura seja atenuada e preconceitos sejam quebrados.

Ademais, é visível que as doenças mentais são verdadeiros tabus para os cidadãos do Brasil e essa é outra motivação para a perpetuação desse problema. Nesse viés, é mister ressaltar o pensamento do sociólogo Habermas quanto à fala, pois ele acredita que o debate é o caminho para a melhoria na qualidade de vida da população. A par desse raciocínio, é possível constatar que a falta de diálogo só dificulta a vida dos doentes, porque eles se bloqueiam em conversas sobre o tema por temerem a reação de outrem. Semelhantemente ao retratado na série "Grey's Anatomy", que apresentou o receio em falar do transtorno psicológico que estava sofrendo, por conta do medo de ser segregada e descredibilizada em seu ambiente de trabalho. Dessa forma, é essencial que essa temática seja debatida, objetivando o fim do desconhecimento e do preconceito no que se refere a essas patologias.

Destarte, para que o Brasil reduza suas posições em relação ao ranking das doenças mentais, faz-se necessário que o Ministério da Saúde implemente campanhas publicitárias e palestras - de caráter informativo e conscientizador - sobre saúde mental. Essas ações se concretizarão por meio da mídia- através de reportagens, de comerciais e de exposições em novelas-, como também das escolas- por intermédio de aulas temáticas e de debates sobre o assunto-, a fim de possibilitar informação a todos, visando à mitigação eficiente e rápida dos preconceitos sobre os transtornos psicológicos, consoante afirmou o filósofo Bacon."

A R2 apresenta uma estrutura padrão — introdução, desenvolvimento e conclusão —, distribuída em quatro parágrafos. A introdução apresenta a tese defendida pelo autor do texto, que confirma o enunciado na frase-tema. No desenvolvimento, há a expansão da tese introdutória. E, no último parágrafo, o candidato apresenta a proposta de intervenção e confirma a tese apresentada na introdução. Vejamos a análise aplicando o modelo de Silveira (2012) acerca do texto dissertativo de uma tese: Texto Reduzido> Texto expandido> Tese.

a) O TEXTO REDUZIDO DO CANDIDATO:

Quadro 22: Texto reduzido do candidato - R2

"O Brasil ocupa o primeiro lugar no ranking de pessoas com depressão na América Latina, segundo a OMS. No entanto, tem-se observado que - apesar dessa alarmante realidade - **a sociedade brasileira ainda apresenta estigmas relacionados às doenças mentais.** Isso decorre, sobretudo, devido à lacuna educacional e ao silenciamento acerca das patologias psíquicas. Desse modo, é evidente a premência de sanar a problemática em questão".

Fonte: FELPI (2020, p. 52).

Na introdução, percebemos que o candidato apresenta o mesmo ponto de vista do exame quando usa informações dos textos motivadores: "O Brasil ocupa o **primeiro lugar no ranking de pessoas com depressão** na América Latina, **segundo a OMS**" - texto de apoio III; "a sociedade **ainda apresenta estigmas relacionados às doenças mentais**" (frase-tema e texto motivador II) e afirma que "Isso decorre, sobretudo, devido à lacuna educacional e ao **silenciamento** acerca das patologias psíquicas" (texto motivador II). Em conformidade com as instruções propostas pelo exame, apresenta também uma posição valorativa negativa em relação ao referente. Logo, não há oposição aos fatos dos textos motivadores, bem como ao tema em si (um estigma relacionado aos transtornos mentais). A tese é confirmada na frase final do parágrafo introdutório: "[...] **é evidente a premência de sanar a problemática em questão**". Portanto, o texto reduzido (introdução) do candidato seleciona as palavras a fim de manter o posicionamento da prova presente nos textos motivadores e na frase-tema. Vejamos:

Quadro 23: Proposta de redação do ENEM X texto reduzido do candidato -R2

Proposta de redação ENEM (frase-tema e textos motivadores)	Texto reduzido do candidato
“O estigma associado às doenças mentais na sociedade brasileira”	“[...] a sociedade brasileira ainda apresenta estigmas relacionados às doenças mentais ”.
“ Socorro, Brasil! ” “O Brasil é o país mais depressivo da América Latina”	“O Brasil ocupa o primeiro lugar no ranking de pessoas com depressão na América Latina, segundo a OMS – alarmante realidade ”.
“No lugar da marca de ferro, relegamos preconceito, falta de informação e tratamentos precários [...]”	“Isso decorre, sobretudo, devido à lacuna educacional e ao silenciamento acerca das patologias psíquicas”.

Fonte: Elaboração própria.

O candidato apresenta o texto-síntese de acordo com os dizeres textualizados na proposta de redação e mantém a relação de sentido já instaurada pelo exame. Apresenta a causas da problemática: lacuna educacional e o silenciamento acerca das doenças mentais. Entendemos, desse modo, que ele mostra as razões do problema social, mas progride, semanticamente orientado pelas palavras da proposta de redação.

Nos parágrafos de desenvolvimento, expande os termos “estigma”, alarmante realidade”, “lacuna educacional” e “silenciamento”.

b) O TEXTO EXPANDIDO DO CANDIDATO:

Quadro 24: Texto expandido do candidato - R2

Segundo parágrafo: desenvolvimento

Estigma: “para que essa conjuntura seja atenuada e **preconceitos sejam quebrados**”.

Alarmante realidade: Diante desse cenário [...]”

Lacuna educacional e Silenciamento: “é fulcral reconhecer que a **ignorância sobre os transtornos mentais** é uma das causas da existência desses paradigmas [...] é transparente que – por **desconhecerem os sintomas**, os procedimentos e as doenças mentais- os indivíduos não buscam ajuda e agravam, ainda mais, o seu quadro [...] logo, é notória a necessidade **de educar** a sociedade brasileira [...]”.

Fonte: FELPI (2020, p. 52).

Nesse parágrafo, há uma expansão dos termos apresentados na tese, baseada nas informações dos textos motivadores e na frase temática, em que o candidato trata da ignorância, do desconhecimento dos sintomas e da falta de educação (informação) sobre as doenças mentais como as causas para o estigma. Houve, pois, a manutenção da unidade temática e os argumentos são orientados pelas palavras enunciadas no texto reduzido da apresentação (tanto da proposta como do candidato). Não há contra-argumentos.

Quadro 25: Texto expandido do candidato - R2

Terceiro parágrafo: desenvolvimento

“Ademais, é **visível que as doenças mentais são verdadeiros tabus para os cidadãos do Brasil** e essa é outra motivação para a perpetuação desse problema. Nesse viés, é mister ressaltar o pensamento do sociólogo Habermas quanto à fala, pois ele acredita que **o debate é o caminho** para a melhoria na qualidade de vida da população. **A par desse raciocínio, é possível constatar que a falta de diálogo só dificulta a vida dos doentes, porque** eles se bloqueiam em conversas sobre o tema por temerem a reação de outrem. Semelhantemente ao retratado na série ‘Grey's Anatomy’, que apresentou o receio em falar do transtorno psicológico que estava sofrendo, por conta do medo de ser segregada e descredibilizada em seu ambiente de trabalho. Dessa forma, **é essencial que essa temática seja debatida, objetivando o fim do desconhecimento e do preconceito no que se refere a essas patologias**”.

Fonte: FELPI (2020, p. 52).

No terceiro parágrafo, o candidato expande os termos “estigma” e “silenciamento”. Afirma que o assunto é um tabu para os cidadãos brasileiros, cita um sociólogo para contextualizar a situação e sugere o debate para sanar a falta de informação. Esses argumentos reforçam a tese defendida e, por isso, não modificam “os saberes”. Para nós, há uma explicação para resolver as causas apontadas no parágrafo anterior. Assim, as representações semânticas das palavras expandidas definem e mantêm o posicionamento valorativo do candidato.

Quadro 26: Texto expandido do candidato - R2

Quarto parágrafo: conclusão- tese

“Destarte, para que o Brasil reduza suas posições em relação ao ranking das doenças mentais, faz-se necessário que o Ministério da Saúde implemente campanhas publicitárias e palestras - de caráter informativo e conscientizador - sobre saúde mental. Essas ações se concretizarão por meio da mídia- através de reportagens, de comerciais e de exposições em novelas-, como também das escolas- por intermédio de aulas temáticas e de debates sobre o assunto-, **a fim de possibilitar informação a todos, visando à mitigação eficiente e rápida dos preconceitos sobre os transtornos psicológicos, consoante afirmou o filósofo Bacon**”.

Fonte: FELPI (2020, p. 52).

No parágrafo de conclusão, verificamos que há a confirmação da tese (**visando à mitigação eficiente e rápida dos preconceitos**) apresentada no texto reduzido (tanto do exame quanto do candidato), com a sugestão de possíveis medidas que resolvam o problema e suas causas, explicadas no texto expandido. Assim, a conclusão agrupou as palavras e frases expressas na introdução e no desenvolvimento.

Na análise da R2, verificamos que o candidato utilizou a estratégia argumentativa do dissertativo de uma tese, uma vez que expandiu as palavras e frase do texto reduzido com sequências discursivas de ilustração e explicação, sem contra-argumentar. A progressão textual mantém a unidade temática sem alteração da tese (opinião), e os argumentos são construídos com base nos textos de apoio. Logo, o texto analisado exhibe a seguinte estrutura: texto reduzido > texto expandido > tese defendida.

Portanto, verificamos, na R2, uma organização textual em que há:

- 1) uma apresentação-síntese informativa: **(POR QUÊ?)**

"O Brasil ocupa o primeiro lugar no ranking de pessoas com depressão na América Latina, segundo a OMS. No entanto, tem-se observado que - apesar dessa alarmante realidade - **a sociedade brasileira ainda apresenta estigmas relacionados às doenças mentais. Isso decorre, sobretudo, devido à lacuna educacional e ao silenciamento acerca das patologias psíquicas. Desse modo, é evidente a premência de sanar a problemática em questão**".

2) Uma justificativa-explicação informativa: **(PORQUE)**

"Diante desse cenário, é fulcral reconhecer que **a ignorância sobre os transtornos mentais é uma das causas da existência desses paradigmas**. A respeito desse contexto, é válido rememorar a ideia associada ao filósofo Francis Bacon, a qual relaciona o conhecimento ao poder, isto é, afirma que o saber fornece meios para alterar o panorama vivido. Nesse sentido, é transparente que – **por desconhecerem os sintomas, os procedimentos e as doenças mentais - os indivíduos não buscam ajuda e agravam, ainda mais, o seu quadro**. Logo, é notória a necessidade de educar a sociedade brasileira para que essa conjuntura seja atenuada e preconceitos sejam quebrados.

Ademais, é visível que as doenças mentais são verdadeiros tabus para os cidadãos do Brasil e essa é outra motivação para a perpetuação desse problema. Nesse viés, é mister ressaltar o pensamento do sociólogo Habermas quanto à fala, pois ele acredita que o debate é o caminho para a melhoria na qualidade de vida da população. A par desse raciocínio, **é possível constatar que a falta de diálogo só dificulta a vida dos doentes, porque eles se bloqueiam em conversas sobre o tema** por temerem a reação de outrem. Semelhantemente ao retratado na série "Grey's Anatomy", que apresentou o receio em falar do transtorno psicológico que estava sofrendo, por conta do medo de ser segregada e descredibilizada em seu ambiente de trabalho. Dessa forma, é essencial que essa temática seja debatida, objetivando o fim do desconhecimento e do preconceito no que se refere a essas patologias".

3) Conclusão: Tese defendida

"a fim de possibilitar informação a todos, **visando à mitigação eficiente e rápida dos preconceitos sobre os transtornos psicológicos**, consoante afirmou o filósofo Bacon".

4.2.2.3 Transcrição da redação 3 – R3

Quadro 27: Transcrição da redação R3

“Na obra ‘O alienista’, de Machado de Assis, a narrativa introduz a temática de saúde mental e dos transtornos psíquicos, abordando as dificuldades e os preconceitos sofridos por pessoas com doenças psiquiátricas. Embora seja uma obra ficcional, a produção literária possui, infelizmente, verossimilhança notável, uma vez que apresenta um tema de elevada relevância e de apregoada presença na sociedade brasileira: o estigma associado às doenças mentais. Diante desse cenário, é imperioso ressaltar fatores que contribuem para a problemática, dando destaque à negligência estatal e ao papel das redes sociais. Primeiramente, cabe destacar que a saúde é um direito assegurado constitucionalmente a todos os cidadãos brasileiros. Nesse viés, é pertinente trazer o discurso do escritor Gilberto Dimenstein, de seu livro ‘Cidadão de papel’, no qual ele conceitua os cidadãos de papel — indivíduos cujos direitos constitucionais não são garantidos na prática. Dessa forma, depreende-se que os tratamentos precários oferecidos pelo Estado ferem os direitos da parcela da população que necessita de atendimento psiquiátrico adequado, deixando-a na condição inaceitável descrita por Dimenstein.

Outrossim, é válido explicitar o papel das redes sociais na intensificação do estigma relativo a distúrbios mentais. Nesse sentido, o documentário ‘O dilema das redes’ revela a maldade da utilização dessas redes sociais, visto que ele retrata a dicotomia entre a exposição exagerada da vida de usuários e a restrição do conteúdo compartilhado, que mostra apenas os melhores aspectos da vida deles. Consecutivamente, tal cenário fomenta os indivíduos a omitirem seus problemas, silenciando problemas como as doenças mentais. Desse modo, a falta de exposição e discussão da temática resulta no agravamento do preconceito contra doentes psíquicos.

Portanto, são necessárias medidas capazes de mitigar a problemática. Para tanto, urge que, a fim de garantir um serviço de saúde de qualidade a todos os cidadãos, o Ministério da Saúde, por meio do direcionamento de verbas governamentais, crie centros especializados no tratamento de doentes mentais, de modo a incentivar as pessoas a buscarem ajuda médica e democratizar o acesso à saúde. Ademais, o Ministério da Educação deve proporcionar rodas de conversa nas escolas por intermédio de um programa nacional de combate à discriminação da saúde mental, evitando seu silenciamento e motivando maior conhecimento acerca do assunto. Assim, a realidade brasileira poderá ser diferente do contexto apresentado em ‘O alienista’.

A estrutura textual da R3 se organiza em quatro parágrafos: um de introdução, dois de desenvolvimento e um de conclusão (proposta de intervenção). A introdução apresenta a tese que será defendida pelo autor do texto, revelada segundo as interpelações da frase-tema e dos textos motivadores. No desenvolvimento, há a construção opinativa que expande a posição adotada na introdução. E, por fim, o último parágrafo traz a proposta de intervenção que corrobora a introdução, portanto, a tese já defendida. A proposta de intervenção é a conclusão do texto, na qual não se observa modificação quanto ao que diz respeito à opinião. Vejamos a análise aplicando o modelo de Silveira (2012) acerca do texto dissertativo de uma tese: Texto Reduzido > Texto expandido > Tese.

a) O TEXTO REDUZIDO DO CANDIDATO:

Quadro 28: Texto reduzido do candidato - R3

“Na obra ‘O alienista’, de Machado de Assis, a narrativa introduz a temática de saúde mental e dos transtornos psíquicos, abordando as dificuldades e os preconceitos sofridos por pessoas com doenças psiquiátricas. Embora seja uma obra ficcional, a produção literária possui, infelizmente, verossimilhança notável, **uma vez que apresenta um tema de elevada relevância e de apregoada presença na sociedade brasileira: o estigma associado às doenças mentais**. Diante desse cenário, **é imperioso ressaltar fatores que contribuem para a problemática, dando destaque à negligência estatal e ao papel das redes sociais**”.

Fonte: FELPI (2020, p. 49).

Na introdução, percebemos que o candidato apresenta a tese ratificando os dizeres da frase-tema — “[...] uma vez que apresenta um tema de elevada relevância e de apregoada presença na sociedade brasileira: o estigma associado às doenças mentais”. Dessa forma, deverá construir argumentos que confirmem seu ponto de vista. Para tanto, finaliza a introdução com as causas que podem acarretar o estigma das doenças mentais — “Diante desse cenário, **é imperioso ressaltar fatores que contribuem para a problemática, dando destaque à negligência estatal e ao papel das redes sociais**”.

Essas informações estão presentes nos textos motivadores; logo, o candidato defende o mesmo ponto de vista do exame (negligência estatal e o papel das redes sociais – texto motivador II).

Em conformidade com as instruções propostas pelo exame, mantém um valor negativo no que tange à questão; portanto, não há oposição aos fatos dos textos motivadores, bem como ao tema em si — “há um estigma relacionado aos transtornos mentais”. Assim, o texto reduzido (introdução) do candidato seleciona as palavras a fim de manter o posicionamento da prova presente nos textos motivadores e na frase-tema. Vejamos:

Quadro 29: Proposta de redação do ENEM X texto reduzido do candidato -R3

Proposta de redação do ENEM (texto-reduzido e texto-expandido)	Texto reduzido do candidato
<p>“O estigma associado às doenças mentais na sociedade brasileira”.</p> <p>“[...] relegamos preconceito, falta de informação e tratamentos precários” [...].</p> <p>“É aqui que redes sociais de enorme popularidade mostram uma face cruel, desempenhando um papel de validação da vida perfeita e criando um ambiente em que tudo deve ser mostrado em seu melhor ângulo.”</p>	<p>“[...] uma vez que apresenta um tema de elevada relevância e de apregoada presença na sociedade brasileira: o estigma associado às doenças mentais”.</p> <p>“dando destaque à negligência estatal e ao papel das redes sociais”.</p>

Fonte: Elaboração própria.

O candidato vale-se de repertório sociocultural para contextualizar a situação —“Na obra ‘O alienista’, de Machado de Assis, a narrativa introduz a temática de saúde mental e dos transtornos psíquicos, abordando as dificuldades e os preconceitos sofridos por pessoas com doenças psiquiátricas”. Observamos que ele cita a obra de Machado de Assis para contextualizar os preconceitos sofridos pela população, ou seja, a fim de confirmar o estigma das doenças mentais. Desse modo, o parágrafo introdutório apresenta a tese e se baseia em causas retiradas do texto motivador II (tratamentos precários e redes sociais x negligência estatal e papel das redes sociais). Assim, demonstra sua posição valorativa (negativa) acerca das doenças psiquiátricas, ou seja, mantém “o saber” já conhecido pelo leitor, que é o

estigma das doenças mentais (tese) e suas possíveis causas (já conhecidas por meio dos textos motivadores).

Ressaltamos, desse modo, que as escolhas discursivas e lexicais do candidato, para construção dos referentes, estão ligadas à sua opinião, porém refletem a proposta do exame.

No primeiro e no segundo parágrafos do desenvolvimento, o candidato expande os termos “negligência estatal”, “estigma” e “papel das redes sociais” apresentados no texto-síntese.

a) O TEXTO EXPANDIDO DO CANDIDATO:

Quadro 30: Texto expandido do candidato – R3

Segundo parágrafo: desenvolvimento

negligência estatal: “Primeiramente, cabe destacar que a saúde é um direito assegurado constitucionalmente a todos os cidadãos brasileiros. Nesse viés, é pertinente trazer o discurso do escritor Gilberto Dimenstein, de seu livro ‘Cidadão de papel’, no qual ele conceitua os cidadãos de papel — indivíduos cujos direitos constitucionais não são garantidos na prática. **Dessa forma, depreende-se que os tratamentos precários oferecidos pelo Estado ferem os direitos da parcela da população que necessita de atendimento psiquiátrico adequado, deixando-a na condição inaceitável descrita por Dimenstein”.**

Fonte: FELPI (2020, p. 49).

Nesse parágrafo, há uma expansão dos termos apresentados na tese, baseada nas informações dos textos motivadores e na frase temática, em que o candidato expõe o problema utilizando os elementos presentes no texto motivador II e, assim, mantendo igual posicionamento, já que preserva o olhar avaliativo sobre o problema. O desenvolvimento do parágrafo traz o argumento de que os tratamentos oferecidos pelo Estado são precários, logo, transcreve os mesmos dizeres do textos motivador II – “[...] relegamos preconceito, falta de informação e tratamentos precários a pessoas que sofrem de depressão[...]”.

Quadro 31: Texto expandido do candidato – R3

Terceiro parágrafo: desenvolvimento

O papel das redes sociais: “Outrossim, é válido explicitar o papel das redes sociais na intensificação do estigma relativo a distúrbios mentais. Nesse sentido, o documentário ‘O dilema das redes’ revela a maldade da utilização dessas redes sociais, **visto que ele retrata a dicotomia entre a exposição exagerada da vida de usuários e a restrição do conteúdo compartilhado, que mostra apenas os melhores aspectos da vida deles.** Consecutivamente, **tal cenário fomenta os indivíduos a omitirem seus problemas, silenciando problemas como as doenças mentais**”.

Estigma: “Desse modo, **a falta de exposição e discussão da temática resulta no agravamento do preconceito contra doentes psíquicos**”.

Fonte: FELPI (2020, p. 49).

No terceiro parágrafo, o candidato expande os termos “papel das redes sociais” e “estigma”, e expõe que a falta de exposição e discussão da temática acarreta o preconceito — “a falta de exposição e discussão da temática resulta no agravamento do preconceito contra doentes psíquicos”.

Notamos que ele amplia a tese (estigma das doenças mentais) e a relaciona à exposição exagerada da vida de usuários e à restrição do conteúdo compartilhado, que mostra apenas os melhores aspectos da vida; por conseguinte, tal cenário fomenta o preconceito. Esse discurso está inserido no texto motivador II. Dessa forma, atribui mais uma possível causa ao problema parafraseando o texto do exame. Nesse caso, consideramos que não há nova informação ou alteração do ponto de vista e, desse modo, não há contra-argumentos; apenas a explicação do porquê há estigma (preconceito).

No último parágrafo, como já se sabe, o candidato precisa apresentar uma proposta de intervenção que retome o ponto de vista apresentado na introdução, mas deve, além disso, formular soluções para o problema instituído na frase temática. Sendo assim, a prova discursiva não propicia que o candidato reveja o ponto de vista adotado ou apresente opinião contrária à ofertada no texto reduzido e no texto expandido do exame. Logo, não há formação opinativa que modifique a escala de valores (avaliação), evidenciando-se um posicionamento discursivo em harmonia com os moldes da avaliação.

Quadro 32: Texto expandido do candidato - R3

“Portanto, **são necessárias medidas capazes de mitigar a problemática**. Para tanto, urge que, a fim de garantir um serviço de saúde de qualidade a todos os cidadãos, o Ministério da Saúde, por meio do direcionamento de verbas governamentais, crie centros especializados no tratamento de doentes mentais, de modo a incentivar as pessoas a buscarem ajuda médica e democratizar o acesso à saúde. Ademais, o Ministério da Educação deve proporcionar rodas de conversa nas escolas por intermédio de um programa nacional de combate à discriminação da saúde mental, evitando seu silenciamento e motivando maior conhecimento acerca do assunto. **Assim, a realidade brasileira poderá ser diferente do contexto apresentado em ‘O alienista’**”.

Fonte: FELPI (2020, p. 49).

No parágrafo de conclusão, constatamos a confirmação da tese apresentada no texto reduzido (tanto do exame quanto do candidato), com a sugestão de possíveis medidas que resolvam o problema explanado no texto expandido.

Na análise da R3, verificamos que o candidato utilizou a estratégia argumentativa do dissertativo de uma tese, uma vez que expandiu suas palavras e frases do texto reduzido com sequências discursivas de ilustração e explicação, sem contra-argumentar. A progressão textual mantém a unidade temática sem alteração da tese (opinião), e os argumentos são construídos com base nos textos de apoio. Logo, o texto analisado exhibe a seguinte estrutura: texto reduzido > texto expandido > tese defendida.

Portanto, verificamos, na R3, uma organização textual em que há:

- 1) uma apresentação-síntese informativa: **(POR QUÊ?)**

“[...] **uma vez que apresenta um tema de elevada relevância e de apregoada presença na sociedade brasileira: o estigma associado às doenças mentais. Diante desse cenário, é imperioso ressaltar fatores que contribuem para a problemática, dando destaque à negligência estatal e ao papel das redes sociais**”.

- 2) Uma justificativa-explicação informativa: **(PORQUE)**

“[...] Dessa forma, **depreende-se que os tratamentos precários oferecidos pelo Estado ferem os direitos da parcela da população que necessita de atendimento psiquiátrico adequado**, deixando-a na condição inaceitável descrita por Dimenstein.

Outrossim, é válido explicitar o papel das redes sociais na intensificação do estigma relativo a distúrbios mentais. Nesse sentido, o documentário ‘O dilema das redes’ revela a maldade da utilização dessas redes sociais, visto que ele retrata a dicotomia entre a exposição exagerada da vida de usuários e a restrição do conteúdo compartilhado, que mostra apenas os melhores aspectos da vida deles. Consecutivamente, tal cenário fomenta os indivíduos a omitirem seus problemas, silenciando problemas como as doenças mentais. Desse modo, a falta de exposição e discussão da temática resulta no agravamento do preconceito contra doentes psíquicos”.

3) Conclusão: Tese defendida

“Portanto, são necessárias medidas capazes de mitigar a problemática. [...] Assim, a realidade brasileira poderá ser diferente do contexto apresentado em ‘O alienista’”.

4.3 A proposta e a análise do corpus: segundo bloco – ano 2021

Reproduzimos, a seguir, a proposta de redação apresentada aos candidatos no ano de 2021.

Figura 4: Proposta de redação de 2021

INSTRUÇÕES PARA A REDAÇÃO

- O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O texto definitivo deve ser escrito à tinta preta, na folha própria, em até 30 linhas.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para a contagem de linhas.
- Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:**
 - tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada "texto insuficiente";
 - fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo;
 - apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto;
 - apresentar nome, assinatura, rubrica ou outras formas de identificação no espaço destinado ao texto.

TEXTOS MOTIVADORES

TEXTO I

Toda sexta-feira, o ônibus azul e branco estacionado no pátio da Vara da Infância e da Juventude, na Praça Onze, Centro do Rio, sacoleja com o entra e sai de gente a partir das 9h. Do lado de fora, nunca menos de 50 pessoas, todas pobres ou muito pobres, quase todas negras, cercam o veículo, perguntam, sentam e levantam, perguntam de novo e esperam sem reclamar o tempo que for preciso. Adultos, velhos e crianças estão ali para conseguir o que, no Brasil, é oficialmente reconhecido como o primeiro documento da vida – a certidão de nascimento. [...]

Ao longo do discurso desses entrevistados, fica clara a forma como os usuários se definem: "zero à esquerda", "cachorro", "um nada", "pessoa que não existe", entre outras, todas são expressões que conformam claramente a ideia da pessoa sem registro de nascimento sobre si mesma como uma pessoa sem valor, cuja existência nunca foi oficialmente reconhecida pelo Estado.

ESCÓSSIA, F. M. **Invisíveis**: uma etnografia sobre identidade, direitos e cidadania nas trajetórias de brasileiros sem documento. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2019.

TEXTO III

A certidão de nascimento é o primeiro e o mais importante documento do cidadão. Com ele, a pessoa existe oficialmente para o Estado e a sociedade. Só de posse da certidão é possível retirar outros documentos civis, como a carteira de trabalho, a carteira de identidade, o título de eleitor e o Cadastro de Pessoa Física (CPF). Além disso, para matricular uma criança na escola e ter acesso a benefícios sociais, a apresentação do documento é obrigatória.


Disponível em: <http://www.senado.leg.br/>. Acesso em: 21 jul. 2021.

TEXTO II

A Lei Nº 9 534 de 1997 tornou o registro de nascimento gratuito no Brasil. Só que o problema persiste, mostrando que essa exclusão é complexa e não se explica apenas pela dificuldade financeira em pagar pelo registro, por exemplo.

MAPA DA
INVISIBILIDADE
NO BRASIL


Estimativa do número de pessoas sem registro de nascimento



Fonte: IBGE / (dados de 2015)

Disponível em: <https://estudio.r7.com/>. Acesso em: 22 jul. 2021 (adaptado).

TEXTO IV



DEFENSORAS E DEFENSORES PÚBLICOS PELO DIREITO À DOCUMENTAÇÃO PESSOAL.

Disponível em: <https://www.ufrgs.br/humanista>. Acesso em: 26 jul. 2021 (adaptado).

PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema "Invisibilidade e registro civil: garantia de acesso à cidadania no Brasil", apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa de seu ponto de vista.

Fonte: FELPI (2021, p. 4).

A proposta de redação do ano de 2021 focalizou o tema "Invisibilidade e registro civil: garantia à cidadania no Brasil" e foi acompanhada de quatro textos motivadores, nos quais se expõem situações reais, campanhas, legislação, bem se aborda a importância da certidão de nascimento.

No primeiro texto, é apresentado um trecho de uma tese de doutorado, em que a autora descreve uma situação vivida por ela no Centro do Rio de Janeiro: pessoas pobres ou muito pobres, quase todas negras, esperam no pátio da Vara da Infância e Juventude para serem atendidas. Ela relata que os entrevistados definem a invisibilidade civil como “zero à esquerda”, “pessoa que não existe” etc. Trata-se, portanto, da dificuldade de pessoas pobres e marginalizadas em obter a certidão de nascimento. No segundo texto, reproduz-se parte de uma matéria jornalística que trata da Lei nº 9.534/97, segundo a qual o registro civil no Brasil é gratuito. No entanto, segue afirmando que, apesar de a Lei garantir esse direito, o problema persiste. Além disso, sugere-se que a dificuldade financeira não é o único empecilho para se obter o registro civil. Na sequência, há um mapa infográfico que dimensiona o problema no território nacional.

Já no terceiro texto, alude-se à importância do documento para a garantia de outros direitos inerentes ao exercício da cidadania. Ressalta-se que, com a certidão de nascimento, os indivíduos existem e podem retirar outros documentos civis, como a carteira de trabalho, a carteira de identidade, o título de eleitor e o cadastro de pessoas físicas (CPF). Menciona-se também a possibilidade de matrícula escolar e o acesso a benefícios sociais. Por fim, no quarto texto, O último texto motivador apresenta a atuação dos Defensores Públicos diante da problemática.

A coletânea de textos mostra que o candidato deve articular o problema da invisibilidade social com o direito ao registro civil e os textos mobilizam os argumentos na produção textual do candidato.

4.3.1 O esquema textual do exame:

O texto reduzido da proposta afirma: “A invisibilidade e registro civil: garantia de acesso à cidadania no Brasil”. Os núcleos temáticos da frase-tema, invisibilidade e registro civil, já delimitam o referente que abrange o direito à cidadania brasileira. Ou seja, colocam-se em oposição o direito dos indivíduos de serem considerados cidadãos e a impossibilidade de assim serem pela falta de registro civil. O termo “invisibilidade” atribui um valor semântico negativo ao tema; logo, a proposta constrói uma posição avaliativa. Os textos motivadores também expandem o mesmo valor negativo sobre a problemática e apresentam conceitos, dados e causas que

contribuem para ratificar a frase-tema. Aplicando o esquema de Silveira (2012), a frase-tema e os textos de apoio são, respectivamente, a síntese-informativa e a justificativa-explicação informativa, que, juntos, compõem explicitações de conhecimentos, de forma a conduzir o candidato a fazer inferências guiadas por significações semânticas para a construção de sentido. Assim, ao apresentar a frase-tema e a coletânea de textos, o ENEM atribuí um valor para o problema e, quando se avalia, opina-se. Analisemos:

a) TEXTO REDUZIDO: a frase-tema

Frase-tema: “Invisibilidade e registro civil: garantia de acesso à cidadania no Brasil”. A inferência esperada é de que quem não obtém o registro civil não é considerado cidadão no Brasil.

Referente textual: direitos civis **Tematização:** a invisibilidade do indivíduo pela falta de registro civil

b) TEXTO EXPANDIDO: os textos motivadores

Texto I: apresenta ao leitor um cenário de exclusão dos indivíduos que lutam para a obtenção do documento civil: “Adultos, velhos e crianças estão ali para conseguir o que, no Brasil, é oficialmente reconhecido como o primeiro documento da vida – a certidão de nascimento. [...]” “ao longo do discurso desses entrevistados, fica clara a forma como os usuários se definem: ‘zero à esquerda’, ‘cachorro’, ‘uma nada’, ‘pessoa que não existe’, entre outras, todas são expressões que confrontam claramente a ideia da pessoa sem registro de nascimento sobre si mesma como uma pessoa sem valor, cuja existência nunca foi oficialmente reconhecida pelo Estado”.

Referente textual: garantia dos direitos civis.

Tematização: Dificuldade de acesso a um direito/invisibilidade dos cidadãos

Texto II: apresenta a Lei nº 9.534/97, que tornou o registro de nascimento gratuito no Brasil. Mostra um mapa intitulado “Mapa da Invisibilidade no Brasil”, que sugere que o problema persiste no país e considera a exclusão civil um problema complexo, não apenas pela falta de condições financeiras.

Referente textual: garantia do direito à certidão de nascimento

Tematização: dimensionamento do problema e causa da invisibilidade.

Texto III: Relata a importância do registro de nascimento para existir perante a sociedade e o Estado. “A certidão de nascimento é o primeiro e o mais importante documento do cidadão. Com ele, a pessoa existe oficialmente para o Estado e a

sociedade. Só de posse da certidão é possível retirar outros documentos civis, como a carteira de trabalho, a carteira de identidade, o título de eleitor e o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) [...]”.

Referente textual: Condição da existência do cidadão para a sociedade e Estado - a certidão de nascimento

Tematização: a importância do documento para retirar outros documentos.

Texto IV: Mostra uma campanha da Defensoria Pública pelo direito à documentação pessoal. “Onde existem pessoas, nós enxergamos cidadãos”.

Referente textual: Direito à cidadania.

Tematização: A disponibilidade do órgão público para pôr fim à invisibilidade dos cidadãos que não possuem documento pessoal.

4.3.2 Análise das redações: segundo bloco

Neste item, analisamos as três redações selecionadas da “Cartilha Redação a Mil 2021”. Tal como no primeiro bloco, transcrevemos as R4, R5 e R6 e, em seguida, analisamos os textos produzidos pelos candidatos, considerando o texto reduzido, o texto expandido e a conclusão. Vale lembrar que nenhuma das produções recebeu título. Nenhum dos textos apresenta título.

4.3.2.1 Transcrição da redação 4- R4.

Quadro 33: Transcrição da R4

"A Constituição Federal, promulgada em 1988, foi esboçada com o objetivo de delinear direitos básicos para todos os cidadãos. Entretanto, tal teoria não tem sido vista em metodologias práticas, uma vez que ainda há a falta de registro civil de milhares de pessoas, impedindo-as de garantir o acesso à cidadania no Brasil, o que gera a invisibilidade social. Tal invisibilidade provoca inúmeras chagas, como a precarização do trabalho e a exclusão democrática.

Diante desse cenário, é válido retomar o aspecto supracitado quanto à precarização do trabalho laboral. Nesse contexto, é indiscutível que a ausência do registro civil primordial - a certidão de nascimento - impossibilita a pessoa de possuir outros documentos necessários para a vivência social, como, por exemplo, a carteira de trabalho. Dessa forma, é afirmativo que tal lacuna incorre na precarização do trabalho, uma vez que inviabiliza a efetivação dos direitos laborais, como férias remuneradas, ou, em casos mais extremos, torna o indivíduo vulnerável a trabalhos análogos à escravidão. Em consonância com tal tese, é possível citar a obra 'Casa-grande e Senzala', do autor Gilberto Freyre, na qual ele realiza uma comparação entre o Brasil hodierno e o Brasil Colônia, em que o trabalho escravo - ou seja, o ato laboral precarizado - é um instrumento de invisibilidade social. Sendo assim, torna-se evidente a essencialidade dos registros civis na garantia dos direitos trabalhistas para todos os brasileiros, o que, por sua vez, coopera em promover a visibilidade cidadã.

Ademais, é essencial citar a exclusão democrática como uma das principais consequências da falta de registros civis. Nessa perspectiva, é notável que a já citada ausência da certidão de nascimento impede, também, a realização do título de eleitor, documento necessário para o pleno exercício da democracia brasileira. Sob esse viés, é possível relacionar tal tese ao conceito de polifonia das cidades, desenvolvido pelo teórico Nick Couldry, no qual ele afirma que a democracia é constituída pela atuação das vozes de todos, e, por isso, onde não há a voz de alguém, não há democracia. Desse modo, fica evidente que a ausência do registro civil impossibilita a participação política, o que causa o silenciamento da voz daquele pseudocidadão brasileiro.

Nota-se, portanto, a necessidade de reverter esse cenário de invisibilidade social causado pela ausência do registro civil. Para tal, é intrínseco que o Governo Federal, órgão de maior importância no âmbito nacional, implemente mais Varas da Infância e da Juventude em locais de alta procura por esses serviços. Tal ação deve ser realizada por meio da criação de secretarias e/ou departamentos responsáveis por pesquisa e controle, a fim de haver um mapeamento de cidades e regiões metropolitanas onde há maiores índices de invisibilidade social, para, assim, suprir a demanda requerida para o registro civil dos futuros cidadãos. Dessa forma, progressivamente haverá a garantia da cidadania para todos os brasileiros".

Fonte: FELPI (2021, p. 5).

O texto se organiza em quatro parágrafos bem definidos: um de introdução, dois de desenvolvimento e um de conclusão (proposta de intervenção). A introdução apresenta a tese defendida pelo autor do texto, que se fixa seguindo as interpelações da frase-tema e dos textos motivadores. No desenvolvimento, há a construção opinativa, que expande a posição adotada na introdução. E, por fim, o último parágrafo traz a proposta de intervenção que corrobora a introdução, isto é, a tese já defendida. A proposta de intervenção é a conclusão do texto, na qual não se observa modificação quanto ao que diz respeito à opinião. Vejamos a análise aplicando o modelo de Silveira (2012) acerca do texto dissertativo de uma tese: Texto Reduzido > Texto expandido > Tese.

a) O TEXTO REDUZIDO DO CANDIDATO:

Quadro 34: Texto reduzido do candidato - R4

"A Constituição Federal, promulgada em 1988, foi esboçada com o objetivo de delinear direitos básicos para todos os cidadãos. Entretanto, tal teoria não tem sido vista em metodologias práticas, uma vez que ainda há a falta de registro civil de milhares de pessoas, impedindo-as de garantir o acesso à cidadania no Brasil, o que gera a invisibilidade social. Tal invisibilidade provoca inúmeras chagas, como a precarização do trabalho e a exclusão democrática".

Fonte: FELPI (2021, p. 5).

Na introdução, percebemos que o candidato defende o mesmo ponto de vista do exame quando usa informações dos textos motivadores — “tal teoria não tem sido vista em metodologias práticas, uma vez que ainda há a falta de registro civil de milhares de pessoas, impedindo-as de garantir o acesso à cidadania no Brasil, o que gera a invisibilidade social. Tal invisibilidade provoca inúmeras chagas, como a precarização do trabalho e a exclusão democrática”. Em conformidade com as instruções, valoriza negativamente essa questão; logo, não há oposição aos fatos dos textos motivadores, bem como ao tema em si (a invisibilidade social provoca inúmeras chagas, como a precarização do trabalho e a exclusão democrática). Assim, o texto reduzido (introdução) do candidato seleciona as palavras, a fim de manter o posicionamento da prova, presente nos textos motivadores e na frase-tema. Vejamos:

Quadro 35: Proposta de redação do ENEM X Texto reduzido do candidato – R4

Proposta de redação do ENEM (texto-reduzido e texto-expandido)	Texto reduzido do candidato
<p>“Invisibilidade e registro civil: garantia de acesso à cidadania no Brasil”</p> <p>“Mapa da invisibilidade no Brasil” – Norte – 320 mil; Centro-oeste- 243 mil; Nordeste – 828 mil; Sudeste – 1,15 milhão; Sul - 399 mil.</p> <p>“Com ele, a pessoa existe oficialmente para o Estado e a sociedade, como a carteira de trabalho, o título de eleitor [...]”.</p>	<p>“ainda há a falta de registro de registro civil de milhares de pessoas[...] o que gera a invisibilidade social”.</p> <p>“[...] provoca inúmeras chagas, como a precarização do trabalho e a exclusão democrática”.</p>

Fonte: Elaboração própria

Observamos que o texto reduzido do candidato reafirma a situação apresentada nos textos motivadores e na frase-tema e “o saber” já conhecido pelo leitor. A tese defendida é a tese proposta pelo exame.

No primeiro e no segundo parágrafos do desenvolvimento, o candidato expande os termos “precarização do trabalho”, “exclusão democrática” “invisibilidade social” apresentados no texto-síntese.

b) O TEXTO EXPANDIDO DO CANDIDATO:

Quadro 36: Texto expandido do candidato - R4

Segundo parágrafo - desenvolvimento

Precarização do trabalho: “Diante desse cenário, é válido retomar o aspecto supracitado quanto à precarização do trabalho laboral. Nesse contexto, **é indiscutível que a ausência do registro civil primordial - a certidão de nascimento - impossibilita a pessoa de possuir outros documentos necessários para a vivência social, como, por exemplo, a carteira de trabalho**”.

Invisibilidade social: “Dessa forma, é afirmativo que tal lacuna incorre na precarização do trabalho, uma vez que inviabiliza a efetivação dos direitos laborais, como férias remuneradas, ou, em casos mais extremos, torna o indivíduo vulnerável a trabalhos análogos à escravidão. Em consonância com tal tese, é possível citar a obra ‘Casa-grande e Senzala’, do autor Gilberto Freyre, na qual ele realiza uma comparação entre o Brasil hodierno e o Brasil Colônia, em que o trabalho escravo — **ou seja, o ato laboral precarizado — é um instrumento de invisibilidade social**. Sendo assim, **torna-se evidente a essencialidade dos registros civis na garantia dos direitos trabalhistas para todos os brasileiros, o que, por sua vez, coopera em promover a visibilidade cidadã**”.

Fonte: FELPI (2021, p. 5).

Nesse parágrafo, há uma expansão dos termos apresentados na tese, baseada nas informações dos textos motivadores e na frase temática. O candidato expõe o problema utilizando os elementos presentes nos textos motivadores II e III, mantendo igual posicionamento, já que apresenta o mesmo olhar avaliativo sobre o problema.

Quadro 37: Texto expandido do candidato - R4

Terceiro parágrafo: desenvolvimento

Exclusão democrática: “[...] é essencial citar **a exclusão democrática** como uma das consequências da falta de registros civis. [...] é notável que a já citada **ausência de certidão de nascimento impede, também, a realização do título de eleitor**, documento necessário para o **pleno exercício da democracia brasileira**”.

Invisibilidade social: “[...] no qual ele afirma que a democracia é constituída pela atuação das vozes de todos, e, por isso, onde não há a voz de alguém, não há democracia. Desse modo, **fica evidente que a ausência do registro civil impossibilita a participação política, o que causa o silenciamento da voz daquele pseudocidadão brasileiro**”.

Fonte: FELPI (2021, p. 5).

No terceiro parágrafo, o candidato expande os termos “exclusão democrática” e “invisibilidade”. Relaciona o direito ao documento ao pleno exercício da democracia, sugerido no texto motivador IV. Cita o teórico Nick Couldry para definir democracia e afirma que a ausência do documento provoca o silenciamento do cidadão, ou seja, torna-o invisível (**o silenciamento da voz daquele pseudocidadão brasileiro**).

Notamos que ele amplia as causas do problema social apresentado nos textos motivadores, contextualizando com os repertórios socioculturais. No entanto, consideramos que não há nova informação ou alteração do ponto de vista, pois não há argumentos e contra-argumentos que modifiquem o saber já conhecido pelo auditório/leitor; apenas a explicação do motivo de haver invisibilidade social, com paráfrases dos textos da proposta de redação. Assim, quando o candidato afirma que a invisibilidade social provoca a precarização do trabalho e a exclusão democrática, ratifica os dizeres inscritos nos textos motivadores da proposta.

No último parágrafo do texto, como já sabemos, é preciso apresentar uma proposta de intervenção que corrobore o ponto de vista apresentado na introdução. Além disso, deve-se formular soluções para o problema instituído na frase temática. Logo, a prova discursiva não propicia que o candidato reveja o ponto de vista adotado, ou apresente opinião contrária à ofertada no texto reduzido e no texto expandido do exame. Conseqüentemente, não há formação opinativa que modifique a escala de valores (avaliação), evidenciando um posicionamento discursivo em harmonia com os moldes do exame.

Quadro 38: Texto expandido do candidato - R4

Quarto parágrafo: conclusão – tese

“Nota-se, portanto, **a necessidade de reverter esse cenário de invisibilidade social causado pela ausência do registro civil**. Para tal, é intrínseco que o Governo Federal, órgão de maior importância no âmbito nacional, implemente mais Varas da Infância e da Juventude em locais de alta procura por esses serviços. Tal ação deve ser realizada por meio da criação de secretarias e/ou departamentos responsáveis por pesquisa e controle, **a fim de haver um mapeamento de cidades e regiões metropolitanas onde há maiores índices de invisibilidade social, para, assim, suprir a demanda requerida para o registro civil dos futuros cidadãos**. Dessa forma, progressivamente haverá a garantia da cidadania para todos os brasileiros.”

Fonte: FELPI (2021, p. 5).

No parágrafo de conclusão, constatamos que há a confirmação da tese apresentada no texto reduzido (tanto do exame quanto do candidato), com a sugestão de possíveis medidas que resolvam o problema que foi explanado no texto expandido.

Na análise da R4, verificamos que o candidato utilizou a estratégia argumentativa do dissertativo de uma tese, uma vez que expandiu palavras e frases do texto reduzido com seqüências discursivas de ilustração e explicação, sem contra-argumentar. A progressão textual mantém a unidade temática sem alteração da tese (opinião), e os argumentos são construídos com base nos textos de apoio. Logo, o texto analisado exhibe a seguinte estrutura: texto reduzido > texto expandido > tese defendida.

Portanto, verificamos, na R4, uma organização textual em que há:

1) uma apresentação-síntese informativa: **(POR QUÊ?)**

"A Constituição Federal, promulgada em 1988, foi esboçada com o objetivo de delinear direitos básicos para todos os cidadãos. Entretanto, tal teoria não tem sido vista em metodologias práticas, uma vez que **ainda há a falta de registro civil de milhares de pessoas, impedindo-as de garantir o acesso à cidadania no Brasil, o que gera a invisibilidade social. Tal invisibilidade provoca inúmeras chagas, como a precarização do trabalho e a exclusão democrática**".

2) Uma justificativa-explicação informativa: **(PORQUE)**

"Diante desse cenário, é válido retomar o aspecto supracitado quanto à precarização do trabalho laboral. Nesse contexto, **é indiscutível que a ausência do registro civil primordial - a certidão de nascimento - impossibilita a pessoa de possuir outros documentos necessários para a vivência social, como, por exemplo, a carteira de trabalho.** Dessa forma, é afirmativo que tal lacuna **incorre na precarização do trabalho, uma vez que inviabiliza a efetivação dos direitos laborais,** como férias remuneradas, ou, em casos mais extremos, torna o indivíduo vulnerável a trabalhos análogos à escravidão. Em consonância com tal tese, é possível citar a obra 'Casa-grande e Senzala', do autor Gilberto Freyre, na qual ele realiza uma comparação entre o Brasil hodierno e o Brasil Colônia, em que o trabalho escravo - **ou seja, o ato laboral precarizado - é um instrumento de invisibilidade social.** Sendo assim, torna-se evidente a essencialidade dos registros civis na garantia dos direitos trabalhistas para todos os brasileiros, o que, por sua vez, coopera em promover a visibilidade cidadã. Ademais, **é essencial citar a exclusão democrática como uma das principais consequências da falta de registros civis.** Nessa perspectiva, **é notável que a já**

citada ausência da certidão de nascimento impede, também, a realização do título de eleitor, documento necessário para o pleno exercício da democracia brasileira. Sob esse viés, é possível relacionar tal tese ao conceito de polifonia das cidades, desenvolvido pelo teórico Nick Couldry, no qual ele afirma que a democracia é constituída pela atuação das vozes de todos, e, por isso, onde não há a voz de alguém, não há democracia. Desse modo, fica evidente que a ausência do registro civil impossibilita a participação política, **o que causa o silenciamento da voz daquele pseudocidadão brasileiro**".

3) Conclusão: Tese defendida

"Nota-se, portanto, a necessidade de reverter esse cenário de invisibilidade social causado pela ausência do registro civil".

4.3.2.2 Transcrição da redação 5 – R5

Quadro 39: Transcrição da R5

"Na obra 'Utopia', do escritor inglês Thomas More, é retratada uma sociedade perfeita, na qual o corpo social se ausenta de conflitos e problemas. No entanto, o que se observa na realidade contemporânea é o oposto ao que o autor prega, tendo em vista que a invisibilidade de registro civil ainda persiste na sociedade brasileira. Esse cenário antagônico é fruto tanto da ausência de atuação estatal, quanto da escassez de conhecimento sobre a importância desse registro. Desse modo, analisar intrinsecamente as causas dessa problemática na sociedade é medida que se faz imediata.

Precipuamente, é fulcral pontuar a falta de atuação dos setores governamentais, no que concerne à criação de mecanismos que coíbam tais recorrências. Segundo Thomas Hobbes, o estado é responsável por garantir o bem-estar da população, entretanto, isso não ocorre no Brasil. Devido à falta de atuação das autoridades, o Brasil ainda se encontra com o índice de pessoas sem documentação pessoal muito elevado. De acordo com o IBGE, no sudeste, foram registrados 1,15 milhões de pessoas sem certidão de nascimento, e isso se deve pelo fato de não haver políticas públicas que informem sobre a importância da documentação. Dessa forma, faz-se mister a reformulação dessa postura estatal de forma urgente.

Ademais, é imperativo ressaltar a escassez de informação da população como promotora do problema. De acordo com a Constituição Brasileira, a partir de 1997 o registro de nascimento tornou-se gratuito no país, o que facilita o acesso a documentação àqueles que possuem dificuldades financeiras. Partindo desse pressuposto, apesar da gratuidade do registro, a problemática ainda persiste na sociedade, o que remete ao pensamento de que a complexidade dessa invisibilidade ultrapassa o campo financeiro, podendo ser vista como uma falta de conhecimento da população sobre as leis do país. Tudo isso retarda a resolução do empecilho, já que a precariedade informacional contribui para a perpetuação desse quadro deletério.

Assim, medidas exequíveis são necessárias para conter o avanço do impasse na sociedade brasileira. Dessarte, com o intuito de mitigar a invisibilidade e garantir a cidadania, necessita-se, urgentemente, que o Tribunal de Contas da União direcione capital que, por intermédio do Ministério da Educação, será revertido em ações sociais nas escolas e faculdades, que visem passar prematuramente, informações do quão importante é o registro civil na sociedade brasileira, através de palestras com profissionais do meio estatal. Desse modo, atenuar-se-á em médio e longo prazo, o impacto nocivo da invisibilidade e a coletividade alcançará a Utopia de More".

Fonte: FELPI (2021, p. 39).

A R5 se organiza em quatro parágrafos bem definidos: um de introdução, dois de desenvolvimento e um de conclusão (proposta de intervenção). A introdução apresenta a tese defendida pelo autor do texto, que se fixa numa afirmação conforme

a frase-tema e se sustenta segundo os textos motivadores. No desenvolvimento, há a construção opinativa, que expande a posição adotada na introdução. E, por fim, o último parágrafo traz a proposta de intervenção que corrobora a introdução, ou seja, a tese já defendida. A proposta de intervenção é a conclusão do texto, na qual não se observa modificação quanto ao que diz respeito à opinião. Vejamos a análise aplicando o modelo de Silveira (2012) acerca do texto dissertativo de uma tese: Texto Reduzido > Texto expandido > Tese.

a) O TEXTO REDUZIDO DO CANDIDATO:

Quadro 40: Texto reduzido do candidato - R5

“Na obra ‘Utopia’, do escritor inglês Thomas More, é retratada uma sociedade perfeita, na qual o corpo social se ausenta de conflitos e problemas. No entanto, o que se observa na realidade contemporânea é o oposto ao que o autor prega, tendo em vista que a invisibilidade de registro civil ainda persiste na sociedade brasileira. Esse cenário antagônico é fruto tanto da ausência de atuação estatal, quanto da escassez de conhecimento sobre a importância desse registro. Desse modo, analisar intrinsecamente as causas dessa problemática na sociedade é medida que se faz imediata”.

Fonte: FELPI (2021, p. 39).

Na introdução, o candidato apresenta o mesmo ponto de vista do exame quando afirma que “a invisibilidade de registro civil ainda persiste na sociedade brasileira”. O autor continua o parágrafo propondo que “esse cenário é fruto tanto da ausência estatal, quanto da escassez de conhecimento da importância desse registro”. Finaliza enfatizando que analisar as causas dessa problemática é medida imediata. Em conformidade com as instruções propostas pelo exame, apresenta também uma valorização negativa do problema, isto é, não há oposição ao tema em si (a invisibilidade social). Portanto, o texto reduzido (introdução) do candidato seleciona as palavras a fim de manter o posicionamento da prova presente nos textos motivadores e na frase-tema. Vejamos:

Quadro 41: proposta de redação do ENEM X Texto reduzido do candidato-R5

Proposta de redação do ENEM (texto-reduzido e texto-expandido)	Texto reduzido do candidato
<p>“Invisibilidade e registro civil: garantia de acesso à cidadania no Brasil”</p> <p>“Mapa da invisibilidade no Brasil” – “A Lei nº 9534 de 1997 tornou o registro de nascimento gratuito no Brasil. Só que o problema persiste, mostrando que essa exclusão é complexa e não se explica apenas pela dificuldade financeira [...]”.</p> <p>“A certidão de nascimento é o primeiro e o mais importante documento do cidadão [...]”.</p>	<p>“a invisibilidade de registro civil ainda persiste na sociedade brasileira”.</p> <p>“Esse cenário antagônico é fruto tanto da ausência de atuação estatal, quanto da escassez de conhecimento sobre a importância desse registro.”</p>

Fonte: Elaboração própria

Observamos que o texto reduzido do candidato reafirma a situação apresentada nos textos motivadores e na frase-tema, bem como “o saber” já conhecido pelo leitor. A tese defendida é a proposta pelo exame.

No primeiro e no segundo parágrafos do desenvolvimento, o candidato expande os termos “falta de atuação estatal” e “escassez de informação da população” “invisibilidade social”, apresentados no texto-síntese.

b) O TEXTO EXPANDIDO DO CANDIDATO:

Quadro 42: Texto expandido do candidato - R5

<u>Segundo parágrafo - desenvolvimento</u>
<p><u>Falta de atuação estatal:</u> “Precipuamente, é fulcral pontuar a falta de atuação dos setores governamentais, no que concerne à criação de mecanismos que coíbam tais recorrências. Segundo Thomas Hobbes, o estado é responsável por garantir o bem-estar da população, entretanto, isso não ocorre no Brasil. Devido à falta de atuação das autoridades, o Brasil ainda se encontra com o índice de pessoas sem documentação pessoal muito elevado. De acordo com o IBGE, no sudeste, foram registrados 1,15 milhões de pessoas sem certidão de nascimento, e isso se deve pelo fato de não haver políticas públicas que informem sobre a importância da documentação. Dessa forma, faz-se mister a reformulação dessa postura estatal de forma urgente”.</p>

Fonte: FELPI (2021, p. 39).

Nesse parágrafo, há uma expansão dos termos apresentados na tese, baseada nas informações dos textos motivadores e na frase temática. O candidato expõe o problema utilizando os elementos presentes nos textos motivadores II e III, mantendo igual posicionamento, já que preserva o mesmo olhar avaliativo sobre o problema. Nota-se que ele usa quase que as mesmas palavras do texto motivador II quando justifica a falta de atuação de setores governamentais — “[...] **o Brasil ainda se encontra com o índice de pessoas sem documentação pessoal muito elevado. De acordo com o IBGE, no sudeste (sic), foram registrados 1,15 milhões de pessoas sem certidão de nascimento**” — e, em seguida, atribui esse fato à falta de políticas públicas que informem sobre a importância da documentação. Dessa forma, com base nos dados da proposta, cita uma possível causa para o problema, sem contra-argumentar.

Quadro 43: Texto expandido do candidato - R5

Terceiro parágrafo: desenvolvimento

Escassez de informação da população: “Ademais, é imperativo ressaltar a **escassez de informação da população como promotora do problema. De acordo com a Constituição Brasileira, a partir de 1997 o registro de nascimento tornou-se gratuito no país, o que facilita o acesso a documentação àqueles que possuem dificuldades financeiras.** Partindo desse pressuposto, **apesar da gratuidade do registro, a problemática ainda persiste na sociedade, o que remete ao pensamento de que a complexidade dessa invisibilidade ultrapassa o campo financeiro, podendo ser vista como uma falta de conhecimento da população sobre as leis do país.**

Invisibilidade social: Tudo isso retarda a resolução do empecilho, já que a precariedade informacional **contribui para a perpetuação desse quadro deletério**”.

Fonte: FELPI (2021, p. 39).

No terceiro parágrafo, o candidato expande os termos “escassez de informação da população” e “invisibilidade”. Apresenta a escassez de informação da população como promotora do problema e justifica seu posicionamento com os dizeres presentes no texto motivador II — “**a Constituição Brasileira, a partir de 1997 o registro de nascimento tornou-se gratuito no país, o que facilita o acesso a documentação àqueles que possuem dificuldades financeiras [...] apesar da gratuidade do registro, a problemática ainda persiste na sociedade, o que remete ao**

pensamento de que a complexidade dessa invisibilidade ultrapassa o campo financeiro, podendo ser vista como uma falta de conhecimento da população sobre as leis do país. Nesse parágrafo, há uma expansão dos argumentos que corroboram o posicionamento adotado na proposta da prova discursiva.

Observamos que o candidato amplia as causas do problema social (falta de conhecimento da população sobre as leis do país) apresentado nos textos motivadores. No entanto, consideramos que não há nova informação ou alteração do ponto de vista, pois não há argumentos e contra-argumentos que modifiquem o saber já conhecido pelo auditório/leitor; apenas a explicação do porquê há invisibilidade social, com paráfrases dos textos da proposta de redação, por meio da ampliação de suas causas.

No último parágrafo, o candidato apresenta uma proposta de intervenção que confirma o ponto de vista apresentado na introdução, bem como formula soluções para o problema instituído na frase temática. Sendo assim, a prova discursiva não propicia que o candidato reveja o ponto de vista adotado, tampouco que apresente opinião contrária à ofertada no texto reduzido e no texto expandido. Logo, não há formação opinativa que modifique a escala de valores (avaliação), e evidencia-se um posicionamento discursivo em harmonia com os moldes do exame.

Quadro 44: Texto expandido do candidato - R4

Quarto parágrafo: conclusão- tese

“Assim, medidas exequíveis são necessárias para conter o avanço do impasse na sociedade brasileira. Dessarte, com o intuito de mitigar a invisibilidade e garantir a cidadania, necessita-se, urgentemente, que o Tribunal de Contas da União direcione capital que, por intermédio do Ministério da Educação, será revertido em ações sociais nas escolas e faculdades, que visem passar prematuramente, informações do quão importante é o registro civil na sociedade brasileira, através de palestras com profissionais do meio estatal. Desse modo, atenuar-se-á em médio e longo prazo, o impacto nocivo da invisibilidade e a coletividade alcançará a Utopia de More”.

Fonte: FELPI (2021, p. 39).

No parágrafo de conclusão, constatamos que há a confirmação da tese apresentada no texto reduzido (tanto do exame quanto do candidato), com a sugestão de possíveis medidas que resolvam o problema explanado no texto expandido.

Na análise da R5, verificamos que o candidato utilizou a estratégia argumentativa do dissertativo de uma tese, uma vez que expandiu palavras e frases do texto reduzido com sequências discursivas de explicação. A progressão textual mantém a unidade temática sem alteração da tese (opinião), e os argumentos são construídos com base nos textos de apoio. Logo, o texto analisado exibe a seguinte estrutura: texto reduzido > texto expandido > tese defendida.

Portanto, verificamos, na R5, uma organização textual em que há:

1) uma apresentação-síntese informativa: **(POR QUÊ?)**

“Na obra ‘Utopia’, do escritor inglês Thomas More, é retratada uma sociedade perfeita, na qual o corpo social se ausenta de conflitos e problemas. No entanto, o que se observa na realidade contemporânea é o oposto ao que o autor prega, tendo em vista que a invisibilidade de registro civil ainda persiste na sociedade brasileira. **Esse cenário antagônico é fruto tanto da ausência de atuação estatal, quanto da escassez de conhecimento sobre a importância desse registro. Desse modo, analisar intrinsecamente as causas dessa problemática na sociedade é medida que se faz imediata**”.

2) Uma justificativa-explicação informativa: **(PORQUE)**

“Precipuamente, é fulcral pontuar a falta de atuação dos setores governamentais, no que concerne à criação de mecanismos que coíbam tais recorrências. Segundo Thomas Hobbes, o estado é responsável por garantir o bem-estar da população, entretanto, isso não ocorre no Brasil. **Devido à falta de atuação das autoridades, o Brasil ainda se encontra com o índice de pessoas sem documentação pessoal muito elevado. De acordo com o IBGE, no sudeste, foram registrados 1,15 milhões de pessoas sem certidão de nascimento, e isso se deve pelo fato de não haver políticas públicas que informem sobre a importância da documentação.** Dessa forma, faz-se mister a reformulação dessa postura estatal de forma urgente. Ademais, **é imperativo ressaltar a escassez de informação da população como promotora do problema.** De acordo com a Constituição Brasileira, a partir de 1997 o registro de nascimento tornou-se gratuito no país, o que facilita o acesso a documentação àqueles que possuem dificuldades financeiras. Partindo desse pressuposto, **apesar da gratuidade do registro, a problemática ainda persiste na sociedade, o que remete ao pensamento de que a complexidade dessa invisibilidade ultrapassa o campo financeiro, podendo ser vista como uma falta**

de conhecimento da população sobre as leis do país. Tudo isso retarda a resolução do empecilho, já que a precariedade informacional contribui para a perpetuação desse quadro deletério”.

3) Conclusão: Tese defendida

“Desse modo, atenuar-se-á em médio e longo prazo, o impacto nocivo da invisibilidade e a coletividade alcançará a Utopia de More”.

4.3.2.3 Transcrição da redação 6 – R6

Quadro 45: Transcrição da R6

"A Constituição Federal de 1988, norma de maior hierarquia do sistema jurídico brasileiro, assegura os direitos e o bem-estar da população. Entretanto, quando se observa a deficiência de visibilidade do registro civil como forma de garantir o acesso à cidadania no Brasil, verifica-se que esse preceito é constatado na teoria e não desejavelmente na prática. Dessa forma, essa realidade se deve à inoperância estatal e à alienação social.

Primeiramente, vale ressaltar que a débil ação do Poder Público possui íntima relação com o revés. Acerca disso, Thomas Hobbes, em seu livro 'Leviatã', defende a obrigação do Estado em proporcionar meios que auxiliem o progresso do corpo social. As autoridades, todavia, vão de encontro com a ideia de Hobbes, uma vez que possuem um papel inerte em relação a invisibilidade de pessoas sem o registro civil e, por consequência disso, dados de uma pesquisa estabelecida pelo IBGE, em 2019, estima-se que mais de 2 milhões de pessoas não possuem a certidão de nascimento, mostrando um alto teor de cidadãos em maioria pobres e negros, excluídos de existirem no corpo civil. Assim, parcela dessas vítimas vive à margem da sociedade, pois não existem políticas públicas eficazes como benefícios sociais. Desse modo, é inadiável que a assistência a esses cidadãos seja alcançada, a partir de medidas governamentais.

Ademais, uma grande parcela da população se mostra alienada. O intitulado 'Paradoxo da Moral', é um livro escrito pelo musicólogo Vladimir Jankélévitch para exemplificar a cegueira ética do homem moderno, ou seja, a passividade das pessoas frente aos impasses enfrentados pelo próximo. De maneira análoga, percebe-se que a garantia de acesso à cidadania, encontra um forte alicerce na estagnação social. Essa situação ocorre porque, infelizmente, a sociedade não se movimenta em prol da erradicação dessa problemática, pelo contrário, ela adquire uma posição individualista por não mensurar como a falta de um registro civil causa como, a impossibilidade de retirar outros documentos precisos. Logo, é essencial superar esses preceitos que atestam, sobretudo, um cenário intolerante.

Fica evidente, portanto, a necessidade de garantir o acesso à cidadania para todos no Brasil. Destarte, o Governo Federal, responsável por administrar o povo e os interesses públicos, com o apoio do Ministério da Cidadania, a partir de medidas governamentais destinadas à pasta, deve disponibilizar benefícios financeiros sociais para cidadãos que não tenham como pagar a retirada de um registro civil. Essa ação será realizada com o intuito de custear a posse desse documento importante, para que também, a sociedade não naturalize a intolerância que a permeia. Dessa maneira, com a conjuntura de tais ações, os brasileiros verão o direito garantido pela Constituição, como uma realidade."

Fonte: FELPI (2021, p. 17).

O texto se organiza em quatro parágrafos bem definidos: um de introdução, dois de desenvolvimento e um de conclusão (proposta de intervenção). A introdução apresenta a tese defendida pelo autor do texto, que se fixa seguindo as interpelações da frase-tema e dos textos motivadores. No desenvolvimento, há a construção opinativa, que expande a posição adotada na introdução. E, por fim, o último parágrafo traz a proposta de intervenção, que corrobora a introdução, ou seja, a tese já defendida. A proposta de intervenção é a conclusão do texto, na qual não se observa modificação quanto ao que diz respeito à opinião. Vejamos a análise aplicando o modelo de Silveira (2012) acerca do texto dissertativo de uma tese: Texto Reduzido > Texto expandido > Tese.

a) O TEXTO REDUZIDO DO CANDIDATO:

Quadro 46: Texto reduzido do candidato

"A Constituição Federal de 1988, norma de maior hierarquia do sistema jurídico brasileiro, assegura os direitos e o bem-estar da população. Entretanto, quando se observa a deficiência de visibilidade do registro civil como forma de garantir o acesso à cidadania no Brasil, verifica-se que esse preceito é constatado na teoria e não desejavelmente na prática. Dessa forma, essa realidade se deve à inoperância estatal e à alienação social".

Fonte: FELPI (2021. p. 17).

Na introdução, percebemos que o candidato apresenta o mesmo ponto de vista do exame, quando usa informações dos textos motivadores — “[...]quando se observa a deficiência de visibilidade do registro civil como forma de garantir o acesso à cidadania no Brasil, verifica-se que esse preceito é constatado na teoria e não desejavelmente na prática. Dessa forma, essa realidade se deve à inoperância estatal e à alienação social”.

Nesse texto, observamos os mesmos dizeres da redação analisada anteriormente. Desse modo, está em conformidade com as instruções propostas pelo exame, apresentando igualmente uma valoração negativa da questão. Portanto, não há oposição aos fatos dos textos motivadores, bem como ao tema em si — “[...] essa realidade se deve à inoperância estatal e à alienação social”. O texto reduzido (introdução) do candidato seleciona as palavras a fim de manter o posicionamento da prova presente na frase-tema. Vejamos:

Quadro 47: proposta de redação do ENEM X Texto reduzido do candidato – R6

Proposta de redação do ENEM (texto-reduzido e texto-expandido)	Texto reduzido do candidato
<p>“Invisibilidade e registro civil: garantia de acesso à cidadania no Brasil”</p>	<p>“[...] se observa a deficiência de visibilidade do registro civil como forma de garantir o acesso à cidadania no Brasil”.</p>

Fonte: FELPI (2021, p. 17).

Observamos que o texto reduzido do candidato reafirma a situação apresentada na frase-tema e “o saber” já conhecido pelo leitor. A tese defendida é a proposta pelo exame.

No primeiro e no segundo parágrafos do desenvolvimento, o candidato expande os termos “inoperância estatal” e “alienação social”, apresentados no texto-síntese.

b) O TEXTO EXPANDIDO DO CANDIDATO:

Quadro 48: Texto expandido do candidato - R6

Segundo parágrafo - desenvolvimento

Inoperância estatal: “Primeiramente, vale ressaltar que **a débil ação do Poder Público possui íntima relação com o revés**. Acerca disso, Thomas Hobbes, em seu livro “Leviatã”, defende a obrigação do Estado em proporcionar meios que auxiliem o progresso do corpo social. As autoridades, todavia, vão de encontro com a ideia de Hobbes, uma vez que possuem um papel inerte em relação a invisibilidade de pessoas sem o registro civil e, **por consequência disso, dados de uma pesquisa estabelecida pelo IBGE, em 2019, estima-se que mais de 2 milhões de pessoas não possuem a certidão de nascimento, mostrando um alto teor de cidadãos em maioria pobres e negros, excluídos de existirem no corpo civil**. Assim, parcela dessas vítimas vive à margem da sociedade, pois não existem políticas públicas eficazes como benefícios sociais. Desse modo, **é inadiável que a assistência a esses cidadãos seja alcançada, a partir de medidas governamentais**”.

Fonte: FELPI (2021, p. 17).

Nesse parágrafo, há uma expansão do termo apresentado na tese baseada nas informações dos textos motivadores e na frase temática, em que o candidato expõe o problema utilizando os elementos presentes nos textos motivadores I e II, mantendo, assim, igual posicionamento, já que apresenta o mesmo olhar avaliativo sobre o problema. Ele usa os dados do IBGE apresentados na proposta e correlaciona-os com o texto motivador I (alto teor de cidadãos em maioria pobres e negros, excluídos de existirem no corpo civil).

Quadro 49: Texto expandido do candidato - R6

Terceiro parágrafo: desenvolvimento

Alienação social: “Ademais, uma **grande parcela da população se mostra alienada**. O intitulado ‘Paradoxo da Moral’, é um livro escrito pelo musicólogo Vladimir Jankélévitch para exemplificar a cegueira ética do homem moderno, ou seja, a passividade das pessoas frente aos impasses enfrentados pelo próximo. De maneira análoga, percebe-se que a garantia de acesso à cidadania, encontra um forte alicerce na estagnação social. **Essa situação ocorre porque, infelizmente, a sociedade não se movimenta em prol da erradicação dessa problemática, pelo contrário, ela adquire uma posição individualista por não mensurar como a falta de um registro civil causa como, a impossibilidade de retirar outros documentos precisos**. Logo, é essencial superar esses preceitos que atestam, sobretudo, um cenário intolerante”.

Fonte: FELPI (2021, p. 17).

No terceiro parágrafo, o candidato expande o termo “alienação social”. Cita a obra “Paradoxo da Moral” para exemplificar a cegueira ética do homem moderno e afirma que a sociedade não se movimenta em prol da erradicação dessa problemática. Baseia-se no texto motivador III mencionando a impossibilidade de retirar outros documentos.

Notamos que o candidato mantém as causas do problema social apresentado nos textos motivadores, contextualizando-as com os repertórios socioculturais. Dessa forma, consideramos que não há nova informação ou alteração do ponto de vista, pois não há argumentos e contra-argumentos que modifiquem o saber já conhecido pelo auditório/leitor; apenas a explicação da invisibilidade social com paráfrases dos textos da proposta de redação.

No último parágrafo do texto, o candidato precisa apresentar uma proposta de intervenção que corrobore o ponto de vista apresentado na introdução, mas deve, além disso, apresentar soluções para o problema instituído na frase temática. Sendo assim, a prova discursiva não propicia que o candidato reveja o ponto de vista adotado ou apresente opinião contrária à ofertada no texto reduzido e no texto expandido do exame. Logo, não há formação opinativa que modifique a escala de valores (avaliação), evidenciando um posicionamento discursivo em harmonia com os moldes do exame.

Quadro 50: Texto expandido do candidato - R6

Quarto parágrafo: conclusão- tese

“Fica evidente, portanto, a necessidade de garantir o acesso à cidadania para todos no Brasil. Destarte, o Governo Federal, responsável por administrar o povo e os interesses públicos, com o apoio do Ministério da Cidadania, a partir de medidas governamentais destinadas à pasta, deve disponibilizar benefícios financeiros sociais para cidadãos que não tenham como pagar a retirada de um registro civil. Essa ação será realizada com o intuito de custear a posse desse documento importante, para que também, a sociedade não naturalize a intolerância que a permeia. **Dessa maneira, com a conjuntura de tais ações, os brasileiros verão o direito garantido pela Constituição, como uma realidade”.**

Fonte: FELPI (2021, p. 17).

No parágrafo de conclusão, constatamos que há a confirmação da tese apresentada no texto reduzido (tanto do exame quanto do candidato), com a sugestão de possíveis medidas que resolvam o problema explanado no texto expandido.

Na análise da R6, verificamos que o candidato utilizou a estratégia argumentativa do dissertativo de uma tese, uma vez que expandiu suas palavras e frases do texto reduzido com sequências discursivas de ilustração e explicação, sem contra-argumentar. A progressão textual mantém a unidade temática sem alteração da tese (opinião), e os argumentos são construídos com base nos textos de apoio. Logo, o texto analisado exibe a seguinte estrutura: texto reduzido > texto expandido > tese defendida.

Portanto, verificamos na R6 uma organização textual em que há:

1) uma apresentação-síntese informativa: **(POR QUÊ?)**

"A Constituição Federal de 1988, norma de maior hierarquia do sistema jurídico brasileiro, assegura os direitos e o bem-estar da população. **Entretanto, quando se observa a deficiência de visibilidade do registro civil como forma de garantir o acesso à cidadania no Brasil, verifica-se que esse preceito é constatado na teoria e não desejavelmente na prática.** Dessa forma, essa realidade se deve à inoperância estatal e à alienação social”.

2) Uma justificativa-explicação informativa: **(PORQUE)**

“Primeiramente, vale ressaltar que a débil ação do Poder Público possui íntima relação com o revés. Acerca disso, Thomas Hobbes, em seu livro ‘Leviatã’, defende a obrigação do Estado em proporcionar meios que auxiliem o progresso do corpo social. As autoridades, todavia, vão de encontro com a ideia de Hobbes, uma vez que possuem um papel inerte em relação a invisibilidade de pessoas sem o registro civil e, **por consequência disso, dados de uma pesquisa estabelecida pelo IBGE, em 2019, estima-se que mais de 2 milhões de pessoas não possuem a certidão de nascimento, mostrando um alto teor de cidadãos em maioria pobres e negros, excluídos de existirem no corpo civil. Assim, parcela dessas vítimas vive à margem da sociedade, pois não existem políticas públicas eficazes como benefícios sociais.** Desse modo, é inadiável que a assistência a esses cidadãos seja alcançada, a partir de medidas governamentais.

Ademais, uma grande parcela da população se mostra alienada. O intitulado ‘Paradoxo da Moral’, é um livro escrito pelo musicólogo Vladimir Jankélévitch para exemplificar a cegueira ética do homem moderno, **ou seja, a passividade das pessoas frente aos impasses enfrentados pelo próximo.** De maneira análoga, percebe-se que a garantia de acesso à cidadania, encontra um forte alicerce na estagnação social. **Essa situação ocorre porque, infelizmente, a sociedade não se movimenta em prol da erradicação dessa problemática, pelo contrário, ela adquire uma posição individualista por não mensurar como a falta de um registro civil causa como, a impossibilidade de retirar outros documentos precisos.** Logo, é essencial superar esses preceitos que atestam, sobretudo, um cenário intolerante”

3) Conclusão: Tese defendida

“Fica evidente, portanto, a necessidade de garantir o acesso à cidadania para todos no Brasil”.

4.4 Discussão dos resultados

A análise empreendida nos permitiu compreender o desenvolvimento da argumentação nos textos de nota máxima do ENEM, bem como verificar os elementos textuais e discursivos que compõem o esquema textual utilizado pelos candidatos. Os

elementos identificados revelaram uma sedimentação discursiva padrão, considerada proficiente para os moldes do exame.

Quanto ao esquema textual, as seis dissertações analisadas apresentaram um modelo dissertativo de uma tese (SILVEIRA, 2012)¹⁴, pois os textos se organizaram em texto reduzido > texto expandido > conclusão. Na apresentação-informativa, mostrou-se um “saber”, representado pelo referente e pela tematização textuais da proposta da prova. Na justificativa-explicação informativa, expandiram-se e agruparam-se informações necessárias, que justificaram a tese comunicada para o auditório/leitor e, na conclusão, houve a confirmação da tese a fim de que fosse aceita pelo receptor do texto.

Quanto à construção argumentativa/opinativa, os textos assumiram o mesmo ponto de vista instaurado na proposta de redação, já que os vocábulos e as frases expandidos mantiveram o valor semântico presente na prova, e não apresentaram contra-argumentos e argumentos que modificassem o “saber” ali instaurado. Em outras palavras, não demonstraram um “novo saber”. Desse modo, pode-se considerar que não houve processo autoral.

Os resultados apontam, portanto, que a prova discursiva do ENEM prioriza o texto dissertativo-expositivo, em que se explora um assunto, sem permitir um posicionamento ou uma opinião de forma autoral. Nesse sentido, “considera-se o texto dissertativo como um tipo de discurso explicativo, cujo objetivo é explorar um certo assunto, sem, porém, incluir um posicionamento ou uma opinião” (EMEDIATO, 2008, p. 159). Assim, as diretrizes apresentadas na “Cartilha do Estudante” vão de encontro aos textos considerados modelos e proficientes no exame. Essa divergência fica explícita na própria definição de texto dissertativo-argumentativo da Cartilha do Participante¹⁵, ao afirmar que ele tem dupla natureza: deve utilizar explicações para justificar o problema e apresenta argumentos a fim de influenciar a opinião do leitor e tentar convencê-lo de que tese apresentada está correta.

Ademais, o exame avalia a competência III com a nota máxima, caso o aluno apresente informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto, de forma consistente e organizada, configurando autoria, em defesa de um ponto de vista (BRASIL, 2021). Na análise, entretanto, percebemos que não há outras teses, que

¹⁴ Cf. a página 73 desta dissertação.

¹⁵ Cf. a página 36 desta dissertação.

levem o outro a abandonar o saber já conhecido pelo marco das cognições sociais, ou seja, a focalização dada ao referente não é nova; pelo contrário, ela mantém “o saber velho”. Por conseguinte, não atribui valor ideológico diverso daquele já expresso na proposta. Nesse sentido, não há espaço para a opinião do candidato, e a opinião autoral é simulada. Observamos um discurso instituído em que a tese já é anunciada como a certa, e o candidato deve expandi-la, corroborando os dizeres da proposta e, para tanto, mobiliza as informações dos textos motivadores a fim de argumentar de maneira organizada em prol de uma opinião dominante.

A nosso ver, com base em Amossy (2012) e Silveira (2012), o texto dissertativo-argumentativo (opinativo) é sustentado pela intenção do autor em persuadir ou convencer um auditório, isto é, deve valer-se da comunicação persuasiva para que modifique o pensamento do auditório/leitor. Assim, “pressupõe uma tese defendida por um sujeito e outra tese, adversária da primeira e, portanto, a sua antítese” (EMEDIATO, p. 161). Por essa razão, consideramos que a dissertação-argumentativa (opinativa) está intimamente ligada ao debate e à oposição de ideias. Os textos analisados não explicitam o desacordo, ou seja, silenciam o posicionamento contrário e reproduzem o posicionamento pressuposto nos textos da coletânea e no tema. Assim, ao atribuir nota mil aos textos analisados, o ENEM trata o discurso argumentativo como mera repetição de argumentos instituídos como verdade e, dessa forma, limita a liberdade opinativa.

De acordo com Silveira (2012), o texto argumentativo-opinativo é constituído de duas teses, ou seja, organiza-se por meio do esquema: Tese 1 > contra-argumentos > argumentos > Tese 2. Esse esquema textual apresenta uma recategorização dos objetos do discurso e revela uma avaliação que percorre uma escala de valores com a oposição do autor à cognição social. Sendo assim, afirmamos que o texto dissertativo-argumentativo é aquele em que o candidato se opõe à tese 1, já conhecida pelo auditório (banca examinadora), e, para isso, contra-argumenta com vistas a levar o auditório abandonar a tese 1, aderindo à tese 2 (novo ponto de vista). Todavia, esse esquema não ocorre nas análises apresentadas.

Dito de outro modo, verificamos tratar-se de textos em que o locutor/autor orienta o modo de ver do interlocutor/leitor e percorre uma dimensão argumentativa (AMOSSY, 2020), sem agir sobre o outro e. Dessa maneira, a persuasão perde força, pois, apesar de as dissertações transmitirem um ponto de vista e defenderem uma

tese, ele é subjetivado, atravessado. Logo, não há a pretensão de modificar a posição do alocutário, pois a tese defendida é a mesma do exame.

Em suma, a interdiscursividade presente no tema e nos textos motivadores do exame exercem um possível direcionamento argumentativo, que leva o candidato a reproduzir um discurso argumentativo que apenas expõe os fatos, os dados e as premissas já retratados na proposta. Consequentemente, esvazia-se a legítima autoria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em razão do destaque da prova discursiva do Exame Nacional do Ensino Médio na educação brasileira, esta dissertação teve, como tema, a argumentação nas redações no ENEM, considerando-se sua organização composicional argumentativa para a construção da opinião do candidato. Assim, contextualizamos a pesquisa com a apresentação do processo avaliativo do ENEM, dos conceitos do texto dissertativo-argumentativo vigente nos manuais didáticos e no âmbito do exame, além das diretrizes propostas pelos documentos oficiais que regem os anos finais da Educação Básica. Em seguida, discorreremos sobre o percurso da LT, com foco na abordagem sociocognitiva-interacionista e nos debruçamos sobre a ADC na vertente sociocognitiva. Posteriormente, discutimos a argumentação em seu contexto histórico e relacionamos os conceitos teóricos desse campo com a atividade argumentativa, a fim de elucidar o ato de argumentar e opinar, com base na vertente sociocognitiva. Ademais, apresentamos os esquemas textuais de uma e de duas teses propostos por Silveira (1994,2012), que definiram nossas categorias de análise. Por fim, descrevemos os procedimentos analíticos utilizados e procedemos ao exame dos seis textos produzidos por candidatos que obtiveram nota máxima no ENEM, os quais compuseram o *corpus* da pesquisa.

Vale lembrar que o presente estudo foi orientado pelas seguintes perguntas: Em que medida as orientações do exame vão ao encontro de abordagens teóricas textuais e discursivas as quais regem a atividade argumentativa? Como se apresenta a organização textual da opinião nos textos avaliados como modelo? Para respondermos às questões e estudarmos a argumentação nas redações, estabelecemos, como objetivo geral, contribuir para a compreensão do desenvolvimento argumentativo no texto dissertativo-argumentativo do ENEM. Acreditamos que ele foi atingido, pois pudemos verificar que as dissertações-argumentativas de nota máxima apresentaram uma estrutura textual padrão, e a argumentação é desenvolvida segundo as interpelações do tema e dos textos da coletânea.

Quanto aos objetivos específicos, procuramos analisar a argumentação opinativa autoral dos textos na formação discursiva; verificar a organização argumentativa de uma ou duas teses nas produções textuais dos alunos nota mil,

segundo a Análise Crítica do Discurso sob a vertente sociocognitiva, em diálogo com os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio de modo a correlacionar a argumentação e o discurso.

Em relação ao primeiro objetivo específico, consideramos que a formação discursiva referente à argumentação aponta para uma reprodução dos argumentos apresentados na proposta de redação do exame. Dito de outro modo, os candidatos conduzem os argumentos por via da reconstrução opinativa já instaurada pela prova.

Em relação ao segundo objetivo específico, os resultados apontam que há um esquema de organização textual e opinativo fixo, revelado em todos os textos selecionados. Além disso, verificamos que o texto dissertativo-argumentativo é regido pelo dissertativo de uma tese (explicativo). Mais especificamente, enquadra-se na concepção de texto com dimensão argumentativa, sem apresentar modificações avaliativas do referente proposto no exame a ponto de modificar o saber com uma nova tese e, portanto, sem a intenção de agir sobre o destinatário e, assim, persuadir. Os autores dos textos dirigem-se a um auditório que tem o saber interiorizado na tese 1 e, nesse caso, reafirmam a tese já conhecida e expandem o texto, de modo que não apresentam uma resposta antagônica à tematização da proposta do exame.

Logo, a análise indica que a construção opinativa não é desenvolvida sob o ponto de vista do candidato, baseado em representações mentais avaliativas próprias. Por essa razão, acreditamos que o texto considerado argumentativo do ENEM se apresenta, na verdade, como expositivo, isto é, com a intuito de apresentar uma exposição do tema proposto. Percebemos uma expansão dos dizeres da prova que se distribuem numa relação por quê? (pergunta) e porque (resposta).

Dessa maneira, é possível verificar que as diretrizes apresentadas na “Cartilha do Estudante”, que traçam o caminho da escrita argumentativa do estudante por um viés autoral, vão de encontro às redações de nota máxima. Logo, considera-se proficiente em argumentação o candidato que desenvolve os argumentos baseados na reprodução opinativa da prova. Com isso, instaura-se um atravessamento discursivo que pode esvaziar o lugar de autor do candidato e apaga-se o espaço para a verdadeira reflexão crítica que rege, genuinamente, a dissertação-argumentativa-opinativa.

Do mesmo modo, consideramos que a ilusão opinativa apresentada nos textos não corresponde ao que os documentos oficiais (PCNs e BNCC) estabelecem para a

formação da identidade do jovem, no sentido de inseri-lo no mundo contemporâneo como cidadão reflexivo e com opinião própria. Dessa forma, enfatizamos que sempre é tempo de repensar os processos de ensino e aprendizagem diante de um exame que pode provocar efeitos retroativos (MASSI, 2017) na formação opinativa dos indivíduos quando cerceia outros posicionamentos que poderiam ser assumidos por eles.

Os resultados identificados com a análise do *corpus* permitiram, portanto, a confirmação da nossa hipótese de que o texto exigido no ENEM apresenta diretrizes que padronizam o discurso opinativo do candidato. Por esse motivo, pode prejudicar o processo de um sujeito-agente na constituição do autor legítimo de seu próprio texto e se enquadra, mais pertinentemente, no conceito de texto-argumentativo-expositivo, conforme define Silveira (2012).

Nossa pesquisa não encerra as discussões sobre o tema e não se quer conclusiva, pois este foi um possível olhar sobre o objeto. Acreditamos que o presente trabalho possibilita a abertura de novos caminhos e novas perspectivas que possam trazer outras reflexões, pois trabalhar com o texto é saber que estamos diante de um vasto campo de análise da linguagem.

REFERÊNCIAS

AMOSSY, R. **A argumentação no discurso**. Trad. Ângela M.S. Corrêa *et al.* São Paulo: Contexto, 2020.

AMOSSY, R. Argumentação e Análise do Discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. Trad. Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio Ferreira. **EID&A** – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação, Ilhéus, n.1, p. 129-144, 2011.

ANJOS, Z.P. **A tipologia textual do dissertativo**: tipos de texto da classe opinativa e suas condições de produção discursiva. 2005. 167 p. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Programa de Estudos Pós-graduados em Língua Portuguesa da Universidade Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

ANTUNES, I. **Língua, texto e ensino**: outra escola possível. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

ANTUNES, I. Avaliação da produção textual no Ensino Médio. *In*: MENDONÇA M.; BUNZEN, C (orgs.). **Português no ensino médio e formação do professor**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006, p. 163-180.

ANTUNES, I. Práticas pedagógicas para o desenvolvimento da escrita. *In*: COELHO, F.A.; PALOMANES, R. (orgs.) **Ensino de produção textual**. São Paulo: Contexto, 2019. P.9-21.

AZEVEDO, I. C. M. A construção do discurso argumentativo em perspectiva foucaultiana. **Linha D'água**, São Paulo, v. 29, n.2, p. 247-269, dez.2016.

BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)**. Ensino Médio. Parte II: Brasília, 2000.

BRASIL, Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Redação no ENEM – Cartilha do Participante 2019**. MEC; INEP; DAEB. Brasília, 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Redação no ENEM – Cartilha do Participante 2020**. MEC; INEP; DAEB. Brasília, 2020.

BRASIL, Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Redação no ENEM – Cartilha do Participante 2022**. MEC; INEP; DAEB. Brasília, 2022.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Educação é a base. Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_silte.pdf. Acesso em: 15 de fev. de 2023.

BRASIL, Ministério da Educação. **Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais** (PCNs + Ensino Médio). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/linguagens02.pdf>. Acesso em 17 de fev. de 2023.

BEUAGRANDE, R.A. de; DRESSLER, W.U. **Introduction to text Linguistics**. London: Longman, 1981.

BENTES, A. C. Linguística textual. *In*: MUSSALIM, F; BENTES, A.C. (org.). **Introdução à linguística**: domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2001.

BUNZEN, C. Da era da composição à era dos gêneros: o ensino de produção de texto no ensino médio. *In*: BUNZEN, C.; MENDONÇA, M. (orgs.). **Português no ensino médio e formação do professor**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006, p. 139-161.

CARVALHO, G.A.; COPPI, L.A.C. **Red: produção de texto**. Livro único. Coleção PV. Editora Poliedro, 2022.

CAVALCANTE, M. M. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2021.

CAVALCANTE, M. M. *et. al.* **Linguística textual e argumentação**. Campinas, SP: Pontes editores, 2020.

CAVALCANTE, M. M.; BRITO, M.A.P. **Linguística Textual**: conceitos e aplicações. Campinas, SP: Pontes editores, 2022.

COSTA VAL, M. G. **Redação e textualidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

EMEDIATO, W. **A fórmula do texto**: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editorial, 2008.

FAIRCLOUCH, N. **Discurso e mudança social**. Izabel Magalhães, coordenadora da tradução, revisão técnica e prefácio. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.

FARIA, M. G. S.; CAVALVANTE, M. M.; BRITO, M. A. Metadiscursividade e argumentatividade na construção de textos jornalísticos. *In*: OLIVEIRA, E.G.; CORDEIRO, I.C.; MACHADO, R.P.B.; SILVA, S. (orgs.). **Discurso e Argumentação: tecendo os efeitos de sentido**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

FÁVERO, L. L.; ANDRADE, M. L. da C. V. de O. Artigo de opinião e argumentação: estudo sobre referenciação e objetos de discurso. *In*: OLIVEIRA, E.G. CORDEIRO, I.C.; MACHADO, R.P.B.; SILVA, S. (orgs.). **Discurso e Argumentação: tecendo os efeitos de sentido**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

FELPI, L. **Cartilha Redação a Mil**. Disponível em: <https://www.lucasfelpi.com.br/redamil>. Acesso em: 10 de ago. 2021.

FERNANDES, L.A. M.L. **Escrita na prova de redação do ENEM: um olhar sobre a prática docente**. Disponível em: <http://www.ileel.ufu.br/anaisdosielp/arquivos/anais2019/110.pdf>. Acesso em: 20 de fev. 2023.

FERREIRA, L.A. **Leitura e persuasão: princípios de análise retórica**. São Paulo: Contexto, 2010.

FIORIN, J. L. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2018.

GARCEZ, L. **A escrita e o outro**. Brasília: Editora UnB, 2010.

GARCIA, O.M. **Comunicação em prosa moderna**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 27. ed., 2010.

GERALDI, J. W. (org.). **O texto na sala de aula**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002.

GOLÇALVES-SEGUNDO, P.R. Discurso e prática social. *In*: BATISTA JR; SATO, MELO (orgs). **Análise de discurso crítica: para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2018.

GRIZE, J. B. **Logique et langage**. Paris: Ophrys, 1990.

GUEDES, P. C. **Da redação à produção textual: o ensino da escrita**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

KOCH, I. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Contexto, 2002.

KOCH, I. **Introdução à Linguística Textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 51-78.

KOCH, I. **Argumentação e Linguagem**. 13 ed. São Paulo: Cortez: 2011.

KOCH, I. **Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas**. São Paulo: Contexto, 2018a.

KOCH; I.V.; ELIAS, V.M. **Ler e escrever: estratégias de produção textual**. São Paulo: Contexto, 2018.

KOCH, I. **A Coesão Textual**. São Paulo: Contexto, 2018b.

KOCH, I.; TRAVAGLIA. L.C. **A Coerência textual**. São Paulo: Contexto, 2018.

KOCH, I. **A inter-ação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 2018c.

KOCH, I.; ELIAS, V. M. **Escrever e argumentar**. São Paulo; Contexto, 2020.

LIMA, S.F.A.; PIRIS, E.L. Argumentação no Enem: Análise de uma redação Nota Mil. **Mediação**, Pires do Rio – GO, v. 12, n. 2, p. 217-231, jul.-dez.2017.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARCUSCHI, L. A. **Linguística de texto: o que é e como se faz?** São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

MASSI, F. A matriz de correção da redação do ENEM. **Revista Caminhos em Linguística Aplicada**, v. 16, n. 1, p. 69-89, 1º sem 2017. p. 69-89.

MARQUESI, S. Referenciação e Intencionalidade: considerações sobre a escrita e leitura. *In*: CARMELINO, A.C.; PERNAMBUCO, J. FERREIRA, L.A. (Orgs.) **Nos caminhos do texto**: atos de leitura. Ranca: Unifran, 2007.

MOURA, F. **Trabalhando com a dissertação**. São Paulo: Editora Ática, 1992.

OLIVEIRA R. L.; CAVALCANTE M.; SILVEIRA, G.B. O apelo ao *pathos* em textos e a modalidade argumentativa patêmica. **Revista Investigações**, Recife, v. 33,n. especial, p. 7 - 26, 2020.

OLIVEIRA, L.A, Van Dijk. *In*: OLIVEIRA, L. A. (org.). **Estudos do discurso**: perspectivas teóricas. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

PACHECO, A. de C. **A Dissertação**: teoria e prática. São Paulo: Atual, 1988.

PERELMAN, C; OLBRECHTS TYTECA, L. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. Trad. Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão [revisão da tradução Eduardo Brandão]. 3 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

PEREIRA A. S.; TEIXEIRA, L. M. S.; PEREIRA, R.S. Discurso. *In*: **Análise de discurso crítica**: conceitos-chave. Campinas-SP: Pontes Editores, 2020.

PLANTIN, C. **A argumentação**: história, teorias, perspectivas. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

POSSENTI, S. Índícios de autoria. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 20, n.01, p. 05-124, jan/jun. 2002.

PRETO, G.M.M. **A construção textual e argumentativa nas dissertações do ENEM**. 2021. Monografia (Especialização em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

PRIETRO, S. L. G. **A escrita argumentativa em redações do ENEM**: um estudo de sequências textuais em interface com os tipos de argumentos. 2020. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Programa de Estudos Pós-graduados em Língua Portuguesa, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

SILVEIRA, R. C. P. **Em busca de uma tipologia dos discursos científicos: o dissertativo de expositivo e o dissertativo argumentativo.** São Paulo: Contexto: 1994.

SILVEIRA, R. C. P. **Textos do discurso científico: pesquisa, revisão e ensaio.** São Paulo: Terracota, 2012.

SIMÕES, S. M. R. **A redação no (e do) ENEM: o dizer e o silenciar.** 2014. 105 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre, 2014.

VAN DIJK, T.A. **Cognição, Discurso e interação.** São Paulo: Contexto, 2020b.

VAN DIJK, T. A. **Racismo u Análises Crítico de los médios.** Barcelona: Paidós, 1997.

VAN DIJK, T. A. **Discurso e Contexto.** São Paulo: Contexto 2020^a

VIDON, L. **A proposta de redação do ENEM e a velha dissertação: uma relação problemática.** Raído, v. 11, n. 25, p. 78–88, 2017.

ANEXO A – PROPOSTA DE REDAÇÃO DOS ANOS 2020 E 2021

ANO 2020

INSTRUÇÕES PARA A REDAÇÃO

1. O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
2. O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
3. A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.
4. **Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:**
 - 4.1. tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada "texto insuficiente".
 - 4.2. fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo.
 - 4.3. apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto.

TEXTOS MOTIVADORES

TEXTO I

A maior parte das pessoas, quando ouve falar em "saúde mental", pensa em "doença mental". Mas a saúde mental implica muito mais que a ausência de doenças mentais. Pessoas mentalmente saudáveis compreendem que ninguém é perfeito, que todos possuem limites e que não se pode ser tudo para todos. Elas vivenciam diariamente uma série de emoções como alegria, amor, satisfação, tristeza, raiva e frustração. São capazes de enfrentar os desafios e as mudanças da vida cotidiana com equilíbrio e sabem procurar ajuda quando têm dificuldade em lidar com conflitos, perturbações, traumas ou transições importantes nos diferentes ciclos da vida. A saúde mental de uma pessoa está relacionada à forma como ela reage às exigências da vida e ao modo como harmoniza seus desejos, capacidades, ambições, ideias e emoções. Todas as pessoas podem apresentar sinais de sofrimento psíquico em alguma fase da vida.

Disponível em: <http://www.saude.pr.gov.br>. Acesso em: 27 jul. 2020 (adaptado).

TEXTO II

A origem da palavra "estigma" aponta para marcas ou cicatrizes deixadas por feridas. Por extensão, em um período que remonta à Grécia Antiga, passou a designar também as marcas feitas com ferro em brasa em criminosos, escravos e outras pessoas que se desejava separar da sociedade "correta" e "honrada". Essa mesma palavra muitas vezes está presente no universo das doenças psiquiátricas. No lugar da marca de ferro, relegamos preconceito, falta de informação e tratamentos precários a pessoas que sofrem de depressão, ansiedade, transtorno bipolar e outros transtornos mentais graves.

Achar que a manifestação de um transtorno mental é "frescura" está relacionado a um ideal de felicidade que não é igual para todo mundo. A tentativa de se encaixar nesse modelo cria distância dos sentimentos reais, e quem os demonstra é rotulado, o que progressivamente dificulta a interação social. É aqui que redes sociais de enorme popularidade mostram uma face cruel, desempenhando um papel de validação da vida perfeita e criando um ambiente em que tudo deve ser mostrado em seu melhor ângulo. Fora dos holofotes da internet, porém, transtornos mentais mostram-se mais presentes do que se imagina.

<http://www.abrata.org.br>. Acesso em: 27 jul. 2020 (adaptado).

TEXTO III



Disponível em: <https://zenklub.com.br>. Acesso em: 27 jul. 2020 (adaptado).

PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema "O estigma associado às doenças mentais na sociedade brasileira", apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

ANO 2021

INSTRUÇÕES PARA A REDAÇÃO

1. O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
2. O texto definitivo deve ser escrito à tinta preta, na folha própria, em até 30 linhas.
3. A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para a contagem de linhas.
4. **Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:**
 - 4.1. tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada "texto insuficiente";
 - 4.2. fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo;
 - 4.3. apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto;
 - 4.4. apresentar nome, assinatura, rubrica ou outras formas de identificação no espaço destinado ao texto.

TEXTOS MOTIVADORES

TEXTO I

Toda sexta-feira, o ônibus azul e branco estacionado no pátio da Vara da Infância e da Juventude, na Praça Onze, Centro do Rio, sacoleja com o entra e sai de gente a partir das 9h. Do lado de fora, nunca menos de 50 pessoas, todas pobres ou muito pobres, quase todas negras, cercam o veículo, perguntam, sentam e levantam, perguntam de novo e esperam sem reclamar o tempo que for preciso. Adultos, velhos e crianças estão ali para conseguir o que, no Brasil, é oficialmente reconhecido como o primeiro documento da vida – a certidão de nascimento. [...]

Ao longo do discurso desses entrevistados, fica clara a forma como os usuários se definem: "zero à esquerda", "cachorro", "um nada", "pessoa que não existe", entre outras, todas são expressões que conformam claramente a ideia da pessoa sem registro de nascimento sobre si mesma como uma pessoa sem valor, cuja existência nunca foi oficialmente reconhecida pelo Estado.

ESCÓSSIA, F. M. *Invisíveis*: uma etnografia sobre identidade, direitos e cidadania nas trajetórias de brasileiros sem documento. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2019.

TEXTO II

A Lei Nº 9 534 de 1997 tornou o registro de nascimento gratuito no Brasil. Só que o problema persiste, mostrando que essa exclusão é complexa e não se explica apenas pela dificuldade financeira em pagar pelo registro, por exemplo.



Disponível em: <https://estudio.r7.com/>. Acesso em: 22 jul. 2021 (adaptado).

TEXTO III

A certidão de nascimento é o primeiro e o mais importante documento do cidadão. Com ele, a pessoa existe oficialmente para o Estado e a sociedade. Só de posse da certidão é possível retirar outros documentos civis, como a carteira de trabalho, a carteira de identidade, o título de eleitor e o Cadastro de Pessoa Física (CPF). Além disso, para matricular uma criança na escola e ter acesso a benefícios sociais, a apresentação do documento é obrigatória.

Disponível em: <http://www.senado.leg.br/>. Acesso em: 21 jul. 2021.

TEXTO IV



Disponível em: <https://www.ufrgs.br/humanista>. Acesso em: 26 jul. 2021 (adaptado).

PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema "Invisibilidade e registro civil: garantia de acesso à cidadania no Brasil", apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa de seu ponto de vista.

REDAÇÃO 2:

1	O Brasil ocupa o primeiro lugar no ranking de pessoas com depressão na América Latina, segundo a
2	OMS. No entanto, tem-se observado que - apesar dessa alarmante realidade - a sociedade brasileira ain-
3	da apresenta estigmas relacionados às doenças mentais. Isso ocorre, sobretudo, devido à lacuna edu-
4	cacional e ao silenciamento acerca das patologias ^{psíquicas} mentais. Desse modo, é evidente a presença de sa-
5	nar a problemática em questão.
6	Diante desse cenário, é fulcral reconhecer que a ignorância sobre os transtornos mentais é uma
7	das causas da existência desses paradigmas. A respeito desse contexto, é válida rememorar a ideia asso-
8	ciada ao filósofo Francis Bacon, a qual relaciona o conhecimento ao poder, isto é, afirma que o sa-
9	ber parece meios para alterar o panorama vivido. Nesse sentido, é transparente que - por desconhecerem
10	os sintomas, os procedimentos e as doenças mentais - os indivíduos não buscam ajuda e agravam,
11	ainda mais, o seu quadro. Logo, é matéria a necessidade de educar a sociedade brasileira
12	para que essa conjuntura seja atenuada e os estigmas sejam quebrados.
13	Ademais, é visível que as doenças mentais são verdadeiros tabus para os cidadãos do Brasil e
14	essa é outra motivação para a perpetuação desse problema. Nesse viés, é mister ressaltar o pensamen-
15	to da socióloga Habermans quanto à fala, pois ele acredita que o debate é o caminho para a
16	melhoria na qualidade de vida da população. A par desse raciocínio, é possível constatar que a fal-
17	ta de diálogo só dificulta a vida dos doentes, porque eles se bloqueiam para conversas sobre o si-
18	ma por temor da reação de outros. Semelhantemente ao retratado na série "Grey's Anatomy", que
19	apresentou o caso da Dra. Miranda Bailey em falar do transtorno psicológico que estava so-
20	frendo, por conta do medo de ser julgada e descredibilizada em seu ambiente de trabalho.
21	Desse forma, é essencial que essa temática seja debatida, visando o fim do desconhecimento
22	e do preconceito no que se refere a tais patologias.
23	Destarte, para que o Brasil reduza suas posições em relação ao ranking das doenças men-
24	tais, faz-se necessário que o Ministério da Saúde implemente campanhas publicitárias e pale-
25	stras de caráter informativo e conscientizador - sobre saúde mental. Essas ações se concretiza-
26	ção por meio da mídia - através de reportagens, de entrevistas e da exposição em novelas -
27	como também das escolas - por intermédio de aulas temáticas e debates sobre esse assunto -
28	o fim de possibilitar informação a todos, visando à mitigação eficiente e rápida dos
29	preconceitos sobre os transtornos psicológicos, consoante idealizou o filósofo Bacon.
30	

REDAÇÃO 3:

1	Na obra "O alienista", de Machado de Assis, a narrativa introduz a temática da sa-
2	úde mental e dos transtornos psíquicos, abordando as dificuldades e os preconceitos sofri-
3	dos por pessoas com doenças psiquiátricas. Embora seja uma obra ficcional, a produção lite-
4	rária possui, implicitamente, verossimilhança notável, uma vez que apresenta um tema de e-
5	levada total relevância e espregada de apurada presença na sociedade brasileira: o es-
6	tigma associado às doenças mentais. Diante desse cenário, é imperioso ressaltar fatores que
7	contribuem para a problemática, dando destaque à negligência estatal e ao papel das redes sociais.
8	Primeiramente, cabe destacar que a saúde é um direito assegurado constitucional-
9	mente a todos os cidadãos brasileiros. Nesse viés, é pertinente trazer o discurso do escritor
10	Gilberto Dimenstein, de seu livro "Cidadão de papel", no qual ele conceitua os cidadãos de
11	papel - indivíduos cujos direitos constitucionais não são garantidos na prática. Dessa for-
12	ma, depreende-se que os tratamentos psiquiátricos oferecidos pelo Estado foram os direitos da
13	parcela da população que necessita de atendimento psiquiátrico adequada, deixando-a na con-
14	dição inaceitável descrita por Dimenstein.
15	Outrossim, é válido explicitar o papel das redes sociais na intensificação do estigma
16	relativo a distúrbios mentais. Nesse sentido, o documentário "O dilema das redes" revela a mal-
17	dade da utilização dessas redes sociais, visto que ele retrata a dicotomia entre a exposi-
18	ção exagerada da vida do usuário e a restrição do conteúdo compartilhado, que mostra
19	apenas os melhores aspectos da vida deles. Conseqüentemente, tal cenário fomenta os indivíduos
20	a omitirem seus problemas, silenciando problemas como as doenças mentais. Desse modo, a
21	falta de exposição e de discussão da temática resulta no agravamento de preconceitos contra do-
22	entes psíquicos.
23	Portanto, são necessárias medidas capazes de mitigar a problemática. Para tanto, urge
24	que, a fim de garantir um serviço de saúde de qualidade a todos os cidadãos, o Ministério da
25	Saúde, por meio de direcionamento de verbas governamentais, crie centros especializados no tra-
26	tamento de doenças mentais, de modo a incentivar as pessoas a buscarem ajuda médica e demo-
27	cratizar o acesso à saúde. Ademais, o Ministério da Educação deve ter proporcionar grades de
28	ensino nas escolas por intermédio de um programa nacional de combate à discriminação da saúde
29	al, visando seu reconhecimento e motivando maior conhecimento acerca do assunto. Assim, a re-
30	alidade brasileira necessitará ser diferente do contexto apresentado em "O alienista".

REDAÇÃO 4:

1	A Constituição Federal, promulgada em 1988, foi esboçada com o objetivo de delinear direitos
2	básicos para todos os cidadãos. Entretanto, tal teoria não tem sido vista em metodologias práticas, uma vez
3	que ainda há a falta do registro civil de milhares de pessoas, impedindo-as de garantir o acesso à cida-
4	dania no Brasil, o que gera a invisibilidade social. Tal invisibilidade provoca inúmeras chagas, como a precari-
5	gação do trabalho e a exclusão democrática.
6	Diante desse cenário, é válido retomar o aspecto supracitado quanto à precarização do trabalho
7	laboral. Nesse contexto, é indiscutível que a ausência do registro civil primordial - a certidão de nascimento - im-
8	possibilita a pessoa de possuir outros documentos necessários para a vivência social, como, por exemplo, a car-
9	teira de trabalho. Dessa forma, é afirmativo que tal lacuna incorre na precarização do trabalho, uma vez
10	que inviabiliza a efetivação dos direitos laborais, como férias remuneradas, ou, em casos mais extremos,
11	torna o indivíduo vulnerável a trabalhos análogos à escravidão. Em consonância com tal tese, é possível ci-
12	tar a obra "Casa-grande e Senzala", do autor Gilberto Freyre, na qual ele realiza uma comparação entre o Bra-
13	sil moderno e o Brasil Colônia, em que o trabalho escravo - ou seja, o ato laboral precarizado - é um instrum-
14	to de invisibilidade social. Sendo assim, torna-se evidente a essencialidade dos registros civis na garantia
15	dos direitos laborais trabalhistas para todos os brasileiros, o que, por sua vez, coopera em promover a visibilidade cidadã.
16	Ademais, é essencial citar a exclusão democrática como uma das principais consequências da falta de
17	registros civis. Nessa perspectiva, é notável que a já citada ausência da certidão de nascimento impede, tam-
18	bém, a realização do título de eleitor, documento necessário para o pleno exercício da democracia brasilei-
19	ra. Sob esse viés, é possível relacionar tal tese ao conceito de polifonia das cidades, desenvolvido pelo teórico
20	Nick Cauley, no qual ele afirma que a democracia é constituída pela atuação das vozes de todos, e, por isso, onde
21	não há a voz de alguém, não há democracia. Desse modo, fica evidente que a ausência do registro civil impossibili-
22	ta a participação política, o que causa o silenciamento da voz daquele pseudocidadão brasileiro.
23	Nata-se, portanto, a necessidade de reverter esse cenário de invisibilidade social causada pela ausência
24	do registro civil. Para tal, é intrínseco que o Governo Federal, órgão de maior importância no âmbito nacional,
25	implemente mais Varas da Infância e da Juventude em locais de alta procura por esses serviços. Tal ação de-
26	ve ser realizada por meio da criação de secretarias e/ou departamentos responsáveis por pesquisa e controle,
27	a fim de haver um mapeamento de cidades e regiões metropolitanas onde há maiores índices de invisibilida-
28	de social, para assim, suprir a demanda requerida para o registro civil dos futuros cidadãos. Dessa forma,
29	agressivamente haverá a garantia da cidadania para todos os brasileiros.
30	

REDAÇÃO 5:

1 Na obra "Utopia", o escritor Inglês Thomas More, retratou uma sociedade perfeita, na qual
 2 o corpo social se ausenta de conflitos e problemas. No entanto, o que se observa na realidade con-
 3 temporânea é o oposto do que o autor prega, tendo em vista que a invisibilidade de registro civil
 4 ainda persiste na sociedade brasileira. Esse cenário antagônico é fruto tanto da ausência de atua-
 5 ção estatal, quanto da escassez de conhecimento sobre a importância desse registro. Desse modo,
 6 analisar intrinsecamente as causas dessa problemática na sociedade é medida que se faz imediata.

7 Precisamente, é crucial pontuar a falta de atuação dos setores governamentais, no que concerne
 8 à criação de mecanismos que coibam tais recorrências. Segundo Thomas Hobbes, o estado é respon-
 9 sável por garantir o bem-estar da população, entretanto, isso não ocorre no Brasil. Devido a
 10 falta de atuação das autoridades, o Brasil ainda se encontra com o índice de pessoas sem do-
 11 cumentação pessoal muito elevado. De acordo com o IBGE, no SUSPENSE, foram registradas 1,5
 12 milhões de pessoas sem certidão de nascimento, e isso se deve pelo fato de não haver políti-
 13 cas públicas que informem sobre a importância da documentação. Dessa forma, faz-se mister
 14 a reformulação dessa postura estatal de forma urgente.

15 Ademais, é imperativo ressaltar a escassez de informação da população como promotora do
 16 problema. De acordo com a Constituição Brasileira, a partir de 1997 o registro de nascimento
 17 tornou-se gratuito no país, o que facilitou o acesso a documentação àqueles que possuem difi-
 18 culdades financeiras. Partindo desse pressuposto, apesar da gratuidade do registro, a proble-
 19 mática ainda persiste na sociedade, o que remete ao pensamento de que a complexidade dessa in-
 20 visibilidade ultrapassa o campo financeiro, podendo ser vista como uma falta de conhecimento da po-
 21 pulação sobre as leis do país. Tudo isso reflete a resolução do impedito, já que a precariedade de
 22 informações cont informacionais contribui para a perpetuação desse quadro deletério.

23 Assim, medidas exequíveis são necessárias para conter o avanço do problema na sociedade bra-
 24 sileira. Desse modo, com o intuito de mitigar a invisibilidade e garantir a cidadania, necessita-se, neces-
 25 sariamente, que o Tribunal de Contas da União direcione capital que, por intermédio do Minis-
 26 tério da Educação, será revertido em ações sociais nas escolas e faculdades, que visem propa-
 27 gandar, prematuramente, informações do quão importante é o registro civil na sociedade brasilei-
 28 ra, através de palestras com profissionais do meio estatal. Desse modo, atenuar-se à em-
 29 méio e longo prazo, o impacto nocivo da invisibilidade e a coletividade alcançará a Utopia
 30 de More.

REDAÇÃO 6:

1	A Constituição Federal de 1988, mesma de maior hierarquia do sistema jurídico brasileiro,
2	organiza os direitos e o bem-estar da população. Entretanto, quando se abrange a deficiência de civilidade
3	do registro civil como forma de garantir o acesso à cidadania no Brasil, verifica-se que esse preceito é consta-
4	ta na teoria e não efetivamente na prática. Dessa forma, essa realidade se dá, à impermanência estatal
5	e à discriminação racial.
6	Trinomialmente, vale ressaltar que à difícil ação do Poder Público, possui íntima relação com o reser-
7	va do direito. Thomas Hobbes, em seu livro "Leviatã" defende a dirigência do Estado em proporcionar meios
8	que auxiliem o progresso do corpo social. As autoridades, todavia, não de acordo com a ideia de Hobbes, que
9	deu que possuem um papel íntimo em relação à impossibilidade de fornecer com o registro civil e, por con-
10	sequência disso, dados de uma pesquisa realizada pelo IBGE, em 2015, afirma-se que mais de 10 mil-
11	hões de pessoas não possuem a certidão de nascimento, mantendo um alto nível de cidadãos em maio-
12	ria pobres e negros, sobretudo de crianças no corpo civil. Assim, pessoas dessas vítimas vive à margem
13	da sociedade, pois não existem políticas públicas eficazes como benefícios sociais. Dessa modo, é imadiável
14	que a existência a esses cidadãos, seja alcançada, a partir de medidas governamentais.
15	Adicionalmente, uma grande parcela da população se encontra denominada "Povoado da Moral",
16	é um livro escrito pelo sociólogo Vladimir Jankélévitch para exemplificar a vigência ética de homem
17	moderno, su vida, a passividade dos fatos que são impostos abruptos pelo próximo. De maneira
18	análoga, percebe-se que a garantia de acesso à cidadania, encontra um forte alicerce na estagnação
19	racial. Essa situação ocorre porque, implicitamente, a sociedade não se movimenta em prol da verificação
20	dessa problemática, pelo contrário, ela adquire uma posição individualista por não mensurar como
21	a falta de um registro civil causa como, a impossibilidade de retirar outros documentos pessoais.
22	Dessa, é essencial superar esses preceitos que atuam, naturalmente, em um âmbito interativo.
23	Fica evidente, portanto, a necessidade de garantir o acesso à cidadania para todos no Bra-
24	sil. Portanto, o Governo Federal, responsável por administrar e pelo os interesses públicos, com o apoio
25	do Ministério da Cidadania, a partir de medidas governamentais destinadas à parte, deve dispo-
26	nibilizar benefícios financeiros sociais para cidadãos que não tenham como pagar a retirada de
27	um registro civil. Essa ação será realizada com o intuito de voltar a fornecer esse documento impor-
28	ante, para que também, a sociedade não naturalize a intolerância que a fornece. Dessa maneira, com a
29	conjuntura de tais ações, os brasileiros terão o direito garantido pela Constituição, como uma realidade
30	

Foto: Reprodução/Inep